

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA**

Gilberto Abreu de Oliveira

**A TRAJETÓRIA DA NORMALISTA MARIA CONSTANÇA BARROS MACHADO
NO SUL DE MATO GROSSO (1913-1966)**

Paranaíba/MS

2014

Gilberto Abreu de Oliveira

**A TRAJETÓRIA DA NORMALISTA MARIA CONSTANÇA BARROS MACHADO
NO SUL DE MATO GROSSO (1913-1966)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes

Paranaíba/MS

2014

O47t

Oliveira, Gilberto Abreu de

A trajetória da normalista Maria Constança Barros Machado no sul de Mato Grosso (1913-1966)/ Gilberto Abreu de Oliveira. - - Paranaíba, MS: UEMS, 2014.

131f.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

1. Formação docente. 2. Formação de normalista. 3. Machado, Maria Constança Barros. I. Oliveira, Gilberto Abreu de. II. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba, Mestrado em Educação. III. Título.

CDD – 370.98172

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira - CRB1º/1783

GILBERTO ABREU DE OLIVEIRA

**A TRAJETÓRIA DA NORMALISTA MARIA CONSTANÇA BARROS MACHADO
NO SUL DE MATO GROSSO (1913-1966)**

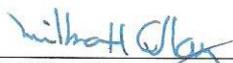
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovado em 16 de maio de 2014

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ademilson Batista Paes (Orientador)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)



Profa. Dra. Milka Helena Carrilho Slavez
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)



Profa. Dra. Elizabeth Figueiredo de Sá
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Aos meus pais, Maria e Inácio e ao meu irmão Eduardo,
(*in memoriam*), pelos primeiros ensinamentos...

A minha filha Júlia, pelos novos e inquietantes desafios...

Aos que dedicaram e ainda dedicam suas vidas ao ofício
da docência...

... Com todo meu respeito, carinho e afeto,

Dedico!

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é mais que resultado de um esforço individual. Ele é permeado de esforços coletivos. Faço questão de agradecer a todos que contribuíram (e que aqui não estão citados) direta ou indiretamente tanto na pesquisa, como nos poucos momentos para além da vida acadêmica. Muito Obrigado.

Ao Prof. Dr. Ademilson Batista Paes, pela acolhida. Desde a entrevista no processo seletivo, Dr. Ademilson sempre se posicionou de modo firme diante das responsabilidades que permeiam o terreno incerto e movediço das pesquisas acadêmicas. Suas orientações seguras, suas sugestões, críticas, correções, textos enviados, ideias- e até mesmo seus didáticos “puxões de orelha”- foram de grande valia no desenrolar do presente estudo. Os indícios de suas indagações e as pistas sempre pertinentes em suas colocações foram de fundamental importância para o amadurecimento intelectual e a finalização desta pesquisa. Por certo que, sem a valiosa colaboração e compartilhamento do saber do Dr. Ademilson, penso que quase nada eu teria conseguido realizar. A ele, pois, meu especial “Muito obrigado”.

À Prof^a. Dr^a Milka Helena Carrilho Slavez, pelas inúmeras reflexões suscitadas no Grupo de Estudos de Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira, bem como nas conversas informais sobre a presente pesquisa; também pelas sugestões de textos, pela sua companhia na nossa primeira visita ao Arquivo Público de Mato Grosso; pela sua leitura criteriosa e colocações pertinentes por ocasião do nosso Exame de Qualificação e ainda por aceitar compor a Banca Examinadora deste trabalho.

À Prof.^a Dr^a Elizabeth Figueiredo Sá, pela sua disponibilidade em sempre contribuir- pessoalmente ou por e-mails, para o êxito desta pesquisa, nos repassando preciosas e relevantes sugestões de leituras, sempre com o objetivo de que alcançássemos os melhores resultados em nosso trabalho. Agradeço-lhe, ainda, Prof^a Elizabeth, pelas suas excelentes contribuições em nosso Exame de Qualificação e por ter feito parte da Banca Examinadora que avaliou este trabalho.

Aos meus pais, Maria Abreu dos Santos e Inácio dos Santos Oliveira, meus primeiros educadores, mestres para toda vida e mecenas de meus estudos primários, e que continuaram

a me apoiar e incentivar ao longo de minha vida estudantil. Pela força diante das turbulências da vida, pela parceria no árduo processo de levantamento de fontes, Muito Obrigado, meus queridos pais, exemplos de vida digna, meus mestres na essência mais verdadeira e profunda desta palavra.

À minha filha, a pequena Júlia Rôa de Oliveira, pelo seu sorriso que me acolhe e me conforta, e, mesmo à distância, com seu jeito meigo de falar ao telefone, tem me motivado ainda mais a continuar minha busca pelo saber, o que tenho feito não apenas por mim, mas também por ela, sempre. Papai te ama.

Aos meus amigos e familiares, pelos inúmeros risos, lágrimas, almoços, cervejas e passeios compartilhados, enfim, pelas suas presenças que sempre me preencheram quando eu me sentia sofrendo a ausência de estar longe de casa. Agradeço, sobremaneira, ao meu tio, Ednaldo Abreu dos Santos, pelo empréstimo de sua câmera para digitalização do material.

Aos amigos, familiares e colegas de Maria Constança Barros Machado, pelas suas disponibilidades em colaborar com esta pesquisa, acrescentando valiosas informações para o enriquecimento da nossa pesquisa. Em especial, à Maria Constança e Maria Eugênia, netas de dona Constança, sempre prontas a contribuir com preciosas lembranças e detalhes sobre a vida de sua avó.

Às professoras Eliza Cesco, Maria da Glória Sá Rosa, Marisa Sanches, Sylvia Cesco, Anália Bernardo, Aparecida Bueno, Maria Garcia, pela gentil disponibilidade com que se dispuseram em contribuir também com suas memórias e conhecimentos sobre a emblemática personagem foco deste trabalho.

A todos os funcionários das Instituições visitadas: Arquivo Público de Mato Grosso do Sul; Arquivo Público de Campo Grande; Arquivo Público de Mato Grosso; Escola Estadual Maria Constança Barros Machado (EEMCB); Escola Estadual Joaquim Murinho (EEJM); Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS); Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT); Escola Estadual “Presidente Médici”; Escola Estadual Liceu Cuiabano; Grupo de Estudos História da Educação e Memória (GEM)- que também deram suas significativas parcelas de contribuição para a realização deste trabalho, sobretudo no que diz respeito ao levantamento de importantes dados e registros.

Aos meus familiares de Campo Grande/MS, Oliete, Geice, Jéssica, Thiago, Márcio e Joélito, pela hospitalidade e por sempre me receberem bem nas minhas inúmeras idas a essa Cidade Morena quando precisei visitá-la para fins de levantamento de dados e informações. Também à amiga Verônica, pela disponibilidade em me auxiliar, em Campo Grande, nos últimos meses desta pesquisa.

Aos amigos Sueila, Juliano, Brenda, Anderson e Mari, que me receberam em suas casas na cidade de Cuiabá/MT.

Aos colegas da Faculdade de Educação de Costa Rica que me incentivaram e motivaram. Agradeço, em especial, a Evair Gomes Nogueira, diretora, e a Maria Ivone da Silva, coordenadora, por acreditaram em meu trabalho desde o meu primeiro ano de formação.

Aos colegas de curso: Elaine, Emerson, Amanda, Dirlane, Joaquim, Rodrigo, Renato, Kátia, Wagner, Silvana, Joana, Lucineia, Leandra, Simone, que me deram a compreensão de que a diversidade temática e a mudança de certezas marcaram nossa turma; tenham a certeza de que levarei para sempre os preciosos momentos de reflexão, verdadeiras lições de vida, que surgiram durante nossa caminhada acadêmica.

A Cleyde, Danilo, Wilciene e Kênia, mais que colegas, verdadeiros amigos, pela companhia ao longo deste trajeto. Aos dois primeiros, por dividirem o lar e por conviverem comigo nos primeiros meses; suas conversas produtivas e sempre descontraídas no horário do café me ensinaram muito. E sou grato também às duas últimas, pelos suas contagiantes risadas trazidas de Goiás. Enfim, a esse quarteto amigo, agradeço pelas conversas e reflexões nas disciplinas e ainda pelas angústias compartilhadas e pelos dias de cerveja. Levo cada um de vocês no coração.

Aos membros do Grupo de Estudos de Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira, pelas inúmeras e proveitosas discussões. Em especial, a Tatiele Borges, pela acolhida, amizade e pelos inúmeros risos que fortalecem ainda mais a amizade.

À Marianny Alves, Mariana Rocha e ao nosso mascote Thor que me receberam e me acompanharam no decorrer desta pesquisa.

Aos docentes e funcionários do Programa de Mestrado da UEMS, pelas inúmeras e entusiasmadas reflexões mais que pertinentes para minha formação. A dedicação de cada um de vocês contribui sobremaneira para o fortalecimento do Programa. Meu agradecimento especial à Irany, Assistente de Assuntos Educacionais do Mestrado que, com sua paciência e agilidade, sempre atendeu e ajudou o “grilo falante” em seu trajeto.

À Larissa Martins Costa, pela ótima companhia neste trajeto e também pelos risos e pela confiança em mim depositada. Suas palavras de apoio e incentivo em meio às incertezas da pesquisa contribuíram ainda mais para minha formação. Larissa: sua presença somada ao seu inquieto “espírito bandeirante” me cativa.

Aos revisores, André e a Olga, pela parceria e paciência diante das inúmeras correções em meus trabalhos.

À professora Sylvia Cesco, pela leitura criteriosa e revisão geral do relatório final desta pesquisa.

À Laura Cesco, pela confecção do Abstract nos momentos finais da pesquisa.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro, sem o qual não seria possível a realização desta pesquisa.



A maior riqueza do homem é a sua incompletude. Nesse ponto sou abastado.

Palavras que me aceitam como sou – eu não aceito.
Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que compra pão às 6 horas da tarde, que vai lá fora, que aponta lápis, que vê a uva etc. etc.

Perdoai
Mas eu preciso ser Outros. Eu penso renovar o homem usando borboletas.

(Manoel de Barros)

RESUMO

A presente dissertação está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia Brasileira (GEPHEB) e à linha de pesquisas “Teorias e Práticas Educacionais” do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, (UEMS). Tem como objetivos compreender a formação e atuação de normalistas egressas da Escola Normal de Cuiabá (MT) e contribuir para a produção da historiografia de vida desses professores. Tomamos como ponto de partida a trajetória de **Maria Constança Barros Machado**, pelo fato de ter sido uma das pioneiras no que tange à educação pública implementada entre as décadas de 1920 e 1960, na cidade de Campo Grande (MS), uma vez que foi nessas décadas que a citada normalista desenvolveu suas atividades educacionais, primeiramente no Grupo Escolar de Campo Grande (1922), finalizando na Escola Normal e no Colégio Estadual Campo-Grandense (1966). A escolha pela figura da professora Maria Constança se justifica pelo fato de que, em sua trajetória, podemos perceber uma intrínseca relação entre sua formação pela Escola Normal de Cuiabá (1916) e sua posterior atuação. A pesquisa orientou-se a partir do método regressivo, proposto por Bloch (2002), pelo qual compreendemos o presente por meio da seleção e crítica às fontes históricas. No percurso, nos valem da análise de material bibliográfico, tais como: matérias publicadas em jornais, fotografias, mensagens de governantes, relatórios e regulamentos da instrução pública, atas de finais de cursos, atas de reuniões escolares, discursos proferidos pela professora em questão. Para além dos arquivos, nos valem, ainda, da produção de fontes orais para a construção de nossa narrativa, compreendendo-as como contribuições fundamentais para o entendimento do objeto de nossa pesquisa. O mapeamento de fontes primárias documentais e iconográficas foi realizado nos Arquivos Públicos Estaduais, localizados em Campo Grande (MS), em Cuiabá (MT), bem como nos arquivos escolares e pessoais de ex-alunos, familiares e amigos da normalista Maria Constança, além de uma entrevista sua concedida à conhecida professora e pesquisadora Maria da Glória Sá Rosa, em 1990. Para além dos arquivos, consideramos importante o papel das entrevistas neste processo, visto que as fontes orais, como lembram Thompson (1992) e Alberti (2004), fornecem suporte para compreensão das práticas de Maria Constança. Em termos teórico e metodológico, a opção de pesquisa pauta-se nos fundamentos do Paradigma Indiciário, defendido por Ginzburg (1989); na Nova História Cultural, a partir das reflexões de Chartier (1988; 1991), e também em Certeau (2002; 2012); Burke (1992; 2008); Pesavento (2005), os quais, por meio das representações, buscam compreender um cenário social, político e, sobretudo, cultural, que marcam a trajetória da normalista Maria Constança em suas redes de sociabilidade e ainda, os caminhos e descaminhos da escolarização, da formação e da atuação de professores em Mato Grosso ainda uno, temas estes discutidos por Siqueira (2000); Sá . (2006; 2007); Reis e Sá (2006); Oliveira (2011); Paes (2011); Pessanha (2012), entre outros. Com base na análise deste material, podemos perceber que Maria Constança Barros Machado atuou como uma das precursoras da educação no Sul de Mato Grosso. Por meio de seu engajamento político, nos diversos tempos de atuação, pôde contribuir na organização de escolas primárias em Campo Grande, bem como fornecer subsídios à formação de professores pela Escola Normal de Campo Grande.

Palavras-chave: Formação de Normalista. Trajetória docente. Maria Constança Barros Machado.

ABSTRACT

This dissertation is bound to the Group of Studies and Research in History and Brazilian Historiography (GEPHEB) and to the "Theories and Educational Practices" research line of the Postgraduate Education Program at the State University of Mato Grosso do Sul (UEMS), and aims to understand the formation and performance of the graduates professors of Cuiabá (MT)'s School for Training Teachers and contribute to the production of the historiography of these teachers lives. We took as starting point the path of Maria Constança de Barros Machado, by the fact that she have been one of the pioneers regarding to public education implemented between 1920 and 1960 in the city of Campo Grande (MS), since it was in these decades that the quoted professor developed its educational activities, first in School Group of Campo Grande (1922), ending at the School for Training Teachers and in the State College of Campo Grande (1966). The choice by the figure of Professor Maria Constança is justified by the fact that, in her history, we can see a close relationship between her formation by the School for Training Teachers of Cuiabá (1916) and her subsequent performance. The research was guided from the regressive method, proposed by Bloch (2002), by which we understand the present through the selection and critique of historical sources. On the way, we used the analysis for bibliographic material, such as articles published in newspapers, photographs, messages of governors, reports and public education regulations, records of the end of courses, records of school meetings, speeches by the teacher in question. In addition to the files, we also made use the oral sources production to construct our narrative, understanding them as fundamental contributions to the knowledge of our research's object. The mapping of documentary and iconographic primary sources was held in State Public Archives, located in Campo Grande (MS), Cuiabá (MT) as well as in school and personal files of former students, family and friends of professor Maria Constança, in addition to an interview that she granted to a known professor and researcher Maria Rosa Sá da Gloria, in 1990. Beyond the archives, we consider the role of interviews important in this process, since the oral sources, as we are reminded by Thompson (1992) and Alberti (2004), provide support for understanding the practice of Maria Constança. In theoretical and methodological terms, the search option is guided in the fundamentals of Evidential Paradigm, defended by Ginzburg (1989), in the New Cultural History, emerged from the reflection of Chartier (1988, 1991), and also in Certeau (2002, 2012); Burke (1992, 2008); Pesavento (2005), of which, through the representations, seek to understand a social setting, political and especially cultural, that marks the history of professor Maria Constança in her social networks and also the paths and misguiding of schooling, the graduation and performance of teachers in Mato Grosso still unified, subjects discussed by Smith (2000); Sá (2006, 2007); Sá and Reis (2006); Oliveira (2011); Paes (2011); Pessanha (2012), among others. Based on the analysis of this material, we can notice that Maria Constança Barros Machado has served as one of the precursors of the education in southern Mato Grosso. Through her political commitment in the different operating times, could contribute to the organization of primary schools in Campo Grande, as well as provide support to teacher education by the School for Training Teachers of Campo Grande.

Keywords: Training Teachers. Teaching Trajectory. Maria Constança Barros Machado.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Quadro Geral de Normalistas	49
Figura 2 - Diploma de Normalista de Maria Constança Barros Machado	64
Figura 3- Quadro de Normalistas 1916	65
Figura 4 - Maria Constança Barros Machado.....	67
Figura 5 - Família de Maria Constança Barros Machado – 1940.....	72
Figura 6 - Prédio do Grupo Escolar Joaquim Murtinho (Ano 1928)	73
Figura 7 - Novo Prédio do Colégio Estadual (Década de 1950)	80
Figura 8 - Quadro geral das promoções dos alunos do Grupo Escolar de Campo Grande (1923)	88
Figura 9 - Construção do Ginásio Estadual (1953)	96
Figura 10 - Capa do Jornal do Comércio (13/08/1954).....	97
Figura 11 – Folha 1 da Ficha Funcional (1951)	98
Figura 12 - Vista Aérea do Colégio Estadual Campo-Grandense (Década de 1950).....	99
Figura 13 - Maria Constança e o Governador Fernando Corrêa da Costa (Década de 1950)	100
Figura 14 - Dona Constança (Década de 1980).....	103
Figura 15 - Turma do "Científico"	107
Figura 16 - Coordenando um desfile cívico - década de 1960	108
Figura 17 - Apresentação Cultural (Década de 1960)	110
Figura 18 – Capa do Convite de Formatura do Colegial (1962)	111
Figura 19 - Homenageados (1962)	111
Figura 20 - Entre Amigos - Década de 1960	112
Figura 21 – Vista à EEMCBM na Década de 1980.....	115
Figura 22 - Maria Constança Barros Machado - Visita ao Colégio Estadual (1986).....	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APMT – Arquivo Público de Mato Grosso
- ARCA – Arquivo de Campo Grande
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
- CBHE – Congresso Brasileiro de História da Educação
- CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
- EEJM – Escola Estadual Joaquim Murtinho
- EEMCBM – Escola Estadual “Maria Constança Barros Machado”
- GEPHEB – Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira
- IHGMS – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul
- NHC – Nova História Cultural
- PDS – Partido Democrático Social
- SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação
- UDN – União Democrática Nacional
- UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
- NOB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
- UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Alunos Matriculados no Liceu Cuiabano	36
Tabela 2 - Disciplinas da Escola Normal (1910).....	39
Tabela 3 – Programa da Cadeira de Pedagogia	41
Tabela 4 – Corpo docente 1911	42
Tabela 5 – Alunos matriculados na Escola Normal (1911-1916)	50
Tabela 6 – Alunos diplomados na Escola Normal (1911-1916)	50
Tabela 7 – Programa de disciplinas da Escola Normal de Cuiabá (1914)	51
Tabela 8 - Número de Escolas 1911	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A ESCOLA NORMAL DE CUIABÁ, A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM MATO GROSSO.....	28
1.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MATO GROSSO: APONTAMENTOS INICIAIS.....	28
1.2 A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM MATO GROSSO NOS PRIMEIROS ANOS DE REPÚBLICA (1889-1910).....	30
1.3 TEMPOS DE MUDANÇA NA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO (1910-1917).....	34
1.3.1 <i>Reorganização da Instrução Pública</i>	<i>35</i>
1.4 ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA NORMAL DE CUIABÁ (1910)	39
1.4.1 <i>A formação de professores no início do século XX em Mato Grosso: relatórios, mensagens e regulamentos.</i>	<i>44</i>
1.5 AS INFLUÊNCIAS ESCOLANOVISTA NA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO	52
2 OS TEMPOS, A MEMÓRIA E AS REPRESENTAÇÕES DE MARIA CONSTANÇA BARROS MACHADO.....	59
2.1 TEMPO E MEMÓRIA: APONTAMENTOS.	59
2.2 TEMPOS DE FORMAÇÃO.....	62
2.2 TEMPOS DE ATUAÇÃO.....	68
2.2.3 <i>Tempos de Aposentada</i>	<i>79</i>
3 AS PRÁTICAS DE CONSTANÇA: CONTRIBUIÇÕES DA NORMALISTA NO SUL DE MATO GROSSO	83
3.1 TEMPOS DE ESCOLARIZAÇÃO PÚBLICA NO SUL DE MATO GROSSO: PRÁTICAS EM CAMPO GRANDE.....	83
3.1.1 <i>O Grupo Escolar de Campo Grande</i>	<i>86</i>
3.1.2 <i>A Escola Normal de Campo Grande e a formação de professores</i>	<i>89</i>
3.1.3 <i>O Ginásio Estadual Campo-Grandense</i>	<i>94</i>
3.3 TEMPOS DE LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS: REPRESENTAÇÕES DA NORMALISTA	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS	121
FONTES DOCUMENTAIS.....	125
LIVROS	125
JORNAIS E DOCUMENTOS AVULSOS	125
DOCUMENTOS OFICIAIS	125
FONTES ORAIS	127
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	128

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa, sobretudo, contribuir para a historiografia da formação e atuação de professores no então estado de Mato Grosso¹ nas primeiras décadas do século XX e décadas posteriores. Para tanto, escolhemos a figura de Maria Constança Barros Machado², normalista cuiabana, nascida em 12 de dezembro de 1899, filha de Joana Costa Barros e Israel de Arruda Barros; tendo sido criada pela avó materna desde seus primeiros anos, quem a incentivou nos estudos desde cedo. Formada pela Escola Normal de Cuiabá no ano de 1916, Maria Constança mudou-se para Campo Grande no ano seguinte onde iniciou suas atividades como professora, permanecendo nessa cidade até seu falecimento em 1996. Casou-se no ano de 1926 com Sebastião José Machado, e, dessa união, nasceram seus dois filhos: Maria Aparecida Machado e Kelman Machado.

Pautamos nosso recorte temporal em três grandes momentos: o primeiro refere-se aos tempos de formação de Maria Constança pela Escola Normal de Cuiabá (1913-1916). O segundo, por representar o início das atividades docentes de Maria Constança à frente do Grupo Escolar, que mais tarde veio a se tornar Escola Normal de Campo Grande até o ano de sua aposentadoria (1922-1948); o terceiro momento de nosso recorte, (1954-1966) refere-se ao retorno de suas atividades ao Colégio Estadual Campo-Grandense, onde a atuação de Maria Constança Barros Machado, ou dona Constança, como ficou conhecida, mostra-se importante pelo fato de exercer não só atividades de magistério, mas também por atuar como uma importante “mediadora cultural” frente à educação da cidade. Essa duplicidade de atuações, que na verdade são intrínsecas, mas que poucos educadores da época conseguiam exercer, pode ser considerado algo conquistado por dona Constança. Revisitando Sirinelli (2003), depreendemos que, em sua formação, Maria Constança Barros Machado pode ser considerada uma intelectual nas duas acepções apresentadas pelo teórico citado, devido a

¹ Utilizamos a expressão “Mato Grosso” para nos referir à delimitação territorial que antes do ano de 1977 compunha um único Estado, com particularidades políticas, econômicas, sociais em comum até o ano de sua divisão. Nosso estudo tem como proposta pensar para além da formação da professora Maria Constança, na sua atuação efetivada na porção sul do Estado, entre as décadas de 1920, quando se deu o início de suas atividades no Grupo Escolar de Campo Grande- e a década de 1960, quando ocorre seu retorno às atividades após sua aposentadoria. Em sua trajetória, demonstrou-se firme aos princípios de sua formação, imprimindo, assim, uma marca ao longo de sua vida, entrando para o imaginário social como Dona Constança. A expressão que doravante utilizaremos: “Sul de Mato Grosso” é utilizada pelos pesquisadores da História e Historiografia do Estado, bem como percebida em algumas fontes consultadas dos anos de 1930.

² Em todas as fontes às quais tivemos acesso, o nome de Maria Constança é apresentado como Maria Constança Barros Machado, havendo, no entanto, em muitos textos, estudos, trabalhos e obras memorialistas que trazem a seguinte grafia: Maria Constança **de** Barros Machado. Entretanto, a consulta a fontes e atos oficiais e, em conversa com familiares, notamos que não existe em seu nome o termo prepositivo “**de**”.

importância de suas referências políticas, podemos entendê-la ainda como uma intelectual engajada no trabalho educacional, ganhando certa notoriedade no seu lugar social de atuação³.

Tais propostas de reflexão estão ancoradas na linha de pesquisa “Teorias e Práticas educacionais” e vinculadas às discussões do “Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira” – GEPHEB, ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Unidade Universitária de Paranaíba. A pesquisa situa-se em um momento de organização da formação de normalistas nos primeiros anos de República no Brasil, e se organiza a partir dos anos de atuação da professora Maria Constança no sul do então estado de Mato Grosso.

Embora a produção acerca da História da Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul tenha passado por uma franca expansão nos Programas de Pós-Graduação, não foram encontrados estudos mais especificamente direcionados a uma análise socioprofissional da normalista Maria Constança Barros Machado nos pesquisadores consultados. Muito do que se localiza sobre sua atuação está pautado em seu depoimento concedido à professora Maria da Glória Sá Rosa, organizadora de obra sobre a Memória e Cultura de Mato Grosso do Sul, publicada em 1990, e que apresentou importantes registros memorialísticos de muitos professores que atuaram na porção sul do estado de Mato Grosso.

Essa obra, citada no parágrafo anterior, é considerada um aporte fecundo e que fornece um norte a todos que queiram conhecer o assunto em pauta, cabe lembrar, ainda, os trabalhos defendidos nos programas de Pós-graduação de Universidades do país, que versam na perspectiva histórica acerca do tema, fornecendo também sua contribuição, cada qual com suas características epistemológicas específicas, e que auxiliam a pensar sobre as inquietudes inerentes aos processos de pesquisa. Foram realizadas, no início desta pesquisa, consultas aos Bancos de Teses de algumas Universidades, utilizando-se alguns critérios a partir de três grandes eixos: “*Educação em Mato Grosso*”; “*Escolarização primária e secundária em Mato Grosso*”; “*Histórias de vida dos Professores*”, os quais estão detalhados a seguir tendo sido organizados e ordenados por ordem cronológica crescente.

Desta maneira, destacamos os seguintes trabalhos sobre a “*Educação em Mato Grosso*”: Rodrigues (2006) busca compreender o movimento escolanovista no âmbito de

³ Na concepção de Sirinelli (2003), com o crescimento do grupo social dos Intelectuais, pode-se perceber neste grupo uma definição a partir de duas acepções básicas: uma ampla e sociocultural, na qual se inserem os professores, jornalistas, eruditos, os quais foram denominados por Sirinelli, como “mediadores culturais”; a outra acepção é mais estreita e parte da noção de engajamento, sendo que esta última encontra-se relacionada à primeira, já que os tipos citados por Sirinelli (2003) não apenas atuam em suas funções específicas, mas também se colocam a serviço dos elementos socioculturais de uma realidade espacial e temporal.

Mato Grosso, movimento este que provocou mudanças no ensino ao se expandir na primeira metade do século XX; Amarilha (2006) faz um estudo acerca dos intelectuais e o divisionismo de Mato Grosso; Braga (2006), no seu estudo sobre cultura escolar, analisa a disciplina de Educação Física no Colégio Estadual Campo-Grandense entre os anos de 1954 e 1964; Xavier (2006) apresenta dados relevantes sobre a cultura escolar no estado de Mato Grosso, a partir da leitura e escrita nos anos finais do Império; Sá (2007) trabalha as representações da escolarização e da infância em Mato Grosso; Centeno (2007) apresenta reflexões sobre Educação e fronteira; Gomes (2009) apresenta os limites e as possibilidades da atuação de uma professora negra nos primeiros anos de República em Mato Grosso; Cunha (2009) busca compreender a arquitetura e a pedagogia aplicadas no Grupo Escolar de Cuiabá, entre os anos de 1900 a 1915; Gonçalves (2009) analisa a implantação do Grupo Escolar Joaquim Murtinho em Campo Grande, como expressão da política pública educacional; Rodrigues (2009) apresenta-nos a proposta de reforma mato-grossense de 1910, sob o prisma do estado, Educação Escolar e Povo; Dutra (2010), a partir das memórias de professoras negras, busca compreender as dinâmicas desenvolvidas pela sociedade da época.

Os pesquisadores que versam sobre a “*Escolarização primária e secundária em Mato Grosso*” são os seguintes: Rocha (2010), que investiga o processo de implantação do ensino secundário em Campo Grande, tendo como objeto o Ginásio Osvaldo Cruz; Souza (2010), que verifica como as reformas nacionais do ensino se consolidaram no ensino secundário na cidade de Corumbá-MS; Paes (2011), que fornece subsídios importantes para compreender o significado da escola primária rural em Mato Grosso; Oliveira (2011), que em trabalhos recentes, busca analisar o processo de implantação dos grupos escolares, em decorrência da Reforma Educacional de 1910, no âmbito das políticas educacionais de Mato Grosso, no período de 1910 a 1930; Silva (2012), que busca, por meio das reformas educacionais, compreender os diferentes sujeitos envolvidos no processo educacional de Mato Grosso, entre os anos de 1870 a 1880; Fin (2012), que realiza reflexões sobre a apropriação das ideias escolanovistas no estado de Mato Grosso, tendo como foco de estudos o âmbito da formação de professores nos primeiros anos de República; Santos (2012), que realiza um trabalho sobre as escolas reunidas no estado de Mato Grosso. Neste caminho, encontramos ainda o trabalho de Silva (2013), que por meio dos manuais didáticos, procura compreender o imaginário e as representações sobre a história do estado de Mato Grosso; Pinto (2013), que por meio das páginas da imprensa, procura compreender a instrução no estado de Mato Grosso entre os anos de 1880 a 1910. Grande parte destes trabalhos são produções fomentadas pelos grupos

de pesquisas espalhados pelo país, aos quais os pesquisadores estão vinculados, e que trabalham com as referidas temáticas.

Nesse sentido, observa-se ainda que muitos dos inúmeros trabalhos que foram desenvolvidos com vias de elucidar as práticas e representações sociais de professores e professoras normalistas debruçaram sobre os indícios e fontes da Primeira República, para além de Mato Grosso, notando-se neles um florescimento das normas da Instrução Primária no país. Outros ainda foram à campo e, ao se debruçarem nas inúmeras fontes que remetem a aspectos do passado, acabaram também por se dedicarem aos registros memorialísticos, buscando, pelo viés das lembranças de professores aposentados, ex-alunos e colegas de profissão, contribuir também para o registro de determinado período histórico que foi por eles próprios vivenciado.

Dentre as produções sobre o eixo: “Histórias de vida dos Professores”, destacamos as escritas por: Carvalho (2007), que apresenta-nos a vida, formação e a religiosidade de uma professora e religiosa na cidade de Uberlândia – MG. Nesses seus estudos, o citado autor registra a trajetória de vida da professora Ilar Garotti, utilizando-se das interfaces do cotidiano, dos aspectos simbólicos e de determinados elementos singulares que contribuíram para a construção da história de vida da referida professora; também aborda aspectos não totais, porém significativos da vida de Ilar Garotti. No mesmo sentido, Souza (2009) forneceu-nos uma contribuição sobre o ser e fazer-se professora no estado do Piauí no século XX. Por meio da história de vida de uma normalista, a pesquisadora dialoga com autores e referenciais teóricos fundamentais na construção de sua narrativa, apresentando-nos, por meio das inúmeras fontes pesquisadas, as experiências de Maria das Neves, ou simplesmente “Nevinha”, no interior daquele estado.

Além desses já citados, vale destacar o papel fomentador exercido pela Sociedade Brasileira de História da Educação, com a promoção do Congresso Brasileiro de História da Educação – CBHE, dedicando espaço nos eventos onde são discorridos temas sobre “*História da Profissão Docente*”. Nota-se, assim, uma crescente produção histórico-literária bastante especificada bem como o compromisso de muitos educadores e pesquisadores em compartilhar e socializar o resultado de suas pesquisas finalizadas ou em andamento. O último CBHE, realizado no ano de 2013, na cidade de Cuiabá – MT, apresentou um quantitativo razoável de trabalhos voltados para o tema em foco, dentre eles: Melo (2013) apresenta traços da Escola Normal de Caxias no Maranhão, a partir da história de vida de uma professora; Bueno (2013) apresenta reflexões sobre a circulação das ideias da escola nova entre os anos de 1946 a 1961; Oriani (2013) apresenta as contribuições das mulheres para a

História da Educação; Guimarães e Silva (2013) colocam em debate o ser e fazer docente a partir de memórias de professores.

Por outro lado, a seleção e a organização de fontes são de suma importância no trabalho historiográfico, visto que, como nos alerta Certeau (2002, p. 65), é necessário uma operação historiográfica onde o pesquisador estabelece uma relação entre sua pesquisa e o lugar social, apontando caminhos onde “[...] Em história tudo começa com o gesto de separar, selecionar[...]”, interpretando, assim, as fontes mais que essenciais nos trabalhos deste porte. Ao longo da presente pesquisa, debruçamo-nos sobre fontes primárias, como jornais, diários oficiais, mensagens, regulamentos, ofícios, fotografias, cartas, discursos. A localização de tais documentos se deu por meio de visitas às pessoas ligadas ao tema em questão e ainda ao Arquivo Público de Mato Grosso; ao Arquivo da Escola Estadual Liceu Cuiabano; ao Arquivo da Escola Estadual “Presidente Médici”, todos os três localizados em Cuiabá – MT; ao Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul; aos Arquivos da Escola Estadual “Maria Constança Barros Machado”, da Escola Estadual “Joaquim Murtinho”, do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, todos eles localizados em Campo Grande – MS, e que nos forneceram uma importante dimensão do cenário escolhido para o estudo; acrescidos a tais visitas, soma-se ainda o fato de não termos nos furtado de pesquisas advindas de fontes orais como meio de trazer à tona as memórias e representações sociais de ex-alunos, amigos e colegas de Dona Constança, pois como bem ensina Bloch (2001, p. 79-80):

[...] A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele. É curioso constatar o quão imperfeitamente as pessoas alheias a nosso trabalho avaliam a extensão dessas possibilidades. É que continuam a se aferrar a uma idéia obsoleta de nossa ciência: a do tempo em que não se sabia ler senão os testemunhos voluntários.

Diante dessa diversidade de testemunhos históricos “quase infinita”, pensada nos primórdios da Escola dos Annales⁴, percebe-se que há uma reorganização na concepção de História, pois notamos que, com as novas tendências,

⁴ A gênese por rupturas significativas, remonta às primeiras décadas do século XX. A criação da Revista Annales pelos historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre na década de 1930, deu início a uma reestruturação teórica e metodológica no campo das Ciências Humanas, principalmente no campo da História. As contribuições destes intelectuais foram imprescindíveis nas pesquisas posteriores. A partir da renovação historiográfica trazida pelos Annales, com o tempo, notamos uma crescente demanda de reflexões referentes não apenas aos aspectos sociais, econômicos e políticos das sociedades humanas, mas ainda aos aspectos culturais e suas representações no tempo. Esta corrente histórica influenciou e influencia muitos historiadores até o presente momento, pois admite a utilização de outras fontes históricas, e considera a infinidade de testemunhos históricos como válidos

[...] A história, não mais restrita à política, passa a interessar-se também por aspectos econômicos, sociais e culturais da sociedade. Mais recentemente, sobretudo nos últimos 50 anos, valorizam-se cada vez mais os sujeitos “esquecidos” da história, como as crianças, as mulheres, os negros, os índios e as camadas populares. Sentimentos, emoções e mentalidades também passam a fazer parte da história. Fontes até então consideradas pouco confiáveis e científicas começam a fornecer indícios para reconstruir o passado. Nesse processo, a história se aproximou de ciências como a antropologia e a linguística, que lhe propuseram novos olhares e novos instrumentos conceituais, refinando a análise desses novos objetos. (GALVÃO & LOPES, 2010, pp. 32-33).

Neste caminho, o historiador francês Le Goff, (1984, p. 103), contribuiu lembrando que todo documento é resultado de práticas do momento em que foi produzido e ainda dos tempos em que o mesmo permanece, defendendo que:

[...] O Documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.

Assim, feita a seleção das fontes, cabe ao historiador pensar os documentos de forma crítica e considerá-los como resultado de práticas sociais e culturais. Não enxergá-los apenas como puro testemunho da história, ou como prova inquestionável do que se analisa, porém, devem-se compreender tais testemunhos de forma que suscitem questionamentos, pois,

[...] concebemos as fontes como suportes para a reconstrução do fato histórico, o qual nada mais é que uma recriação do historiador em seu diálogo com a empiria. Nesse momento, ele constrói uma narrativa que não é exatamente aquela emanada dos documentos e nem tampouco a contemporânea do historiador, mas sim o produto dialógico. O que transforma os documentos em monumentos é a forma como o historiador lida com eles, como os concebe e os prioriza. (SIQUEIRA & SÁ, 1997, p. 321).

na pesquisa e produção do conhecimento. Tais considerações tornam-se mais evidentes na terceira geração dos Annales, onde os pesquisadores observam que, além das práticas econômicas e políticas, as práticas culturais configuram-se como um rico espaço de reflexão sobre as ações do homem no tempo. Assim, vemos principalmente a partir da década de 1960 a crescente produção de trabalhos que apontavam para novos objetos, novas fontes, novos paradigmas. Neste sentido podemos lembrar três tendências que contribuíram nas inovações historiográficas: Nova História Cultural Francesa, história social e micro-história.

A “transformação dos documentos em monumentos” proporciona ao pesquisador a compreensão de uma determinada problemática, a partir de testemunhos que são considerados na medida em que se apresentam como representações⁵ sobre o fato a ser estudado, contribuindo, assim, com nosso olhar para o objeto, tentando desvendar, ainda, novas representações sobre a atuação de Maria Constança Barros Machado.

De acordo com Pesavento (2005, p. 39):

[...] as representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.

E é sobre essa construção da realidade que os sujeitos históricos imprimiram suas concepções, anseios, perspectivas, inquietudes, desejos, logo, suas subjetividades, que são deixadas para os pesquisadores sob a forma de fontes do passado. Neste caminho, Paes (2011, p. 21) faz um alerta sobre as fontes e as análises sobre o passado que elas possibilitam:

[...] É preciso ver o passado por meio de lentes próprias na busca do que tenha sido aquela realidade. Ao se trabalhar com as fontes de pesquisa, aprende-se que, diante de um arquivo, dialoga-se com documentos, conseguindo compreender o não-dito, o que foi esquecido ou silenciado. Os arquivos não guardam apenas desejos, aspirações e sonhos, são produtos da sociedade que os configurou segundo as relações de força que detinham o poder em cada situação documentada. Ainda sobre as fontes, é preciso que se considere sua multiplicidade, tanto na busca do dado histórico, quanto no seu tratamento.

A procura em arquivos escolares, pessoais e públicos é um caminho que nos apresenta essa multiplicidade de fontes, pois coloca o historiador em contato com sua matéria-prima, os indícios e os sinais de um tempo passado. Bacelar, (2011, p. 25), alerta que:

⁵ O conceito que partilhamos é apresentado pelo historiador francês Roger Chartier (1991) no texto : “O mundo como representação”, que entende o processo histórico como um conjunto de práticas culturais e por meio das representações sociais concorrentes pode-se compreender o passado a partir das fontes e ainda traçar argumentos verossímeis ao estudo desse passado. A categoria “Representações Sociais” que utilizamos neste trabalho fornece o respaldo teórico na busca de se compreender o passado, não como a verdade sobre o que aconteceu, mas como uma aproximação dessa realidade que nos vem por meio de fontes e indícios de um tempo no qual os homens e mulheres desenvolveram suas estratégias e atividades sociais e culturais para se pensar e agir na realidade em que se insere. Chartier alerta ainda que as “percepções do social” não são discursos neutros e apresentam práticas específicas de cada momento histórico. O conceito de representação mostra-se como fundamental para a Nova História Cultural.

A relação entre os historiadores e as fontes documentais, mais especificamente as que se encontram em arquivos, não foi sempre a mesma, como nos mostram importantes e divulgados trabalhos de Historiografia. Dos que viam nos documentos fontes de verdade, testemunhos neutros do passado, aos que analisam seus discursos, reconhecem seus vieses, desconstruem seu conteúdo, contextualizam suas visões, muito se passou [...].

Feito este exercício, é importante lembrar que se compartilha, neste trabalho, da coleta de fontes do Paradigma Indiciário, proposto por Ginzburg (1989), uma vez que voltamos nossos olhos para um sujeito e partir das inúmeras pistas e indícios deixados ao longo do tempo de atuação junto à Educação do estado, tentamos compreender sua atuação. Por este prisma, faz-se necessário a busca de fontes e documentos que contribuam na pesquisa. Tal busca, nas palavras de Ginzburg (1989, p. 151), é inerente ao homem:

[...] Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas.

Ginzburg aponta o trabalho investigativo como algo válido no trabalho do historiador, uma vez que este procura suas fontes e a partir delas organiza suas ideias e pensamentos, como faz um detetive com as pistas de seus casos, atingindo assim respostas para as inquietações colocadas nos projetos e no decorrer da pesquisa. Paes (2011, p. 23), partilhando das mesmas concepções deste paradigma, pondera em sua análise que:

[...] o paradigma indiciário pode ser compreendido como um conjunto de princípios e procedimentos que contém a proposta de um método heurístico centrado em detalhes, nos dados marginais, nos resíduos tomados como pistas, indícios, sinais, vestígios ou sintomas (na terminologia psicanalítica). Os princípios desse paradigma são: o aspecto subjetivo, ou seja, as especificidades do objeto de estudo; o caráter indireto do conhecimento; inferir causas com base nos efeitos; além do exercício da conjectura e da imaginação criativa durante todo o processo de pesquisa. Já os procedimentos indicados são: a prática interpretativa interdisciplinar situada no âmbito da micro análise; a análise microscópica referida à redução de escala na observação do objeto e o estudo intensivo e minucioso do material documental.

O contato e o estudo minucioso com o material encontrado mostraram-se algo desafiador. A cada visita às pessoas ou instituições de preservação, novas e inquietantes perguntas, dúvidas que permeavam as ideias centrais colocadas no projeto inicial. Mesmo tendo sido notada a escassez de fontes e documentos frente à forte atuação da normalista Maria Constança ao longo dos anos, entretanto, para cada lacuna que os documentos sobre a sua vida nos oferecia, criávamos possibilidades inerentes ao paradigma, por meio das subjetividades que vinham à tona pelas entrevistas, as quais nos possibilitaram um contato com os tempos de colégio de cada sujeito entrevistado e as representações (CHARTIER, 1991) advindas desses tempos. E a cada novo contato, uma nova pista, um novo indício. As conversas duradouras, entre momentos de emoção e risos, marcaram e contribuíram para a presente pesquisa, uma vez que cada colaborador, ao evocar suas memórias, lembranças e recordações marcantes sobre o seu passado escolar, trazia à tona certas informações, certos detalhes peculiares que serviam de fio condutor para a construção de um registro histórico. A título de exemplo, podemos lembrar a conversa com a ex- aluna e professora Aparecida Garcia Bueno, uma das colaboradoras entrevistadas, e que ocorreu na residência da igualmente ex-aluna e professora Sylvia Cesco. Em um clima de descontraídos risos e momentos de emoção, elas foram apresentando, num processo dialógico, e como se estivessem ambas tecendo um trabalho artesanal a “quatro mãos”, alguns indícios de como eram as práticas no Colégio Estadual na época de seus estudos. De seus diálogos depreende-se que o ingresso ao referido Colégio – (e a outros ginásios da época) – se dava após o extinto “Exame de Admissão”, uma espécie de ano escolar especial que possuía livro didático, material e planejamento de atividades bastante específicos e somente quem fosse aprovado entraria para as séries ginásiais. E era no Ginásio- no caso, o Estadual Campo-Grandense, que se efetivavam as possibilidades reais de socialização, estreitamento e fortalecimento dos laços de amizade entre os colegas.

Bosi (1994, p. 89) contribui ao colocar em debate a função da memória em nossa sociedade, lembrando que esta não reconstrói o tempo, mas apresenta-nos uma evocação do passado:

[...] Qual a função da memória? Não reconstrói o tempo, não o anula tampouco. Ao fazer cair a barreira que separa o presente do passado, lança uma ponte entre o mundo dos vivos e o do além, ao qual retorna tudo o que deixou à luz do sol. Realiza uma *evocação*: o apelo dos vivos, a vinda à luz do dia, por um momento, de um defunto. É também a viagem que o oráculo pode fazer, descendo, ser vivo, ao país dos mortos para aprender a ver o que quer saber.

Assim, uma pergunta, um gravador e uma boa história compõem um arsenal válido para a compreensão das muitas memórias. Tão válido como documentos oficiais, o relato de vida dos professores, alunos, funcionários é considerado como fontes valiosas na medida em que lida com o humano, este ser que lembra, esquece, narra. Saber ouvir é característica fundamental em pesquisas desse gênero, uma vez que é da fala do entrevistado que surgirão inúmeras questões para a produção de fontes históricas, as quais são válidas não só enquanto documento oficial, mas ainda como uma narrativa de vida, ambos elementos com o mesmo *status* de fonte histórica.

Lembrando Pesavento (2005, p. 97): “[...] uma ideia na cabeça, uma pergunta suspensa nos lábios, o mundo dos arquivos diante dos olhos e das mãos. Nessa medida, tudo pode vir a tornar-se fonte ou documento para História, dependendo da pergunta que seja formulada [...]”. A realização de entrevistas no campo da história abre espaço não só para as memórias dos colaboradores, mas também aponta caminhos que levam a determinadas fontes que se encontram em arquivos pessoais e não seriam localizados em arquivos ou órgãos públicos. Thompson (1992, p. 25) lembra em seus estudos que:

[...] A entrevista propiciará, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados. A fronteira do mundo acadêmico já não são mais os volumes tão manuseados do velho catálogo bibliográfico. Os historiadores orais podem pensar agora como se eles próprios fossem editores: imaginar qual a evidência de que precisam, ir procurá-la e obtê-la.

Assim, o indício e as pistas, (GINZBURG, 1989), fazem toda diferença em pesquisas, que vislumbram possibilidades de compreensão por meio de tais memórias. Neste sentido, foram entrevistadas oito pessoas dentre elas, uma neta de Maria Constança, uma ex-colega, quatro ex-alunos e duas ex-diretoras do Colégio Estadual; em seus discursos, podemos perceber os interesses e as posições de cada um e seus anseios com os resultados da pesquisa para além de simples contribuições; não é apenas a história de Constança que eles narram, mas sim, a influência dessa normalista em suas vidas.

Diante dos pressupostos mencionados, a presente pesquisa emergiu da preocupação do pesquisador em compreender a formação e atuação de normalistas no estado de Mato Grosso, investigando como tal processo se deu, e, assim, contribuir com a historiografia de vida dessas educadoras, em particular de Maria Constança Barros Machado. O ingresso no GEPHEB e as discussões nas disciplinas do programa contribuíram na elucidação e no

esclarecimento do tema proposto e ainda na problematização das fontes a serem analisadas, uma vez que a formação inicial deste pesquisador é licenciatura em História, fator imprescindível para a realização de tais análises, visto que o gosto pela pesquisa advém desde os tempos da graduação entre os anos de 2007 a 2010 nas Faculdades Integradas de Cassilândia, onde as contribuições iniciais foram no campo da História e Memória, tendo como objeto de análise o filme: “Narradores de Javé”. Tal exercício proporcionou contato com obras sobre os novos objetos em História, tendo como aporte as considerações advindas da Nova História Cultural que, nas palavras de Burke (2008, pp. 68-69): “vem sendo a forma dominante de história cultural atualmente”.

A mudança do objeto e do foco de análise para esta pesquisa mantém viva a mesma preocupação advinda da graduação: a preservação da memória e a produção historiográfica. Neste caso, a preocupação aqui colocada é com a memória educacional do estado de Mato Grosso, precisamente sua porção sul. Desta feita, a continuidade de estudos nesse campo contribui para a ampliação do conhecimento e do saber deste pesquisador, favorecendo ainda mais a efetivação de suas pesquisas e análises no campo árduo, porém gratificante, que é o da historiografia.

Nota-se ainda que a opção pelas fontes orais, bem como a utilização de pressupostos da Nova História Cultural, sobretudo a francesa, são, em muitos casos, norteadores nas histórias de vida, pois levam o pesquisador a trilhar os caminhos das práticas e do cotidiano para a compreensão de determinadas nuances dos momentos históricos, aos quais costuma voltar seu olhar. Sendo assim, para a realização de nossa proposta, utilizaremos de inúmeras fontes, tais como: evidências orais (de familiares, ex-alunos, ex-colegas do sujeito-foco deste estudo) e indícios e pistas fornecidas pelos inúmeros documentos e fontes consultados- (regulamentos, jornais, discursos, cartas) referentes à vida profissional da normalista Maria Constança, entendidos como fonte capital em nossa proposta. As imagens são utilizadas uma dupla função: ilustrar e informar, possibilitando assim um panorama acerca da atuação da normalista. Ainda no caminho das fontes, e para vislumbrar e compreender aspectos referentes à formação dessa referida professora, deve-se lembrar que o marco para este estudo pode ser considerado a criação, em 1910, da Escola Normal de Cuiabá, efetivada no governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa, a qual contou, em seus quadros, com professores oriundos do estado de São Paulo.

Tendo em vista tais pressupostos, este trabalho configura-se como um produto final, mas que poderá ter sua continuidade assumida por este ou mais pesquisadores a partir de outras leituras, pesquisas, orientações, discussões, coleta de fontes e de entrevistas, que

podem, inclusive, ser consideradas como conversas informais, sem, no entanto, serem menos produtivas sobre cenários históricos similares aos aqui estudados. O presente texto encontra-se estruturado em três momentos que compõem um cenário a que chamamos de “Os Tempos de Constança”. No primeiro, são apresentados os aspectos históricos da Instrução Pública no estado de Mato Grosso, bem como o processo de criação da Escola Normal de Cuiabá para compreendermos a formação de normalistas no estado. Intitulado: “A Escola Normal de Cuiabá, a formação de professores e a instrução pública em Mato Grosso”, este momento apresenta a análise de documentos armazenados no Arquivo Estadual de Mato Grosso, os quais foram digitalizados pelo Grupo de Pesquisas História da Educação e Memória da Universidade Federal de Mato Grosso, que disponibilizou os arquivos em seu site e ainda em uma mídia removível (*Hard Disk* Externo) para a pesquisa; também contou com atividades de visitas realizadas *in loco*. Nos arquivos digitalizados, localizamos documentos como mensagens, regulamentos, relatórios, entre outros, que contribuem para o entendimento da estruturação da Instrução Pública e da Formação de Professores no estado de Mato Grosso. Neste referido momento, utilizamos um recorte temporal pautado nas reformas ocorridas nos anos de 1910 a 1927 no estado.

O segundo momento apresenta-se como campo profícuo de análises e compreensão da atuação de Maria Constança Barros Machado a partir de suas memórias registradas por Rosa (1990). Nele, a preocupação é elucidar sua atuação na Educação de Campo Grande por meio de suas lembranças. “Os tempos, a memória e as representações de Maria Constança Barros Machado” traz para discussão, além de suas lembranças, fontes como fotografias, entre outras, além de entrevistas com colegas contemporâneos, no intuito de problematizar e compreender como as memórias daquela referida normalista se organizaram em torno dos tempos de sua formação e atuação, proporcionando compreender as representações que suas lembranças fornecem para “Os Tempos de Constança”.

“As práticas de Constança: contribuições da normalista no Sul de Mato Grosso” compõe o terceiro momento deste trabalho e que traduz a busca pela elucidação das práticas da docente bem como a atuação de Maria Constança à frente da Escola Normal e do Colégio Estadual, principalmente em suas últimas gestões (década de 1960), pois os colaboradores da pesquisa conviveram com a educadora neste período. Aqui, a preocupação está sobre o aspecto das lembranças e da memória dos colaboradores, já que as fontes orais se apresentam como terreno movediço, mesmo sendo reconhecidas como de grande valia para as inquietantes representações de Constança. Neste momento, buscaremos compreender sua atuação na formação de outras normalistas e na escolarização na porção sul de Mato Grosso,

por meio de fontes coletadas na atual Escola Estadual “Joaquim Murtinho” e na Escola Estadual “Maria Constança Barros Machado”, bem como de entrevistas com ex-alunos, colegas e familiares; tais procedimentos, por certo, nos levam a compreender as práticas da normalista, sujeito desta pesquisa, por meio das representações que permanecem nas memórias e nos documentos.

Por fim, apresentamos as Considerações Finais do presente trabalho, onde apontamos questões pertinentes sobre a pesquisa e alguns resultados atingidos.

1 A ESCOLA NORMAL DE CUIABÁ, A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM MATO GROSSO

Em Mato Grosso (estado de economia agrária de caráter extrativista), a preocupação com a instrução pública com vistas ao progresso se configurou na primeira década do século XX, com uma nova estrutura e organização no ensino primário e normal da região.

(RODRIGUES, 2009, p. 21).

1.1 Formação de professores em Mato Grosso: apontamentos iniciais

Com o fim do Império e o advento do regime republicano⁶, constava nos ideais de suas lideranças o aceleração da instrução dos integrantes dos grupos sociais daquele período, diga-se de passagem, compostos em sua maioria por analfabetos. Nos últimos anos de Império e começo da República, nota-se uma sensível mudança na realidade social de Cuiabá, proporcionada por uma crescente urbanização. Siqueira (2000, p. 75), alerta que este processo:

[...] fez com que as autoridades passassem a olhar com maior rigor as comunidades cujas práticas quotidianas não se coadunavam com o perfil do cidadão brasileiro e mato-grossense, preconizado pelas elites. A cidade deveria ser a representação de seu grau de evolução e civilização e, nessa medida, os cidadãos que a compunham deveriam ter introjetados e colocados em prática esses mesmos valores.

Em meio a tais alterações de cenário no decorrer dos anos, e no crescimento da cidade, era preciso, então, colocar o país nos trilhos da modernidade, buscando apagar os vestígios de uma sociedade semicolonial, sendo que:

As escolas, com seus conteúdos e práticas, refletirão as exigências contidas nas Reformas de Ensino, perseguidoras e reprodutoras da ideologia modernizadora. Por outro lado, o trabalho educativo com esses sujeitos - advindos, em sua maioria, de

⁶ Sobre políticas de Educação em âmbito nacional, assistimos, ao longo do século XIX, um processo de descentralização proporcionado pelo Ato Adicional de 1834 que delegou aos Estados a responsabilidade de organizar e legislar sobre a instrução primária pública, já nos anos finais do Império brasileiro. A título de exemplo, cita-se a criação da primeira Escola Normal na cidade de Niterói, capital da Província do Rio de Janeiro (1835), respondendo a anseios do grupo político conservador da época. Em Mato Grosso foram inúmeras tentativas de implementação de Escolas Normais em Cuiabá nos primeiros anos da República. Apenas na década de 1910 que foi possível efetivar tais propostas. Nota-se, neste sentido, que as inúmeras aberturas da Escola Normal estão ligadas a questões de cunho político. O Estado passava por turbulências administrativas, uma vez que seus governos não mantinham um vínculo duradouro, não demonstrando muito interesse no campo da Instrução Pública. A efervescência política e as disputas pelo poder eram práticas constantes em um Estado marcado por um “povo armado”. (CORREIA, 2006).

um universo social e culturalmente distante daquele ensejado pelos sistemas escolares - não se processou sem resistências e embates, geralmente silenciados pela historiografia. (SIQUEIRA & SÁ, 1997, p. 319).

Há neste momento uma preocupação mais intensa com o campo educacional de nosso país. Havia no imaginário dos republicanos a ânsia pela ordem e progresso, o que para eles seriam alcançados por meio de uma instrução pública que contribuísse de fato para o desenvolvimento tanto dos estados como também do país; assim como alerta Paes (2012), o nascimento da República veio acompanhado da crença na necessidade de reorganização da ordem social, tendo a Educação como instrumento inerente ao processo da construção de um país. O ideário positivista de “progresso social” disseminado nos tempos iniciais de formação da República tinha como proposta mudanças e transformações na vida social, sendo que:

[...] Entendiam que os problemas nacionais só poderiam ser resolvidos pela eliminação da “ignorância” do povo e pela vulgarização de um referencial científico positivo. A questão que se colocava era a inserção do país no rol das sociedades mais desenvolvidas, e a educação surgia, então, como questão fundamental para alcançar o progresso do país. (RODRIGUES, 2009, p.18).

Assim, no contorno das reformas promovidas no ano de 1910, no governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa, foi criada a Escola Normal de Cuiabá, com auxílio e a influência de normalistas paulistas⁷ formados na Escola Normal de São Paulo⁸:

[...] Com o objetivo de oferecer a infraestrutura necessária, no sentido de propiciar o desenvolvimento do estado, desencadeando a modernização das cidades e sua urbanização. Vinculou, porém, o alcance desse objetivo à exigência de reformar o sistema escolar, investindo na reorganização da instrução primária e na formação de professores. (OLIVEIRA, 2011, p. 81).

⁷ Leowigildo Martins de Mello foi contratado para atuar como diretor da Escola Normal de Cuiabá e da Escola Modelo anexa. Gustavo Kuhlmann foi contratado para desenvolver as atividades do Grupo Escolar do segundo distrito. Tais normalistas contribuem na reorganização da instrução primária no Estado de Mato Grosso, havendo uma semelhança na organização curricular de ambas instituições com algumas disciplinas que se diferem nos programas de cada instituição. (SÁ, 2006).

⁸ A Escola Normal de São Paulo foi criada no ano de 1846. Na época de sua criação, só eram admitidos alunos do sexo masculino. O professor recebia uma turma de alunos e os acompanhava até o fim do segundo ano. Em seguida, selecionava outros alunos para uma nova turma. A instituição paulista passou por períodos em que fora fechada por motivos políticos-administrativos, porém ela assume um papel de influenciadora na organização de outras Escolas, como no caso de Mato Grosso. Ficou conhecida também como “Escola da Praça”. Sobre o assunto, recomendamos os seguintes trabalhos: Monarcha (1999) e Souza (2008).

Os novos contratados colaboraram com as medidas reformistas, como a criação de Grupos Escolares e a implantação do método intuitivo⁹, que emergiu diante das inovações educacionais evidentes no momento histórico, com a utilização de uma variedade de materiais, voltados para aulas práticas, tornando:

[...] compreensível o surgimento de manuais destinados a orientar o uso dos novos materiais na prática pedagógica. Nesse contexto, o livro assume uma função diferenciada na instrução: passa a ser menos utilizado pelo aluno como depositário primordial das lições a serem memorizadas e torna-se o material essencial para o professor, expondo um modelo de procedimentos para a elaboração de atividades que representem a orientação metodológica geral prescrita, justificando a proliferação desses manuais no período. (VALDEMARIN, 2006, p. 92).

Assim, a partir da preocupação com o desenvolvimento e ainda de modernização necessária ao estado de Mato Grosso, outros apontamentos se somam às propostas para a formação de professores de então, uma vez que:

[...] A Escola Normal de Cuiabá foi criada através da Lei nº 533 de 4 de julho de 1910 e instalada no dia 1º de fevereiro de 1911. O bom funcionamento dessa instituição significava, naquele momento, a garantia da efetivação do projeto de modernização da educação mato-grossense e, conseqüentemente, da sociedade [...]. (SÁ, 2008, p. 02).

Assim, a criação desse espaço de formação de professores veio, enfim, ao encontro com a preocupação em alinhar o estado aos meandros do progresso, evidenciados no momento histórico do país, e garantir um projeto de modernização do Brasil; para tanto, era necessário uma profissionalização do quadro docente que estivesse de fato preparado para atuar no ensino primário e secundário. A preocupação do governo do estado com a criação da Escola Normal é resultado de reformas que contribuíram para a efetivação da organização da Escola Normal e ainda da instrução pública em todo estado de Mato Grosso.

1.2 A Instrução Pública em Mato Grosso nos primeiros anos de República (1889-1910)

Para compreender os espaços de escolarização e formação docente em Mato Grosso como uma construção histórica que responde a determinados anseios e necessidades dos homens de seu tempo, é pertinente ainda observar que tais normas ou práticas compõem uma

⁹ Sobre o assunto, vale consultar os trabalhos de Valdemarin (1998); (2004); (2010), em que a autora busca compreender o processo de organização e aplicação dos métodos de ensino, em especial o método intuitivo.

gama instigante de reflexões, seja na formação de professores, no cotidiano escolar ou ainda na história de disciplinas escolares, uma vez que tais análises necessitam que o pesquisador leve em consideração o corpo profissional que atua de fato nesse cenário, bem como as concepções teóricas existentes para o momento. Neste sentido, por meio de consulta às fontes, abordaremos aspectos no que se referem à organização da Educação em Mato Grosso, no Brasil republicano, para compreender em seguida as representações acerca do processo de organização e funcionamento da Escola Normal e como se efetivou a formação de normalistas nos anos iniciais da República, uma vez que, se pensarmos a situação política do estado naquele momento, veremos que:

Com a implantação do sistema de governo republicano, a liderança da administração do estado de Mato Grosso ficou, de forma alternada, nas mãos de dois grupos oligárquicos: do norte, representada pelos senhores de engenho e, posteriormente, usineiros de açúcar; e a do sul, composta de grandes pecuaristas e pelos comerciantes. A busca pelo poder gerou, em determinados momentos, lutas armadas nos bairros da Capital e no interior do estado, abalando significativamente a instrução pública, devido ao pânico que se instaurava entre a população. (SÁ & SÁ, 2011, p. 29).

Os estudos de Corrêa (2006) contribuem nessas reflexões por entenderem como inerentes ao processo político-administrativo do estado, as práticas de violência. Em seus estudos, nota-se que:

A sociedade mato-grossense caracterizou-se desde os seus primórdios, de maneira praticamente generalizada, por relações de violência. Isso se explicou em função de uma série de fatores que envolveram todo o seu processo de ocupação desde os primeiros contatos com a terra (implicando na luta contra uma natureza indômita, com os seus primitivos habitantes e com os súditos espanhóis), até a exploração e o povoamento dos seus núcleos mineradores. A violência como um componente inerente às bases dessa sociedade, refletiu-se também de maneira clara e intensa na esfera política mato-grossense como uma herança da estrutura de dominação colonial que se estendeu até meados do século XIX. (CORRÊA, 2006, p.29-30).

Em sua mensagem à Assembleia Legislativa do ano de 1909, Pedro Celestino garante que há necessidade de esforço por parte do poder público quanto à instrução primária:

Nenhum ramo do serviço público está reclamando mais esforço e cuidado da parte da administração, para sair do seu estado atual, que é bem pouco satisfatório que a nossa instrução pública. O que ela exige, porém, não é tanto a reforma dos seus

regulamentais, embora um tanto antiquado o da Instrução primária, que é de 1896, como o melhor preparo dos professores desta categoria, principalmente nas localidades do interior, onde é geralmente mais sensível a falta de bons professores, bem como a de inspeção das escolas pelas autoridades incumbidas desse serviço. (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1909)

O governante, em sua mensagem encaminhada à Assembleia, pondera inúmeros aspectos, desde a falta de investimentos na formação bem como a falta de estrutura física para o funcionamento das escolas no estado, instaladas em anos anteriores. De fato, há que se reconhecer o papel desse governo na organização e efetivação da instrução primária como necessária à escolarização no estado, uma vez que, para que houvesse de fato escolas, fazia-se necessário a consolidação da formação de professores, já que no país, ainda no XIX:

Investir na formação do professor era essencial para a efetivação do “progresso social”, pois sua ação estava voltada para a formação de hábitos, costumes, valores e conhecimentos do cidadão, de modo a inseri-lo no universo do trabalho tornando-o, desse modo, útil à sociedade.(SÁ, 2007, p.95).

Neste sentido, o governador da época pondera as dificuldades da profissão docente e a situação do professorado no estado:

A exiguidade dos vencimentos do professorado é ainda uma das causas do desalento do ensino, entre nós, como demonstra o fato de serem nomeados interinamente a maioria dos professores, quando, anualmente, tem sido posta a concurso todas as cadeiras, sem que se inscreva um só candidato. Apenas as da Capital e de algumas localidades são regidas pôr professores de concurso. (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1909).

A falta de estrutura física das escolas e a má remuneração do professor nos primeiros anos do governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa mostram-se como problemas que precisam de solução, uma vez que o estado, naquele momento, precisava acompanhar todo desenvolvimento e progresso da nação republicana; desse modo, nas palavras daquele governador, há, então, a necessidade real da abertura de um espaço que forneça a formação necessária aos professores para que, assim, ocorra o processo de escolarização no estado com vias à formação e consolidação dos preceitos democráticos e,

Para que, porém, a instrução progrida, se dissemine pôr toda as camadas, habilitando o povo para a escolha inteligente dos seus governos no regime democrático, para o

conhecimento e a defesa dos seus direitos e para a luta pela vida, é preciso proporcionar-lhes mestres e educadores. Pende de vossa deliberação o projeto que cria uma Escola Normal nesta Capital. A sua conversão em lei habilitará o governo a instalar no próximo ano vindouro essa base da instrução primária. (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1909)

A mensagem em questão prioriza a efetivação da Escola Normal. No dia 13 de Maio de 1910, um ano após a mensagem em que solicitava dos deputados deliberação para a criação da Escola Normal, outra mensagem é enviada à Assembleia Legislativa pelo governador em foco; nela, o dirigente coloca novamente a questão da formação dos professores como caso a ser solucionado pelo poder público. Nota-se um empenho pela efetivação da formação para que, assim, o estado possa ser colocado no caminho do desenvolvimento:

[...] Precisamos, pois, de uma Escola Normal para os dois sexos, destinada a habilitar para o magistério público os que se propuserem a exercer-lo. Tem essa escola convenientemente organizada, impossível será conseguir melhorar a instrução primária, que é de que necessita o povo. (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1910).

Pedro Celestino mantém um tom eloquente em seus discursos. Nota-se em grande parte das fontes consultadas sobre aquele período a preocupação com o desenvolvimento e o crescimento intelectual dos cidadãos. Há a necessidade de se criar uma nação de cidadãos que possam ser, além de votantes, instruídos. A preocupação desse governante vai além da mera procura por cursos sem um respaldo coerente em suas disciplinas e no conteúdo programático do processo de escolarização, uma vez que:

Em um país como o nosso, entretanto onde a verdade é que tudo está inda por fazer, não se pode, nem se deve dar grande elastério ao programa da instrução primária é esse um ponto em que não nos cumpre ter os olhos voltados para outros povos, vendo os que eles fazem e como legizam, por que o que convertem a um dado povo pode deixar de convir a outro e vice-versa. Não é raro ver figurando em programa de ensino primário, disciplinas em acúmulo extraordinário de matérias, as vezes sem classificação metódica, o que ocasiona o sacrifício umas as outras, sem obtenção do que se tem em vista, fatiga-se a inteligência da infância com uma séria de noções abstratas e fúteis e tendo se mede esforços e sacrifícios. (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1910).

Até esse momento de discussão sobre a Instrução Pública, a escola primária funcionava em duas modalidades: elementar e complementar. Apenas em 1908, por meio de uma Resolução de nº 508, é que são criados os grupos escolares no estado, sendo implantados em

1910, ressaltando-se que seu regulamento e programa provisórios eram os mesmos utilizados no estado de São Paulo, visando a uma modernização no ensino:

[...] Para isso, algumas inovações inerentes à escola graduada foram introduzidas no ensino público primário. A aplicação do ensino simultâneo, com a organização homogênea dos alunos distribuídos em classes e séries, ficando estabelecida uma relação entre série e idade do aluno, que era essencial. (SÁ & SÁ, 2011, p. 34).

Essas inovações caracterizaram tempos de mudanças na Instrução Pública em Mato Grosso com a organização dos Grupos Escolares e ainda com a criação e funcionamento da Escola Normal de Cuiabá, que, reativada, reacendia uma antiga aspiração educacional: a de instruir, moral e civicamente, os cidadãos, inserindo, assim, no estado os modelos e noções de desenvolvimento existentes na época, com um ensino “moderno, racional e prático”.

1.3 Tempos de mudança na Instrução Pública de Mato Grosso (1910-1917)

Com a preocupação em acelerar a instrução dos grupos sociais, no início da República, no governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa, priorizou-se a Instrução pública como necessária na administração, uma vez que o momento histórico preconizava o desenvolvimento e o progresso social do estado para que acompanhasse os demais Estados brasileiros. Para tanto, nesse período, foram organizados regulamentos que nortearam toda estrutura educacional:

Reformas da instrução ou do campo educacional sempre ocorreram por meio de leis, decretos ou regulamentos. Historicamente, toda vez que se pensou em aprimorar a área da educação, o ponto de partida era: criar-se uma legislação. Tanto no setor regional, quanto nacional, antes que as práticas, os modelos pedagógicos, os materiais entre outros requisitos pudessem ser contemplados, mudava-se o corpo da lei. (PAES, 2011, p. 47).

Nos primeiros anos de República, a Diretoria Geral da Instrução Pública tinha como funções a expedição de relatórios a partir de visitas técnicas nas instituições responsáveis pela Educação em Mato Grosso. Neste sentido, buscaremos compreender, por meio das mensagens e regulamentos, entendidas aqui como fontes, a reorganização do ensino e algumas das principais alterações nos regulamentos, as estruturas curriculares existentes na escolarização desse período histórico.

1.3.1 Reorganização da Instrução Pública

Mato Grosso passou por reformas educacionais nos anos de 1910 e 1927¹⁰. Esse recorte temporal é levantado a partir da organização e funcionamento da Escola Normal de Cuiabá¹¹, na qual Maria Constança Barros Machado veio a ser normalista em 1916. Neste sentido, as mudanças propostas pelos governos desde os primeiros anos de 1900, e levantadas como bandeiras por Pedro Celestino, são efetivadas em 1910. O Relatório da Instrução Pública de Abril de 1909 aponta as condições para o fornecimento de uma educação para o estado, além de apresentar a organização da Instrução Pública em Instrução primária e secundária. A primária encontrava-se assim organizada:

A instrução primária do estado acha-se dividida em dois cursos, a saber: o elementar e o complementar. O curso elementar é ministrado em escolas distintas para ambos os sexos, nesta Capital e em todas as cidades e Vilas, e em escolas mistas nas freguesias e povoações. O curso complementar, existente somente na Capital e nas cidades de Poconé e Corumbá, é ministrado, igualmente, em escolas distintas para ambos os sexos. (MATO GROSSO, RELATÓRIO, 1909, p. 3).

No mesmo item, nota-se que o estado possuía até então um número de oitenta e cinco escolas, sendo que cinco ofereciam curso complementar e oitenta o curso elementar. Já em relação à Educação secundária, o Relatório aponta apenas a existência do Liceu Cuiabano como lócus de prática educativa, apresentando ainda o quadro de disciplinas:

A instrução secundária ainda é tão somente administrada no Liceu Cuiabano, cujo complexo de disciplinas constitui o curso de “ciências e letras”, o qual acha-se dividido em seis anos, compreendendo as seguintes cadeiras: uma de Português, uma de Francês, uma de Inglês, uma de Alemão, uma de Latim, uma de Grego, uma de Aritmética e Álgebra, uma de Geometria e Trigonometria, uma de Mecânica e Astronomia, uma de Geografia e Corografia¹² do Brasil, uma de história Universal e do Brasil, uma de Física e Química, uma de História Natural, uma de Literatura e Lógica e uma de Desenho. (MATO GROSSO, RELATÓRIO, 1909, p. 5).

¹⁰ Nos tempos de província, ocorreram algumas tentativas de organização curricular visando a escolarização da população, especificamente nos anos de 1837, 1854, 1872, 1873, 1875, 1878, 1880 e 1889. Entretanto os inúmeros problemas políticos e administrativos contribuíram para que, não fosse possível a continuidade de tais projetos educacionais.

¹¹ Com o Decreto nº 132 de 20 de fevereiro de 1932, a denominação da escola passa a homenagear o Governador Pedro Celestino, passando a ser chamada Escola Normal “Pedro Celestino”.

¹² Área especializada em regiões geográficas. Estudo de uma região ou país em particular.

O Liceu Cuiabano contava com cinco professores vitalícios, sendo dois efetivos, sete interinos e um contratado. Nota-se assim que o estado carecia de um aparato satisfatório que pudesse colocá-lo no rol do desenvolvimento, como era o desejo dos republicanos, pois havia ainda pouca infraestrutura no estado, bem como pouca mão de obra para atuar nessa área. O Relatório também destaca o número de alunos, trazendo um quadro que demonstra a divisão das turmas e a quantidade de alunos matriculados regularmente:

Tabela 1 - Número de Alunos Matriculados no Liceu Cuiabano

No 1º ano	39 alunos
No 2º ano	17 alunos
No 3º ano	12 alunos
No 4º ano	04 alunos
No 5º ano	02 alunos
No 6º ano	03 alunos
Total	77 alunos

Fonte: Relatório, 1909, p. 6

Nota-se que o numero de alunos ia reduzindo à medida que ia-se elevando o nível de instrução. Esses indícios apontam para a necessidade de reforma da instrução pública no período em questão, advindas, principalmente da estrutura física deficitária e da falta de uma formação adequada para que mais docentes atuassem no estado. O Relatório daquele ano apresenta ainda a relação de concursados, os exames demonstrando os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos, dentre outros. Em mensagem enviada à Assembleia Legislativa, Pedro Celestino lembra que:

O Liceu, como sabeis, está desde 1903, equiparado ao ginásio nacional, mas recente-se ainda de algumas faltas para o seu perfeito funcionamento, sendo uma delas a de um outro para os alunos, para o porteiro e contínuo etc. faltas estas que fazem com que os diferentes serviços ali sejam feitos com visível confusão e outros inconvenientes que fora muito para desejar que não se desejem. (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1910).

Ainda nesse mesmo documento, Pedro Celestino alega falta de recursos para oferecer melhores condições à Instrução Pública; entretanto, demonstra ser de seu grande interesse (política e administrativa) a efetiva estabilidade de um sistema de ensino para o estado:

E este um dos ramos da administração que mais se provém ao nosso cuidado e solicitante, pela absoluta dependência que ele tem o futuro dos povos.

Promover, portanto, o seu melhoramento progressivo a sua propagação a todos os que carecem desse pão do espírito, tão necessário á vida moral como o é para o físico o pão material, é dever rigoroso de todo o governo que se compenetrar de sua alta missão e graves responsabilidades.

Por isso, quaisquer sacrifícios feitos em benefício da cultura intelectual do povo, pode-se dizer que são o germe do seu engrandecimento e felicidade. (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1910).

Ainda nesse caminho, o Chefe do Executivo do estado aponta em sua mensagem o anseio por uma Educação que priorize e beneficie a cultura do povo. Cabe lembrar que o nascimento da República, em 1889, busca, por meio da instrução, a efetiva mudança social e o progresso almejado pelo ideário positivista da época que, com o tempo, intensifica-se como proposta necessária ao desenvolvimento, sendo que “Em Mato Grosso, o Regulamento do Ensino Primário (1889), primeiro da Era Republicana, revelava aspecto saneador como tentativa de conceder novo perfil à instrução” (PAES, 2011, p.53). Esse novo perfil almejado pelos primeiros anos de República vai, aos poucos, ganhando espaço em outros estados do país:

O discurso a favor da regulamentação da instrução pública, por meio de legislação, fora poderoso instrumento ativador do imaginário e das representações. Recurso habilmente utilizado por líderes e administradores, como alavanca para produzir legitimidade de suas ações e deliberações. Mas, em Mato Grosso, os presidentes seguem os moldes das lideranças paulistas, e, possivelmente, acreditavam na modernização por meio da instrução. (PAES, 2011, p.59).

As reflexões de Paes (2011), ainda que sejam sobre a primeira década Republicana (1889-1899), contribuem na elucidação do pensamento que permeou os anos seguintes em que se buscava, na instrução, os meios válidos para promover o desenvolvimento do povo, entendendo aquele momento como fundamental na construção de uma nação independente e republicana. Paes (2011) alerta ainda que, em Mato Grosso, até o ano de 1910, a efetivação do ensino era realizada com base na memorização, sem propostas inovadoras ou mudanças nos métodos, sendo recorrentes os castigos e punições que, a partir da Reforma, nesse mesmo ano, buscou inovar, sobretudo, em consonância com a proposta de modernização política, administrativa e educacional que predominava no discurso dos governantes do estado, a favor da efetiva consolidação do desenvolvimento, sendo a Instrução Primária fator necessário e válido nessa tarefa:

[...] o ensino até 1910 era baseado na memorização, sendo constantes os castigos corporais como punição por não aprendizagem, embora tais medidas chamadas disciplinares estivessem vedadas desde o regulamento de 1896. A partir de 1910, houve inovações visando a uma guinada ao progresso por meio da instrução. Métodos mais modernos foram preconizados como eficazes, utilizando-se de recursos de aprendizagem que partissem do concreto para o abstrato, do conhecido para o desconhecido. Crianças e jovens deveriam tornar-se o centro do fazer pedagógico, cabendo ao professor o estímulo de forma mais prática e prazerosa possível. Palmatórias deveriam ser abolidas e em seu lugar inseridas penalidades disciplinares, como repreensão em particular, repreensão perante a escola, privação de bilhetes de satisfação, retenção com trabalho de estudo, suspensão por trinta dias, exclusão por um ano letivo e, por fim, em definitivo da escola. (PAES, 2011, pp. 60-61).

É possível perceber que as propostas de mudanças na Instrução Pública encontram-se registradas no Regulamento de 1910. No que se refere ao Programa de Ensino Primário, o Regulamento preconiza em seu artigo 12º:

[...] O ensino nas escolas primárias será tão intuitiva e prático quanto possível, devendo nele o professor partir sempre em suas preleções do conhecido para o desconhecido e do concreto para o abstrato, e abstendo-se outrossim (*sic*) (ano de 1910) de perturbar a inteligência da criança com o estudo do prematuro de regras e definições, mas antes, esforçando-se para que os seus alunos, sem se fatigarem tomem interesse pelos assuntos de que houver de tratar em cada lição.(MATO GROSSO, REGULAMENTO, 1910).

Desta feita, nota-se que as propostas são de mudanças nas práticas por meio de decretos e regulamentos, entendidos como normas (JULIÁ, 2001), o que proporciona inúmeras representações acerca daquele momento, uma vez que, por ser um período distante do nosso tempo, os indícios contribuem para que, por meio das legislações, possamos compreender o passado, não tal como ele era de fato, mas como possibilidades e como verossímil à luz das questões colocadas. O regulamento acrescenta ainda que os alunos: “[...] aprovados em exame das disciplinas que constituem o 2º grau da Instrução primária são aptos para serem matriculados nas aulas do Liceu Cuiabano e no curso preparatório da Escola Normal”. (MATO GROSSO, REGULAMENTO, 1910). Há aqui, a preocupação em formar profissionais para atuar em determinadas áreas em que não existem professores habilitados. A saída foi a organização e o funcionamento da Escola Normal.

Neste sentido, a compreensão acerca do processo de efetivação da Instrução Pública demonstra a importância de se compreender o processo de escolarização pelo qual passou o estado nos anos de 1900, para assim buscar compreender ainda os motivos que levaram a

criação da Escola Normal, na cidade de Cuiabá no ano de 1910, como parte da Reforma organizada na gestão Pedro Celestino Corrêa da Costa, uma vez que, como alerta Rodrigues (2009, p. 70):

Entende-se que, diante das exigências impostas pela sociedade em transformação, a fração de classe no poder, investiu na instrução pública, buscando imprimir à sua organização e estrutura, a racionalidade, os valores e normas condizentes com a nova ordem econômico-social em processo de desenvolvimento no país.

A contratação dos normalistas paulistas, Gustavo Kulhmann e Leowegildo de Melo, reforçou o que era preconizado pelas mensagens e anseios dos governantes: a instrução pública e a formação de profissionais para atuar na Educação do estado.

1.4 Organização, funcionamento e características da Escola Normal de Cuiabá (1910)

[...] a Escola Normal de Cuiabá teve o seu currículo organizado visando instrumentalizar o futuro professor com conhecimentos de base científica, moral e metodológica, a fim de formar cidadãos aptos para atuarem no mundo moderno. (SÁ, 2007, p.97).

Criada no dia 3 de Dezembro de 1910, a Escola Normal teve como organizadores os normalistas paulistas trazidos por Pedro Celestino Corrêa da Costa, com a finalidade de “[...] ministrar, em um curso pedagógico, teórico e prático, o ensino necessário às pessoas de ambos os sexos que se destinarem ao Magistério Primário.” (MATO GROSSO, REGULAMENTO, 1910), com duração de três anos com as disciplinas assim distribuídas, como na Tabela 2:

Tabela 2 - Disciplinas da Escola Normal (1910)

1º Ano	2º Ano	3º Ano
Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
Aritmética e Álgebra	História Universal.	Historia do Brasil
Corografia do Brasil.	Geografia Geral.	Pedagogia
Pedagogia.	Francês	Cosmografia
	Geometria	Ciências Naturais.
	Física	Química
	Pedagogia	Música
	Música	

Fonte: Regulamento da Escola Normal, 1910

Há uma preocupação com uma formação voltada para a atuação do futuro normalista na formação moral e ética dos alunos, uma vez que o currículo proposto pela Escola Normal dava destaque ao conteúdo programático das disciplinas de Teoria Gramatical, Aritmética e Álgebra, Leitura, Conversação e Tradução do Francês, Estudo do Brasil em Geral, em especial Mato Grosso, Educação Moral, Cívica e Física, incluindo ainda os trabalhos manuais, Desenhos e Caligrafia, Desenho a mão livre, pinturas, entre outros (MATO GROSSO, REGULAMENTO, 1910).

Podemos notar que a organização do curso delegava à disciplina de Pedagogia a formação teórico-prática do futuro professor. Em consulta ao acervo da Escola Estadual “Presidente Médici”, foi localizada a Ata de Congregação, datada de 25 de janeiro de 1911, que estabelece o que seria ensinado nessa disciplina. Consta como responsável pela cadeira, nos primeiros anos de funcionamento da Escola Normal, o nome do professor Leowigildo Martins de Mello, que respondia pela direção da instituição. A disciplina era oferecida apenas nos dois últimos anos do curso e propunha atividades voltadas para a prática docente. O contato com a respectiva fonte, a disciplina de Pedagogia, estruturava-se da seguinte maneira, conforme a Tabela 3:

Tabela 3 – Programa da Cadeira de Pedagogia

Educação moral e cívica 1ª seção		
1ª - Plano geral e divisão do curso		2ª - Desenvolvimento do programa
a. Plano geral do Curso	b. Divisão do curso	c. Princípios básicos das instituições
1ª Educação moral e cívica; seu objetivo	1ª Methodologia no ensino	1ª A pátria – amor da pátria
2ª. Analyse da escola leiga: educação moral e cívica perante o programa leigo	2ª Considerações gerais sobre a methodologia analytica	2ª O solo natal
3ª Razões e vantagens do ensino livre	3ª Orientações do professor no ministério das disciplinas abstratas	3ª A família, a sociedade e a pátria
4ª mocidade e educação cívica	4ª Divisão do curso em quatro partes: a) princípios básicos das instituições; b) órgão e funções do Estado; c) direito internacional ou direito das gentes; d) a república Brasileira	4ª O egoísmo
5ª Fonte para o estudo da educação cívica		5ª O Cosmopolitismo
6ª O homem, a família, a sociedade, a pátria e a humanidade		6ª Considerações geraes
7ª Sociabilidade do homem		
8ª Necessidade da lei na sociedade		
9ª Estado, direito natural e lei.		

Fonte: Elaborada com os dados da Ata de Congregação, 1911

No programa consultado para o ano de 1911, nota-se a presença de valores patrióticos de cunho civilizador. Vale ressaltar que a formação recebida por meio da disciplina de Pedagogia – ministrada por um normalista de formação – tinha por objetivo consolidar o que mais tarde viria a ser a prática profissional desses alunos. Os demais professores, por não possuírem uma formação acadêmica específica para as aulas, mudavam de cadeira conforme fosse conveniente (SÁ, 2006). O corpo docente estava assim definido no ano de instalação da Escola Normal de Cuiabá, como consta na Tabela 4:

Tabela 4 – Corpo docente 1911

Cadeiras	Professores
Português	Dr. Annibal B. de Toledo
Português	Dr. Aprígio dos C. R. dos Anjos
Francês, Caligrafia e Desenho	Dr. Eduardo Parizot
Francês, Caligrafia e Desenho	Dr. Amarilio Novis
Matemática	Fenelon Muller
Geografia e Corografia do Brasil	Fabio Monteiro de Lima
Pedagogia	Prof. Leowigildo Martins de Mello

Fonte: MATO GROSSO, Relatório das Escolas Normal e Modelo Anexa -1911 (SÁ, 2006, p. 33)

Já no ano seguinte, modificou-se a distribuição das disciplinas bem como o quadro de professores. Assim, por meio da atuação desses professores, a formação dos futuros normalistas garantiria a efetivação da proposta progressista e desenvolvimentista, uma vez que os organizadores da Instituição:

Imbuídos de uma concepção político-ideológica que se consubstanciava na ordem e na disciplina do trabalho, dentro de um tempo determinado, são tradutores da competência e racionalidade exigidos para a continuidade do desenvolvimento de bases capitalistas. Nessa perspectiva, na busca de sistematização do ensino, foram organizados grupos escolares, que se contrapuseram à dispersão das escolas isoladas. Estas não obedeciam a uma orientação pedagógica unitária, não seguiam um sistema de seriação e se estruturavam de forma a cada uma se constituir numa unidade autônoma com o programa desenvolvido de acordo com a capacidade do professor encarregado. Os grupos escolares, ao contrário, sob uma única direção, organizam-se em classes seriadas, obedecendo a uma unidade de programa e de horário, ao lado de uma sequência gradual dos conteúdos. Por essa razão, a criação dos grupos escolares foi considerada medida eficiente de organização e funcionamento das escolas. Reunindo professores e alunos em um só prédio, sob uma única direção, além de maior controle do processo pedagógico, implicava-se na redução das despesas através da economia de utensílios, material e ocupação de prédios. (RODRIGUES, 2009, pp.70-71).

O momento de organização da Escola Normal e de reformulações da Instrução Pública no estado de Mato Grosso é marcado pelas concepções positivistas de ordem e progresso, contrapondo ainda preceitos religiosos, sobretudo católicos, por entenderem ser fundamental a laicidade do ensino. E para que esse progresso fosse atingido, tendo como inspiração a Escola Normal de São Paulo¹³, o governo do estado buscava, por meio da Instrução, a efetiva

¹³ A Escola Normal de São Paulo, ou Escola Normal “Caetano de Campos”, teve papel fundamental ao influenciar a reformulação da Instrução Pública na organização da Escola Normal de Cuiabá, principalmente, pela contratação dos normalistas Gustavo Fernando Kuhlmann e Leowigildo Martins de Mello que buscaram dar

realização do projeto de desenvolvimento, acompanhando o país nesse trajeto. Sá, (2006, p. 22), alerta que é inegável a influência do modelo paulista no processo de implantação da Escola Normal de Cuiabá, porém: “[...] a sua organização administrativa e curricular apresentou características próprias, espelhando a realidade e a necessidade local”, criando uma concepção de formação de professores que partisse da realidade mato-grossense.

No Relatório de 1911, o diretor da Instrução Pública, José Estevão Corrêa, alerta para a importância das medidas tomadas por Pedro Celestino Corrêa da Costa na organização da Instrução, bem como na separação da Diretoria que até então era vinculada ao Liceu Cuiabano. Além deste feito, o normalista lembra ainda de outras ações realizadas pelo governo, como a criação da Escola Normal e suas funções:

Em execução de semelhante lei foram sucessivamente promulgados por V. Exc. Os decretos de n. 265 de 22 de outubro e 266 de 3 de dezembro, o 1º reorganizando o ensino primário estadual em conformidade com os princípios básicos estabelecidos na mesma lei, e o 2º criando nesta Capital, uma Escola Normal destinada a ministrar em um curso pedagógico, teórico e prático, o ensino profissional necessário as pessoas de ambos os sexos que se propusessem exercer o magistério primário. (MATO GROSSO, RELATÓRIO, 1911, p.1).

Nesse mesmo Relatório, nota-se a descrição de cada um dos níveis de ensino e suas particularidades na descrição do diretor. No caso da Escola Normal, o que vemos é um breve parágrafo reforçando sua criação e organização, tendo em vista que ainda estava em fase inicial, uma vez que fora criada em Dezembro de 1910:

Pelo decreto regulamentar n. 266 de 3 de dezembro, criou V.Ex. um Curso Normal, nesta Capital em conformidade com a autorização que para esse fim lhe foi conferida na lei n. 533 de 4 de julho anterior. No dia 1º do mês passado inaugurou-se o novo instituto para o qual foram desde logo nomeados um professor de Português, um de Francês, um de Geografia, um de matemática e um de Pedagogia ao qual foi igualmente conferido o cargo de Diretor do Estabelecimento. (MATO GROSSO, RELATÓRIO, 1911, p. 4).

A inauguração da Escola Normal e seu funcionamento compreendem esse conjunto de ações promovidas em prol de um ideário de progresso social e econômico, característico dos

novos ares ao ensino primário, trazendo ideias de que a Educação é necessária para alavancar o progresso social, entendendo como responsabilidade da escola a formação da infância.

primeiros anos de República, procurando criar condições para a consolidação do “espírito republicano” em Mato Grosso, com condições no âmbito político-ideológico, (RODRIGUES 2009) que contribuíram para a formação de professores nesses tempos.

1.4.1 A formação de professores no início do século XX em Mato Grosso: relatórios, mensagens e regulamentos.

Havia em todo ensino de Mato Grosso a presença de professores leigos que sabiam ler e escrever, fazer operações matemáticas, mas não possuíam formação específica para a docência. A permanência desse modelo educacional não representava a proposta de desenvolvimento pelo qual passava o estado. Era necessário promover uma formação adequada a estes professores. Esta formação aconteceria no âmbito da Escola Normal recém-organizada.

Ao afirmar em mensagem à Assembleia Legislativa, no ano de 1911, que: “[...] O professorado primário dos municípios, quase todo interino, precisa ser quanto antes substituído na sua grande maioria, por lhe faltarem preparo e conhecimentos pedagógicos.[...] (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1911, p.2), Pedro Celestino Corrêa da Costa alerta da a necessidade de uma formação específica para esses professores, pois a eles cabia a formação dos cidadãos do estado. Sá, (2007, p.96), alerta que:

A ideia do poder do professor, fundada, sem dúvida, na crença dos efeitos da educação como fator de transformação social, levou os governantes a investirem na qualificação profissional dos professores que já atuavam no magistério e na criação de uma Escola Normal para a formação de novos mestres primários imbuídos de uma nova concepção pedagógica de ensino. Nesse sentido, não bastava investir somente na reformulação do ensino, era necessário também se voltar para a formação dos professores [...].

Deste modo, a criação da Escola Normal vinha contribuir com a formação desses profissionais que iriam atuar em todo estado de Mato Grosso. Caminhando juntamente com o ideal de progresso social, a criação da Escola Normal marca a contribuição da gestão Pedro Celestino para a Instrução Pública do estado, com a finalidade de instruir a população, pois apenas cidadãos instruídos e bem capacitados poderiam compreender e escolher seus representantes em um momento de efervescência política. Sobre o ingresso na Escola Normal, Sá, (2007, p.184), alerta que:

[...] os candidatos precisavam apresentar documentos que comprovassem idade de 14 para o sexo feminino e de 15 para o masculino. Deveriam, ainda, ser submetidos a um exame, no qual lhes cabia mostrar conhecimento em gramática elementar da língua portuguesa, leitura de prosa e verso, escrita sobre ditado, caligrafia, aritmética, morfologia geométrica, desenho a mão livre, moral prática e educação cívica, geografia geral e história do Brasil, noções de cosmografia, noções de ciências físicas, químicas e naturais, e leitura de música e canto.

Neste sentido:

A implantação da Escola Normal, dentro da reforma da Instrução Pública realizada no Governo de Pedro Celestino, representou para o estado o ponto culminante na formação de professores. Mato Grosso passou a desfrutar de autonomia, no sentido de modificar e atualizar as práticas administrativas e pedagógicas, acompanhando as mudanças sociais, econômicas e política do estado. (FIN, 2012, p. 31).

Em Relatório sobre a Escola Normal, enviado ao governo do estado no ano de 1913, o Professor Leowigildo Martins de Mello expõe algumas dificuldades enfrentadas no ano letivo de 1912, por conta do programa regulamentar utilizado pela escola, acarretando dificuldades aos docentes; em suas palavras, Mello aponta que:

O atual programa regulamentar apresenta sérias dificuldades de desenvolvimento, e contra ele se tem manifestado todos os Srs. Lentes da Escola. Essas dificuldades se originaram na má distribuição das matérias letivas pelos anos do curso. Assim, no primeiro ano por exemplo, o professor de matemática, o aluno de curso primário incompleto, é obrigado a desenvolver o estudo de toda aritmética e de álgebra até equações do segundo grau, inclusive. Já observei, em dois anos consecutivos, a impossibilidade do desenvolvimento de tal programa. O estudo de matemática nos primeiros anos de 1911 e 1912, foi completamente superficial e decorado, demonstrando os atuais segundo e terceiro anistas, nas cadeiras de Geometria, de Física e outras que se relacionam com a matemática, o seu quase nulo aproveitamento de aritmética e álgebra, vendo-se obrigados a uma recordação constante dessas matérias, os Lentes das cadeiras a que venho me referir. (MATO GROSSO, RELATÓRIO,, 1913, P.2).

Havia nas reformas propostas, dificuldades encontradas pela direção da instituição diante da situação vigente. Os que ali estudavam são elogiados pelo diretor, com ressalvas. Apesar do empenho em se realizar uma formação condizente com seu tempo, nota-se, ainda, no Relatório de 1913, certas dificuldades com os materiais didáticos oferecidos, lembrando das dificuldades por ele percebida no correr de sua atuação frente à direção da instituição, visto que a escola não possuía material suficiente para a aplicação dos novos métodos:

Em junho de 1911 foi entregue à escola grande quantidade de livros didáticos, mandados vir do estado de São Paulo. Porém esse pedido, entregue a uma casa comercial desta praça, não foi adquirido em harmonia com a relação feita. Artigos que não foram encontrados no momento, nas praças do Rio e de São Paulo, foram substituídos por outros, sem consulta aos interesses da Escola, donde resultou a recepção de grande quantidade de material, em sua maior parte inadequado aos métodos e processos atualmente praticados, em vista da reorganização do ensino. Mas, mesmo assim, foi aproveitado esse material, que hoje se acha disperso e, na maior parte, consumido, pelos diversos grupos escolares do estado, e por algumas de suas escolas avulsas. Dele resta em depósito na Escola Modelo, insignificante quantidade, que não poderá satisfazer as exigências escolares do próximo ano letivo. (MATO GROSSO, RELATÓRIO, 1913, p. 5).

Mello fornece indícios das representações que permeiam a sociedade da época, como a parceria entre o lar e a escola para justificar as questões de disciplina do corpo discente:

Tem sido intensa preocupação da Diretoria dar à Escola o seu verdadeiro cunho de continuadora do lar, e fazer compreender aos alunos a exata significação de mestre, de educador, que deve ser sempre um amigo carinhoso, amável e bom, e nunca uma espécie de carrasco de crianças, a amedrontar, a espantar o bando infantil da escola que educa e instrui.

Felizmente os esforços da direção da Escola nesse sentido tem sido coroados de êxito, pois, para todos os alunos da Modelo, a Escola e o lar tem a mesma significação, e hoje, correm as crianças espontaneamente para as aulas, que lhes assumiram definitivamente o papel de verdadeiros continuadores da educação doméstica. (MATO GROSSO, RELATÓRIO, 1913, p.3)

Pedro Celestino, mantendo ainda a prática de abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa do estado, no posto de Vice-presidente, em sua mensagem proferida no mês de Maio de 1911, meses após a implantação da Escola Normal, lembra que suas ações governamentais proporcionaram algumas mudanças educacionais na capital e, ainda em fase de preparação, a implantação de Escolas Normais em outros municípios. Para ele, é fato que a

Escola Normal veio já sanar uma das mais sensíveis dessas lacunas no preparo de pessoal docente, diminuto na capital e quase nulo no interior. Outros cursos secundários, eminentemente práticos e profissionais, devem ser instituídos nas cidades e Vilas mais populosos. Corumbá, Cáceres, e o Sul do estado precisam ser dotados com tais benefícios, decretando-se a criação de um curso de humanidade nas duas primeiras cidades, e a subvenção de 20 contos anuais ao internato particular, a juízo do governo, que foi estabelecido na última zona, cujo programa e regulamento aos dos cursos oficiais. (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1911, p.1).

Neste sentido, há uma confiança por parte do governante na efetivação e implementação da Escola Normal como necessária para o preparo técnico dos docentes que atuarão no estado. No Relatório de 1916, o diretor da Instrução Pública aponta alguns resultados sobre as alterações pedagógicas e administrativas realizadas na esfera estadual, como número de professores contratados, situação do ensino, apontando ainda as precariedades existentes na instituição:

O seu Diretor interino expõe a necessidade do provimento de todas as cadeiras da Escola como meio único e mais eficaz para fazer desaparecer o inconsciente de ser ali uma mesma aula regida no mesmo período letivo por três professores interinos que, na generalidade das casas, não ligam o mínimo interesse que este naturalmente deverá merecer-lhes. Esta reclamação expressa no relatório a que estou me referindo, acha-se já aludida com os concursos que de presente estão sendo realizados para o provimento definitivo das cadeiras da Escola. (MATO GROSSO, RELATÓRIO, 1916, p. 2).

Além das necessidades de preenchimento das cadeiras, o diretor interino apresenta com louvor o número de matriculados de 298 alunos que frequentaram as aulas da escola, bem como reivindica mudanças do edifício para melhor adequação às práticas educativas, além da criação da função de inspetor para a Escola Modelo¹⁴, explicitando ainda haver necessidade da:

[...] aquisição de diversos aparelhos que especifica e lhe parecem ser indispensáveis para a montagem do gabinete de psicologia experimental e antropologia pedagógica destinado a auxiliar e desenvolver os programas de pedagogia e história natural de ambos os estabelecimentos” (MATO GROSSO, RELATÓRIO, 1916, p.2).

Rodrigues, (2009, p.75), lembra que:

Esse ensino de caráter intuitivo, centrado na experiência da criança, orientava-se por uma teoria que entendia o desenvolvimento da inteligência a partir da “experiência sensorial”. Esse seria o ponto de partida de um processo de aprendizagem em que o professor deveria ser o condutor do esforço despendido pelo próprio aluno no sentido da aquisição de um conhecimento sistematizado e organizado. Para isso, a aprendizagem deveria começar pela observação e, progressivamente, por meio da “intuição oral”, chegar às abstrações. O fundamento do método centrava-se na experiência vivida pela criança através da observação, competindo ao professor

¹⁴ A Escola Modelo foi criada por meio do Decreto nº 258, de 20 de Agosto de 1910, com objetivo de ser utilizada para exercícios voltados para a prática pedagógica do segundo e do terceiro anos do Curso Normal. Sua organização pautava-se em uma divisão de quatro anos, organizados por sexo, com uma professora responsável por cada turma. Suas atividades eram realizadas em parceria com a Escola Normal.

possibilitar a aquisição de conhecimentos sistematizados pela apresentação gradual dos elementos organizados por ele.

Desta feita, a organização da Escola Normal nos preceitos do método intuitivo, bem como a aplicação de tais práticas na Escola Modelo e, posteriormente, na atuação dos normalistas ali formados, forneceram ao estado de Mato Grosso uma estrutura de instrução necessária à época: diante das intermitências políticas bem como pela necessidade de escolarização de um povo marcado pelo coronelismo e banditismo social, sendo que:

Com a inserção do método intuitivo em Mato Grosso, como estratégia para a renovação das práticas pedagógicas, buscou-se a compreensão dos fatos e do conhecimento. O método intuitivo consistia na colocação dos eventos e objetos para serem observados pelos alunos a partir do conhecimento que iria surgir no entendimento da criança com os dados providos pelo próprio objeto.(FIN, 2012, p. 44).

O método trabalhado ficou conhecido como “lições de coisas”, o qual foi proposto entre o final do século XVIII e meados do século XIX, visando à adequação das novas exigências sociais advindas da Revolução Industrial, proporcionando modificações na confecção de materiais didáticos voltados para esse método de ensino. Dentre os materiais, Saviani (2006) aponta peças do mobiliário escolar, quadros negros parietais, caixas para ensino de cores e formas, mapas, vidros, entre outros; Saviani (2006) alerta que:

[...] A utilização deste vasto e variado material dependia de diretrizes metodológicas claras, implicando a adoção de um novo método de ensino entendido como concreto, racional e ativo. O que se buscava, portanto, era uma orientação segura para a condução dos alunos, por parte do professor, nas salas de aula. Para tanto foram elaborados manuais segundo uma diretriz que modificava o papel pedagógico do livro. Este, em lugar de ser um material didático destinado à utilização dos alunos, se converte num recurso decisivo para uso do professor, contendo um modelo de procedimentos para a elaboração de atividades, cujo ponto de partida era a percepção sensível.

Nota-se que, com o passar do tempo, e com as reformas propostas em 1910, a Escola Normal foi, aos poucos, se estabelecendo como instituição de formação docente, e que havia uma preocupação ainda dos dirigentes políticos em efetuar melhorias, buscando-se no método intuitivo sua base para a escolarização das crianças do estado. A Figura 1, retirada do arquivo da Escola Estadual “Presidente Médici”, apresenta o quadro de normalistas formados e suas respectivas notas, entre os anos 1913 a 1918; observa-se uma pequena quantidade de

alunos no ano de 1916, e, incluso na relação discente, encontra-se o nome da aluna Maria Constança Barros, ainda solteira.

Figura 1 - Quadro Geral de Normalistas

QUADRO NOMINAL DAS NORMALISTAS

DIPLOMADAS

1913

	1 ^o Anno	2 ^o Anno	3 ^o Anno	4 ^o Anno	Média Total
1-Theresa Lobo de Queiros	10	10	10		10
2-Francisca de Figueiredo	10	8	9		9
3-Maria Ignez de Figueiredo	8	7	6		7
4-Elvira Corrêa Pacheco	8	6	6		6 2/3
5-Alfredo Corrêa Pacheco	8	6	7		6 2/3
6-Erotides Botelho	6	6	6		6

1915

7-Alfredo da Costa Monteiro	8	9	9	11	9 1/4
8-Benedicto Bruno da Silva	7	8	8	10	8 1/4
9-Benedicta Ribeiro	8	7	9	9	8 1/4
10-Maria Ponce de Arruda	8	7	8	9	8
11-Maria da Gloria Figueiredo	9	7	8	8	8
12-Laurinda Ribeiro	8	6	8	8	7 2/4
13-Anna de Oliveira Marcondes	7	7	8	8	7 2/4
14-Amélia de Arruda Lobo	7	7	8	8	7 2/4
15-Maria de Camargo	7	7	7	7	7

1916

16-Eucharico Augusto de Figueiredo	8	8	9	10	8 3/4
17-Wandelina Botelho	6	7	8	9	7 2/4
18-Maria Isabel do Couto	7	7	8	8	7 2/4
19-Maria Constança de Barros	8	7	7	8	7 2/4
20-Herminia Torquato da Silva	7	7	7	8	7 1/4
21-Marina Brandão	6	6	7	8	6 3/4

1917

22-Anna Luiza da Silva Prado	10	10	9	10	9 3/4
23-Sylvia Augusta Pompeo de Barros	7	8	8	9	8
24-Bartholima Belarmino da Silva	8	8	7	9	8
25-Olga Lima	8	9	7	8	8
26-Maria Nunes de Cerqueira	8	8	7	8	7 3/4
27-Simpliciana Corrêa da Silva	7	8	7	8	7 2/4
28-Otilia P. do Espírito Santo	6	7	8	8	7 1/4
29-Herminia Damasceno	6	7	7	8	7
30-Marietta de Pinho Dutra	7	7	7	7	7
31-Julio Viegas Muniz	7	7	6	7	6 3/4

1918

32-Emilia Bodstein	8	8	9	11	9
33-Maria Neves	9	7	8	10	8 2/4
34-Belvecima Leite	9	8	7	10	8 2/4
35-Silce Valladares		7	7	10	8

Fonte: Arquivo da Escola Estadual "Presidente Médici", Cuiabá, MT, (2014)

O quadro a seguir aponta que a turma ingressante no ano de 1916 era formada por 65 alunos, sendo 6 do sexo masculino e 59 do feminino. Já a turma de formandos do mesmo ano contou com um total de 6 alunos, sendo 1 do sexo masculino e 5 do sexo feminino. Um quantitativo razoável em vista dos anos seguintes. As Tabelas 5 e 6 apresentam o número de alunos matriculados e os que foram diplomados, respectivamente. Podemos observar uma queda entre a matrícula e a finalização do curso, pois terminaram o curso e foram diplomados apenas seis alunos e trinta e uma alunas, entre os anos de 1913 a 1918.

Tabela 5 – Alunos matriculados na Escola Normal (1911-1916)

Anos	Alunos	Alunas	Total
1911	2	14	16
1912	7	36	43
1913	8	27	35
1914	12	34	46
1915	12	61	73
1916	6	59	65
1917	5	61	66
1918	3	78	81
1919	10	95	105

Fonte: MATO GROSSO, Mensagem, 1919

Tabela 6 – Alunos diplomados na Escola Normal (1911-1916)

Anos	Alunos	Alunas	Total
1913	1	5	6
1915	2	7	9
1916	1	5	6
1917	2	8	10
1918	-	-	-
Total	6	31	37

Fonte: MATO GROSSO, Mensagem, 1919

Com o funcionamento da Escola Normal, há uma mudança de foco no ensino, o qual passa ter uma organização curricular visando a um desenvolvimento cognitivo que partisse dos conhecimentos dos alunos, o que abre espaço para possíveis mudanças no campo educacional e também no campo social, demonstrando, assim, que a criação da Escola Normal vem para melhorar a questão da Instrução Pública. Para tanto:

A Escola Normal de Cuiabá foi organizada em sua estrutura curricular, visando capacitar o aluno mestre a fim de preparar o indivíduo para a vida. Para isso tornava-se necessário que o ensino se desenvolvesse de forma gradual e harmoniosa sendo pautado em uma proposta metodológica em que o desenvolvimento cognitivo do aluno partisse do universo já conhecido por ele. Este ensino de caráter intuitivo orientava-se pela teoria cujo desenvolvimento da inteligência principiava na experiência sensorial. (SÁ, 2006, p.80).

O currículo no ano de 1914 estruturava-se da seguinte maneira, como demonstra a Tabela 7:

Tabela 7 – Programa de disciplinas da Escola Normal de Cuiabá (1914)

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
Português	Português	Português	Português
Francês	Francês	Geometria plana	Geometria plana
Aritmética	Álgebra	Ciências naturais	Pedagogia
Caligrafia e desenho	Geografia geral	Física e química	Educação cívica
Trabalhos manuais	Ciências naturais	Pedagogia	Física e química
Ginástica escolar	Caligrafia e desenho	Geografia do Brasil	História da civilização
	Trabalhos manuais	História do Brasil	Música
	Música	Trabalhos manuais	

Fonte: Regulamento da Escola Normal de Cuiabá- 1914

Assim, a partir das disciplinas que compunham o Programa da Escola Normal, que fornecia os subsídios para a formação profissional, caberia aos normalistas as funções de instruir e educar os cidadãos do mato-grossenses a partir da data de sua formação, para que, cumprindo com seus objetivos como professor, pudesse contribuir, cada qual a sua maneira, com o progresso e desenvolvimento do estado, pois:

Aos normalistas era preconizado o grande valor da instrução e educação da infância. Por isso, a Escola Normal de Cuiabá teve seu currículo organizado visando instrumentalizar o futuro professor com conhecimentos de base científica, moral e metodológica, a fim de formar cidadãos aptos para atuarem no mundo moderno. (SÁ, 2007, p. 97).

Tais práticas marcaram a Instrução pública nos anos seguintes, com influências de outros pensamentos, como os da Escola Nova, que foram fundamentais nas décadas de 1920, 1930, 1940.

1.5 As influências escolanovista na Instrução Pública de Mato Grosso¹⁵

Desde o ano de 1908, por meio de legislação específica, havia no estado a autorização para a abertura de grupos escolares que se evidenciou “[...] somente em 1910, com a vinda de Mello e Kuhlmann para a reorganização do ensino mato-grossense. Ao chegar, solicitaram a criação imediata de dois Grupos, acreditando da superioridade desse modelo escolar sobre as escolas isoladas [...]” (SÁ, 2007, p.120). Nota-se assim, que, após a Reforma de 1910, ocorre uma crescente preocupação com a manutenção, em tese, da nova organização educacional em que o estado se encontrava, com a implantação de algumas instituições e reorganização de outras, pois

Só a multiplicação dos núcleos de ensino moderno, racional e prático, pelo interior do estado, nos centros de população, pode apressar a libertação da ignorância lastimável em que vai crescendo a nossa infância, os nossos sucessores de amanhã, que habitam outros municípios, fora da capital, ou que dispõem de fortuna, que são quase totalidade para procurarem noutros centros a luz, que serve de guia ao homem no caminho da existência. (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1911, p.2).

¹⁵ O movimento chamado “Escola Nova” foi um movimento de renovação do ensino que ganhou espaço na primeira metade do século XX e influenciou as reformas aqui aplicadas, nos anos 1930. Esse movimento desenvolve-se no Brasil sob influências do processo de urbanização e ampliação econômica, proporcionando impactos significativos do ponto de vista intelectual para o país, principalmente com a edição do “Manifesto dos pioneiros da Educação Nova” em prol de melhorias nas condições da Educação do país no ano de 1932. Esse documento tinha como sustentáculo os seguintes eixos: “A reconstrução educacional do Brasil: ao povo e ao governo”; “Movimento de renovação educacional”; “Diretrizes que se esclarecem”; “Reformas e a reforma”; “Finalidades da educação”; “Valores mutáveis e valores permanentes”; “O Estado em face da educação”; “A função educacional”; “O processo educativo”; “Plano de reconstrução educacional”; “A unidade de formação de professores e a formação de espírito”; “O papel da escola na vida e sua função social”; “A democracia”. Sobre o assunto vale conferir o documento na íntegra, por meio do seguinte endereço eletrônico: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf

Neste sentido, a ampliação do número de edifícios para a efetivação de suas propostas faz-se presente no discurso do governante, como algo importante para o desenvolvimento do estado. O Relatório da Instrução Pública do mesmo ano aponta ainda a situação de funcionamento das escolas existentes do estado no ano anterior, em que

Funcionaram durante o ano 79 escolas, sendo 22 do sexo masculino, 18 do feminino, 39 mistas. Deixaram de funcionar 19, sendo 5 do sexo masculino, 5 do feminino e 9 mistas. Das que funcionaram, 74 enviaram mapas mensais acusando ter atingido o número de alunos nelas, matriculados, a 2707, das quais 1716 do sexo masculino e 991 do feminino e o dos freqüentes a 2060 sendo 1.266 do sexo masculino e 794 do feminino. (MATO GROSSO, RELATÓRIO, 1911, p.4).

Nota-se, neste Relatório, uma queda de 104 para 98 instituições de ensino, assim distribuídas como demonstrado na Tabela 8. Tal queda representa as articulações no campo educacional no governo de Pedro Celestino com os normalistas paulistas:

Tabela 8 - Número de Escolas 1911

Cuiabá	22
Poconé	5
São Luiz de Cáceres	4
Mato Grosso	4
Corumbá	13
Santana do Paranaíba	3
Rosário	8
Livramento	5
Diamantino	2
Santo Antônio do Rio Abaixo	12
Miranda	5
Nioaque	4
Campo Grande	3
Aquidauana	2
Bela Vista	3
Coxim	2
Santo Antônio do Rio Madeira	1
Total	98

Fonte: Relatório da Instrução Pública, 1911.

Mudam-se governos, permanecem as ideias. Em Mensagem enviada à Assembleia no mês de Maio de 1916, nota-se a ênfase dada à Instrução pelo presidente do estado, Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, como condição necessária para efetivação das melhorias do estado, após as reformas de 1910, pois: “[...] Apraz-me reconhecer e assinalar, Senhores Deputados, que a instrução primária em Mato Grosso, na Capital e algumas cidades, tem

melhorado de 1910 a esta parte, nem só quanto aos regulamentos e programas, como também em relação a alguns edifícios [...]”.(MATO GROSSO, MENSAGEM, 1916). Ainda na mesma Mensagem, nota-se que na visão do governante o erro dos tempos passados encontravam-se na politicagem que mantinha muitos professores vinculados ao trabalho docente; em suas palavras:

O que faz mal ao ensino público não é essa dependência em que ele ainda está do governo; o que todavia, lhe faz grandíssimo dano é o contágio da politicagem, fazendo do professor público o servidor de um partido, o galopim eleitoral, que escreve a ata e é o agente da cabala eleitoral. O que faz mal ao ensino é essa intromissão malsã do patronato nos concursos para provimento dos lugares do magistério; o que faz mal à instrução popular é essa ausência de dedicação e de vocação sincera para uma profissão tão eminente, de tão alta dignidade, ausência que transforma o magistério em um meio de vida, tirando-lhe essa finalidade tão digna e elevada, que interessa à grandeza da pátria, por dizer de perto com o seu futuro político-econômico.(MATO GROSSO, MENSAGEM, 1916, p. 1).

A crítica de Caetano Manoel de Faria e Albuquerque vem no sentido de argumentar sobre a situação em que se encontrava a Instrução no estado, antes de 1910, ano considerado marco regulatório para as gerações seguintes, pois é nesse ano que se organiza a estrutura educacional do estado. Ainda em seu discurso é possível notar a presença de valores voltados para a aplicação dos conteúdos e ainda para a atuação de normalistas, sobretudo, mulheres. A seu ver, é com a Escola Normal que se concretiza de fato a formação dessas educadoras:

Penso que a mulher é que compete o magistério primário, visto como esse magistério é um prolongamento da educação familiar, na qual a família exerce a sua função educativa com a disciplina, o exemplo e o ensino. É nessa educação do lar e na educação primária, que a prolonga, que se deve realizar o consórcio do amor ou da simpatia com a autoridade, convindo que não seja demasiado impositiva para deixar espaço à chamada auto-educação. Seja como for, porém, a verdade é que nada se consegue sem esse tato pedagógico, que permite o conhecimento do sujeito da pedagogia ou pedagógica, isto é, educador. Tenho para mim que esta “arte científica” ou “ciência prática”, anda muito descuidada entre nós, sem essa ampliação que acertadamente se lhe pretende dar em o nosso programa da Escola Normal, nem só na sua parte geral como na especial. Entretanto a pedagogia é a própria razão de ser da Escola Normal, cuja finalidade é a formação de professores habilitados. “Precisamos ter magistério, porque, sem magistérios, não pode haver ensino.” (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1916, p.2).

Nota-se a presença de um pensamento duplo para a prática do educador, uma “arte científica” ou “ciência prática”, necessária para que seja norteadora do programa da Escola Normal, considerando a pedagogia como razão de ser dos estudos normalistas da época. O

governante apresenta dados de outros estados para referir-se ainda à situação atual de Mato Grosso que, na opinião de Caetano M. Faria e Albuquerque, não se encontra distante do que seria ideal para o ensino. Com dados numéricos e quantitativos, notamos que há uma preocupação econômica em seu discurso, que por sua vez é pautado numa noção de que para que haja um desenvolvimento econômico faz-se necessário que se organize e se invista melhor em educação para população, pois “um povo sem instrução é um povo com musculatura desfibrada”, sendo que:

A extinção do “déficit” não pode resultar se não de um abalo profundamente renovador nas fontes exportadoras de produção. Ora, a produção como já demonstramos é um efeito da inteligência; está por toda a superfície do globo, na razão direta da educação popular. Todas as leis protetoras são ineficazes para gerar a grandeza econômica do país, todos os melhoramentos materiais são incapazes de determinar a riqueza, se não partirem da educação popular, a mais criadora de todas as forças econômicas, a mais fecunda de todas as medidas financeiras.(MATO GROSSO, MENSAGEM, 1916, p. 3).

Para a eficácia no desenvolvimento econômico do estado, os governos entendiam que havia necessidade de se instruir melhor a população para que assim, pudessem de fato, concretizar as propostas de desenvolvimento e manter os vínculos com o poder. É perceptível o apelo às mudanças no ensino, visto que o momento é de instalação e consolidação de um regime republicano, no qual o estado precisa acompanhar o desenvolvimento e o progresso por meio da Educação; nada mais útil, portanto, que uma formação adequada de pessoas que possam instruir os cidadãos.

No ano de 1927, cria-se um novo regulamento para a Instrução com intuito de reorganizar e apontar novos caminhos para a Educação no estado. De inspiração escolanovista, esse regulamento sugere dispositivos para a consolidação da Educação no estado. Diferentemente do Regulamento de 1910, esse, já de início, apresenta a divisão da natureza dos cursos: primário e secundário, apontando que devem ser oferecidos em instituições públicas ou particulares e sujeitos à fiscalização. As discussões sobre o pensamento escolanovista permeou na década de 1920 com maior frequência. (SÁ; SÁ, 2011).

Vidal e Faria Filho (2005), ao proporem estudos de história e historiografia da Educação no Brasil, por meio das lentes da história, contribuem nesta discussão, ao lembrar

das mudanças propostas por Fernando de Azevedo nos anos 1920 no Distrito Federal. Tais propostas emergem num cenário do movimento da Escola Nova, na qual

Azevedo propunha conceber a escola não apenas como *aparelho de adaptação* da criança à sociedade, mas como *instrumento-reação*, capacitando-a para contribuir com a transformação social. Para tanto, era preciso que a educação se configurasse em torno dos princípios de comunidade, trabalho e escola única. O indivíduo deveria ser formado pela e para a vida social, em um ambiente em que a experiência pessoal e ativa fosse valorizada e em que todo estudo se convertesse em objeto de aquisição e trabalho em comum, constituído com a finalidade de formar o cidadão produtivo. (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 31) (Grifos do autor).

Nas pesquisas sobre as influências desse pensamento no estado, desenvolvidas pela pesquisadora Fin (2012, p. 13), notamos que:

[..] a educação é elemento verdadeiramente eficaz para a construção de uma sociedade democrática, que leva em consideração as diversidades, respeitando a individualidade do sujeito, tornando - o apto a refletir sobre a sociedade e capaz de inserir-se nela. Para alguns educadores, a escolarização deveria ser sustentada no indivíduo integrado à democracia, na formação de cidadãos atuantes e democráticos.

Estes preceitos da Escola Nova sobre uma instituição e cidadãos democráticos compuseram o ideal educacional no ano de 1920, tanto no que se refere à formação de professores como na escolarização dos estudantes, entendendo-se tais preceitos como fundamentais para efetivação da proposta de desenvolvimento e de progresso:

As ideias da Escola Nova no Brasil ganharam força na década de 1920, quando um grupo de intelectuais brasileiros, pautado nas ideias político- filosóficas de igualdade entre os homens e do direito de todos à educação, defenderam a organização de um sistema estatal de ensino público, livre e aberto, meio efetivo de se combater as desigualdades sociais da Nação. Tais ideias motivaram reformas estaduais que contribuíram para a penetração do escolanovismo no Brasil, instituindo uma nova proposta metodológica na qual a criança era sujeito da própria aprendizagem e, conseqüentemente, estabelecendo inovadora relação entre professor e aluno. (FIN, 2012, pp. 36-37).

Para a pesquisadora Fin (2012), a grande bandeira desse movimento foi de fato a universalização da educação e a gratuidade do ensino, na qual a educação seria oferecida a todos sem distinção, tendo como uma de suas características a laicidade da instrução, de cunho social, pregava a regeneração da sociedade brasileira, com suas inúmeras reformas efetivadas nos anos 1920 pelo país. Neste sentido:

A Escola Normal, na década de vinte, experimentou profundas transformações, desde a estrutura até o processo de ensino, renovando o espírito e demarcando novas e largas finalidades. Nesse período se processou a profissionalização do Curso Normal, quando se definiu um conteúdo de preparo técnico-pedagógico que acontece pela inclusão (FIN, 2012, p.40).

Ainda com todas as propostas de criação de escolas e grupos escolares, e reorganização do ensino nesses primeiros anos de República, nota-se em Paes, (2011, p. 78), que:

Ao abordar a relação de escolas públicas destinadas ao ensino primário, percebe-se o quanto eram exíguas, atendendo um número bem reduzido de crianças. Decorridos praticamente trinta anos do início do regime republicano, Mato Grosso ainda não conseguira estabelecer uma ampla rede de instituições escolares. Ao que parece, os cuidados eram grandes e atingiam até mesmo a Capital, mesmo sendo considerada vitrine política e administrativa das lideranças governistas.

Neste sentido, é possível perceber que:

Progresso e regeneração são conceitos-chave que caracterizaram o discurso republicano de educação. Acreditava-se no poder da educação para transformar os indivíduos e a sociedade. A escola primária era concebida como um local indicado para operar a regeneração moral, formar cidadãos e, desse modo, consolidar a república. Era a confiança nas potencialidades da escola de espalhar as luzes e afastar as trevas da ignorância. Para os intelectuais liberais, a atividade de ensino representava uma ação civilizadora, uma vez que, ao se erradicar a ignorância, introduzir-se-ia o povo no mundo do conhecimento, das luzes, da capacidade de atuar ativamente na sociedade, na produção de riquezas e na vida política. Nenhum progresso social era possível sem a difusão do ensino. (SÁ, 2007, p. 85).

Assim, pode-se considerar que tais medidas de cunho político-administrativo, tomadas no decorrer desses primeiros anos de República no estado de Mato Grosso, procuraram alinhar o estado com as tendências mais modernas para época, visando, a partir das concepções de ordem, progresso e desenvolvimento, à melhoria das condições de ensino para a população, com foco não apenas no arsenal cultural a que os cidadãos teriam acesso, mas preocupando-se ainda com as alianças políticas e permanências de poderio econômico e social. A formação de normalistas na geração de 1916 tinha como meta contribuir e trabalhar em prol desse ideal: desenvolvimento do estado por meio da Instrução Pública e, para que pudessem atuar, muitos deles eram indicados, apadrinhados e recomendados por determinados professores que, muitas vezes, possuíam um suporte político razoável dos coronéis que atuavam no Mato Grosso naquela época, marcando, a partir daí, a trajetória de

muitos normalistas que de Cuiabá saíram para atuar em prol da Instrução no estado de Mato Grosso.

2 OS TEMPOS, A MEMÓRIA E AS REPRESENTAÇÕES DE MARIA CONSTANÇA BARROS MACHADO.

“Sou brasileira dos pés à cabeça. De meu pai herdei as raízes goianas, de minha mãe, os traços cuiabanos. Não tenho nestas veias uma gota de sangue estrangeiro”¹⁶.

(ROSA, 1990, p. 62).

Em seus anos de atuação, Maria Constança pôde perceber um país que começava a dar os passos para a reorganização da Instrução Pública. Presenciou a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Constança sempre atuou politicamente em sua trajetória de vida pessoal e profissional, o que lhe dava certos “poderes”, como por exemplo, o fato de ter obtido, sem muitas dificuldades a sua aposentadoria em 1948 e a possibilidade de retorno à ativa, depois de alguns anos. Testemunhou, mesmo que distante, a chegada dos militares ao poder no Golpe civil-militar de 1964. Assistiu ao processo de divisão do estado de Mato Grosso. Foi mulher, esposa, mãe, avó, bisavó, educadora. Não fugiu às lutas, pelo contrário, participou delas. Não como mera expectadora, mas como uma agente histórica. Marcou gerações. Marcou uma época. E deixou para a posteridade suas lembranças como pistas, sinais e os indícios de outros tempos: “Os Tempos de Constança”.

2.1 Tempo e Memória: apontamentos.

As reflexões sobre tempo e memória são pertinentes no campo da historiografia, uma vez que contribuem na construção de representações acerca de determinados temas de pesquisa. No caso específico da história da educação, válidas são as contribuições dos professores que atuam e atuaram por anos na construção de uma educação filha de seu tempo, uma vez que, por meio de suas reminiscências do passado, nos vem à tona uma infinidade de indícios e sinais marcados pelas lembranças de cada um dos professores, estes considerados sujeitos da história. Borges (2011, p.212), coloca questões interessantes sobre o estudo biográfico como foco de estudos para historiadores:

¹⁶ Extraído do relato de vida concedido à professora Maria da Glória Sá Rosa, o qual, juntamente com outras entrevistas transcritas compõe o livro “Memória da Educação e Cultura de Mato Grosso do Sul”, uma das principais fontes utilizadas neste trabalho.

Como se pesquisa a vida de um indivíduo? Por intermédio das “vozes” que nos chegam do passado, dos fragmentos de sua existência que ficaram registrados, ou seja, por meio das chamadas fontes documentais. Como “sem documentos não há História”, os vestígios que encontramos em boa medida condicionam nossa ambição de investigação.

Para elucidar alguns aspectos da trajetória de Maria Constança Barros Machado, buscamos no relato, da normalista em questão, uma contribuição de fato pertinente para a compreensão dos tempos de sua atuação. Entendemos que a memória não apresenta o que de fato aconteceu, mas como vestígio do passado que se apresenta ressignificado pelo tempo, uma vez que, como alerta Pesavento (2005, p.95):

Aquele que lembra não é mais o que viveu. No seu relato já há reflexão, julgamento, ressignificação do fato rememorado. Ele incorpora não só o lembrado no plano da memória pessoal, mas também o que foi preservado ao nível de uma memória social, partilhada, ressignificada, fruto de uma sanção e de um trabalho coletivo. Ou seja, a memória individual se mescla com a presença de uma memória social, pois aquele que lembra, rememora em um contexto dado, já marcado por um jogo de lembrar e esquecer.

Assim, compreendemos as memórias de Constança como um relato que nos é apresentado como ressignificação dos fatos do passado. Ela, em suas próprias palavras, apresenta-nos os indícios de sua vida, formação e atuação. Tal apresentação não pode ser entendida como os “os fatos tais quais ocorreram”, uma vez que, além da lembrança que nos é apresentada, levamos em conta o que é esquecido e ainda assim, histórico. Os indícios são parte integrante de uma abordagem da micro-história, que:

[...] dedica-se ao problema de como obtemos acesso ao conhecimento do passado, através de vários indícios, sinais e sintomas. Esse é um procedimento que toma o particular como seu ponto de partida (um particular que com frequência é altamente específico e individual, e seria impossível descrever como um caso típico) e prossegue, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico. (LEVI, 1992, p.154).

Assim, compreendemos que as memórias de Dona Constança, fornecidas sob a forma de uma entrevista concedida à Rosa (1990), apresenta-nos indícios que resultam das épocas em que ainda estava viva. Nesta vereda, Guarinello, (1994, p.181), refere-se à memória como filha de seu tempo, não sendo repetição, mas sim uma ação reflexiva:

A memória não é, tão-somente, uma eterna repetição do mesmo, do idêntico a si. Ela também é, potencialmente, uma ação reflexiva, uma inquisição proposta ao tempo, não buscando identidades e permanências, mas as diferenças, as transformações, a mudança. A memória pode ser, assim, a afirmação do próprio tempo, de sua eficácia transformadora.

Por ser uma ação reflexiva, considerada como uma afirmação do próprio tempo em que nos é apresentada, memória e tempo relacionam-se na medida em que a memória é produto de um tempo, não apenas o tempo que nos é narrado, mas produto de um tempo em que se faz presente. Perceber a memória como uma construção do presente e que permanece em constante processo, é o que defende Fressato (2007, p. 5); em seus estudos, a memória é entendida como:

[...] uma construção do presente, a partir das experiências e vivências do passado. Ela está em constante mudança, sendo aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, sendo assim seletiva. É por meio da memória que os sujeitos do processo histórico buscam salvar o passado do esquecimento, edificando o presente e o futuro, colaborando para a formação individual ou coletiva.

A narrativa que elegemos como fonte principal de nossos estudos é o relato de uma vida dedicada à docência, entretanto, configura-se como representação desse tempo proposto por Fressato, (2007), uma vez que é num presente datado num passado- década de 1980, que Dona Constança fornece a entrevista à Rosa (1990) Assim, compreendemos que as memórias de Maria Constança Barros Machado, advindas em um determinado tempo histórico, fornecem os indícios e apontam suas impressões sobre sua própria trajetória, marcada pelo seu engajamento político. Seu relato é entendido aqui como documento/monumento na medida em que foi produzido para ser preservado e que agora ganha *status* de fonte histórica para assim compreender as representações, principalmente acerca da atuação de normalistas no estado de Mato Grosso. Neste sentido, Borges (2011, p. 221) coloca questionamentos sobre a construção de uma narrativa acerca da trajetória dos indivíduos, refletindo ainda o que selecionar para tais análises:

Os acontecimentos que podem ser vistos como menores na vida de um indivíduo são mais difíceis de ser selecionados: que detalhe enriquece a interpretação? Qual é meramente anedótico? O que pode ser visto como simbólico? O que é aleatório? Uma vida individual imbrica-se com os grandes acontecimentos de sua época, e a presença de todo tipo de fatos (políticos, econômicos, culturais, etc) é percebida na vida da pessoa; esses só devem entrar na narração do historiador biógrafo se

marcaram essa vida. E ainda uma colocação importante: quando começa a nossa história?

Desta feita, além de fazer tais perguntas, é importante lembrar que, para a análise de fontes, a intuição e a sensibilidade do pesquisador são importantes na compreensão dos tempos estudados por meio das inúmeras pistas encontradas no decorrer da pesquisa; a intenção deste Capítulo é apresentar aspectos da atuação de Constança, tendo como eixo central os tempos, as memórias e as representações que permearam a trajetória de vida desta normalista.

2.2 Tempos de Formação

A epígrafe que abre este capítulo é um trecho da entrevista concedida por Constança à Profa. Maria da Glória Sá Rosa, na década de 1980, para explicar suas origens. A entrevista da professora representa uma das principais fontes de pesquisas, por levantar uma série de relatos de ex-professores e ex-professoras que aturam no atual estado de Mato Grosso do Sul. Nascida aos doze dias do mês de Dezembro do ano de 1899, Maria Constança Barros era de origem modesta. Filha da dona de casa Joana da Costa Barros e do sapateiro Israel de Arruda Barros, e como costume familiar, por ser a primeira neta, foi criada pela avó materna, a senhora Amélia da Costa Barros, de situação financeira confortável para época e que, apesar de analfabeta, sempre priorizava a instrução de todos os netos criados por ela. Da convivência com a avó, Constança aprendeu logo cedo o gosto pelas primeiras letras. A lembrança que guardou de sua avó foi a de uma “mulher dinâmica”. Em suas memórias, refere-se à avó como:

[...] uma mulher dinâmica, apaixonada pelo ensino, talvez pelo fato de ser analfabeta. Criou uma infinidade de netas e sobrinhos que encaminhou à escola, pois afirmava que todas as suas criações, até mesmo os gatos e cachorros deviam aprender a ler e a escrever. Juntava todos os sobrinhos que moravam na Chapada, em Coxipó-Mirim, no Buriti e trazia-os para Cuiabá, para casa de parentes onde eles ficavam até serem alfabetizados. Muitas vezes, ela ia pessoalmente levar essas crianças à escola. (ROSA, 1990, p.62).

Orgulhosa de ser brasileira, Dona Constança apresenta-nos, em sua entrevista, o relato de uma vida marcada por inúmeras intermitências políticas e sociais. Sua relação com a educação inicia-se na Escola Modelo anexa, localizada na cidade de Cuiabá, capital de Mato

Grosso, onde aprendeu a ler por meio do método moderno¹⁷, introduzido no governo de Pedro Celestino Correa da Costa. Sua instrução primária foi marcada ainda pela utilização da palmatória pelo professor. Em suas lembranças podemos notar uma descrição das práticas educativas desses seus primeiros tempos de escola:

Quando o aluno errava, não queria estudar, não fazia tarefas, ou rasgava cadernos, a professora apelava para a palmatória: um círculo de madeira, cheio de furinhos, mais ou menos do tamanho da mão da criança, com um cabo que era segurado com raiva. Não só os professores manejavam a palmatória, também os bons alunos, aqueles que sempre acertavam as respostas, tinham o direito de bater nos colegas, o que faziam com muita competência. (ROSA, 1990, p. 62)

Com as reformas implementadas nos anos 1910 e a criação dos grupos escolares, que reunia em um único estabelecimento várias escolas isoladas, foi inaugurado, no ano de 1914, o Palácio da Instrução, que reunia em suas instalações a Escola Modelo do Primeiro Distrito da Capital de Mato Grosso¹⁸, o qual, em 1924, recebe o nome do Barão do Melgaço em homenagem a Augusto Leverger; a Escola Normal de Cuiabá e o Liceu Cuiabano. De acordo com Reis e Sá (2006), a Escola Modelo apresentava-se como um lócus de instrução primária nos primeiros anos do século XX, dividindo-se em seções masculina e feminina, e as mulheres lecionavam apenas nas primeiras séries do ensino primário, sendo:

[...] uma instituição de ensino primário que serviu de “oficina pedagógica” para os alunos da Escola Normal, além de ser o “modelo” para as demais escolas primárias do estado. Algumas normas administrativas e pedagógicas foram criadas a fim de regulamentar essa instituição de ensino, que representava a inovação pedagógica e tinha dupla função: lecionar as primeiras letras aos alunos do ensino primário e destinar-se à prática pedagógica obrigatória dos alunos do 2º e 3º anos normais, além de servir como “espelho” para os demais grupos e escolas do estado. (REIS; SÁ, 2006, p.43).

Após quatro anos de estudos nesse espaço, onde realizou seus estudos no chamado ensino elementar, Maria Constança prestou exame para o curso complementar, sendo, este, um preparatório para a Escola Normal. Para ingressar na Escola Normal, os alunos deveriam ter, no mínimo, 14 anos para o sexo feminino e 16 para o sexo masculino, devendo passar por um exame inicial. A referida Instituição de Ensino havia sido reinaugurada no ano de 1910, no governo de Pedro Celestino Correa da Costa. A figura 2 é uma fotografia tirada na atual

¹⁷ O método ao qual Maria Constança refere-se é o “Método Intuitivo”, inserido com a reforma educacional de 1910, com a vinda dos educadores paulistas.

¹⁸ Reis e Sá (2006) lembram que só a partir de 1922 a Escola Modelo passou a ter a mesma estrutura do Grupo Escolar, com a redução do curso para apenas quatro anos.

Escola Estadual Maria Constança Barros Machado e nos apresenta o diploma de normalista, este que fica dependurado em uma das paredes da direção escolar.

Figura 2 - Diploma de Normalista de Maria Constança Barros Machado



Fonte: Escola Estadual Maria Constança Barros Machado

A figura 3 apresenta o Quadro de Normalistas formadas no ano de 1916, imagem esta que fora cedida pela professora Maria da Glória Sá Rosa. Na imagem, intitulada “Escola Normal de Matto Grosso” constam as fotografias dos seguintes “professorandos” da época: Euchario Augusto de Figueiredo, Maria Brandão, Hermínia Torquado da Silva, Maria Constança Barros, Vanderlina Pinto Botelho e Maria Isabel do Couto. No canto direito consta ainda o retrato do diretor da Escola Normal daquele ano, professor Leovigildo Martins de Melo. Nota-se por meio da observação da figura, que o vestuário utilizado era o apropriado para a ocasião de uma formatura.

Figura 3- Quadro de Normalistas 1916



Fonte: Arquivo Pessoal da Professora Maria da Glória Sá Rosa

A partir de suas memórias, Constança apresenta-nos indícios dos motivos que a levaram a escolher a profissão de normalista. O ingresso na Escola Normal deu-se após uma visita do professor Leovigildo Martins de Melo, normalista paulista, nomeado diretor da Escola Normal e Modelo, que sabendo de sua desistência dos estudos, buscou convencê-la a continuar os estudos, uma vez que era uma aluna aplicada. O curso oferecido na Escola Normal, para ela, forneceu-lhe base para toda a vida. Em suas memórias, é possível perceber os préstimos do então governador, Pedro Celestino, em fornecer as melhorias do ensino e formação de professores para o estado de Mato Grosso. O ingresso de Maria Constança na Escola Normal ocorre no momento de efetivação da reforma e renovação promovidas pelos

professores paulistas contratados pelo governador para modernização do ensino de Mato Grosso. Nota-se que sua escolha ocorre em um momento em que:

A vida era relativamente fácil, de modo que ninguém trabalhava para pagar os estudos. O ideal dos pais era que os filhos estudassem, para ter vida melhor que a deles. A única saída das mulheres era o magistério – moça que quisesse trabalhar tinha que ser professora – naquele tempo não me lembro de nenhuma colega que falasse em ser médica, ou ir para o Rio de Janeiro ou São Paulo tentar outra profissão. (ROSA, 1990, p.63)

No ano de 1916, Maria Constança formou-se normalista. Com intenções primeiras de permanecer próximo à família na cidade Rosário do Oeste, Constança nos conta que, devido ao grande número de normalistas formadas para a região¹⁹, não havendo aulas, teve a ideia de lecionar no município de Campo Grande²⁰. Tal atitude apresenta-se, num primeiro momento, como algo perigoso, uma vez que na época Campo Grande era um município de grandes índices de violência e disputas internas. Mesmo assim, decide mudar-se para Campo Grande, com uma indicação do professor e também deputado Aníbal Toledo ao senhor Humberto Coutinho que, naquele tempo, representava politicamente o município de Campo Grande.

A imagem da Figura 4, extraída do Álbum de Formandos do ano de 1916, da Escola Normal de Cuiabá, foi localizada no acervo pessoal da professora Maria da Glória Sá Rosa. A fotografia apresenta-nos a normalista, recém-formada, provavelmente vestida apropriadamente para a ocasião de sua formatura.

¹⁹ As escolhas de aulas no interior acabava por ser uma prática realizada pelos governantes - tanto que Maria Constança é indicada pelo Deputado Aníbal de Toledo, uma vez que, com a ida de mais professores para o interior, era possível que se proporcionasse a efetiva instrução da população do Estado, possibilitando ainda, uma descentralização de poderes, uma vez que, desta forma haveria a possibilidade de se angariar mais apoio ao manter um “afiliado” político no interior.

²⁰ Nesse período, a Vila de Campo Grande possuía um quantitativo populacional de, aproximadamente, 8000 habitantes como consta em fontes consultadas no IHGMS.

Figura 4 - Maria Constança Barros Machado



Fonte: Arquivo Pessoal da Professora Maria da Glória Sá Rosa

Rosa (1990), em suas observações referentes aos relatos coletados para seu livro, apresenta considerações que contribuem de maneira fundamental para a compreensão das indicações de normalistas em um efervescente cenário político:

[...] Todas as nomeações dependem de influências políticas, de amizade. [...] Quando muda a política, os professores da oposição perdem seus cargos de comissão ou são demitidos. [...] Por falta de mercado de trabalho, professores de Cuiabá enfrentam viagens difíceis, para lecionar em cidades do Sul. A influência política reserva-lhes bons lugares em Campo Grande, Aquidauana, Corumbá, Três Lagoas, Coxim, cujo ensino deixam marcado por sua presença corajosa [...]. (ROSA, 1990, p. 229).

Tais considerações revelam raízes de momentos históricos que marcaram gerações, seja pelo coronelismo²¹, que, com suas influências, validava a competência dos educadores, seja pelos desmandos políticos que as autoridades tinham diante do poder. Essas marcas estão presentes nos relatos e na trajetória de vida desses profissionais, que enfrentavam riscos não só de morte nas longas viagens, mas também um risco político na perda ou ganho de cargos e empregos. Numa dessas viagens, desembarcou em março de 1918, na cidade de Campo Grande, a normalista Maria Constança Barros, jovem que trazia junto de si uma carta de apresentação do deputado e professor Aníbal Toledo ao Dr. Humberto Coutinho, político local. Esta indicação política é o primeiro passo para o longo período de contribuição na formação de crianças, jovens e adultos no Sul de Mato Grosso.

2.2 Tempos de atuação

Mato Grosso apresentava, nos primeiros anos dos século XX, altos índices de turbulências políticas. Na Vila de Campo Grande não era diferente. As intermitências e disputas políticas contribuíram para acentuar a imagem de um estado perigoso onde os coronéis mantinham controle político da época, por meio da violência. Nos estudos de Corrêa (2006, p.29) sobre o banditismo e o coronelismo no estado, percebemos que:

A história de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nas primeiras décadas do período republicano (1889 -1943), foi na realidade a história de um *povo armado*. Sua principal característica constituiu-se no uso extremo da violência que acabou por se confundir com o próprio modo de vida do mato-grossense. [...] (grifo do autor)

Assim, percebemos que a violência marcou os primeiros anos do estado. Em sua entrevista, publicada por Rosa, (1990), o professor Múcio Teixeira Júnior, ex-diretor da Escola Normal de Campo Grande, também faz referência à violência e à precariedade da cidade de Campo Grande nos anos da década de 20.

²¹ Existia no estado de Mato Grosso naquele momento, a figura dos coronéis, donos de terra e com grande influência política, o que lhe proporcionava privilégios na administração estadual. Muitos deles influenciavam como candidatos que, após eleitos, nomeavam seus correligionários para cargos de confiança, além das muitas disputas de poder entre grupos políticos, ocasionando inúmeras repressões no então sul de Mato Grosso, inclusive por meio da violência. (CORREA, 2006).

A cidade era um verdadeiro faroeste. Minha primeira impressão foi a de estar diante de uma morena bonita, mas muito mal vestida, descalça, cabelos desganhados. No tempo das águas, a lama era demais. Se fazia calor, ventava, uma poeira vermelha cobria tudo. Bandidos não faltavam. Durante a noite, aconteciam crimes pavorosos no Cascudo (Bairro São Francisco) e na rua Sete de Setembro onde sempre tombavam dois ou três. A gente vivia de janelas fechadas com medo das balas. O mais engraçado é que não havia ladrões. Não me lembro de nenhum conhecido ter-se queixado de assalto, ou de roubo. (ROSA, 1990, p. 47).

Maria Constança lembra que ainda em Cuiabá, ao anunciar que pretendia se mudar para Campo Grande, é alertada pelos amigos e familiares para tomar cuidado, pois havia comentários de que em Campo Grande se matava nas ruas, mesmo assim, ela respondia:

[...] – não vou para Campo Grande para andar na rua. Vou para lecionar crianças numa escola. É verdade que depois tomei conhecimento de muitas mortes, assassinatos por questões de família, por problemas políticos. Na década de 20, vivia fechada em casa, com medo de sair à rua e ser atingida por uma bala escapada de algum tiroteio, resultante de briga. A violência na rua 7, no começo do século era terrível: todas as manhãs aparecia alguém morto por lá. (ROSA, 1990, P. 63).

Nos primeiros anos de residência na cidade de Campo Grande, morou com sua prima Etelvina até a chegada de seus irmãos de Cuiabá. Constança lembra que:

Campo Grande era um matagal. Ruas enlameadas, casas isoladas, calçamento só na 14 de julho. Para ir-se por exemplo ao Quartel General (onde hoje é a cadeia), atravessava-se um caminho estreito, cercado de um mato perigoso, de onde podia de repente surgir uma cobra, um malfeitor qualquer. (ROSA, 1990, p. 63).

O início de seus trabalhos na cidade de Campo Grande ocorreu na primeira escola pública isolada para o sexo feminino, em substituição à professora leiga Henriqueta da Silva, atuando como diretora, secretária e professora. Para essas funções, havia sido “[...] designada através do Ato 163 do Interventor do estado de Mato Grosso, General Dr. Cipriano da Costa Ferreira [...]”.(ROSA, 1990, p. 63). No ano de 1922, é designada para atuar no Grupo Escolar de Campo Grande, instalado na Avenida Afonso Pena, sua arquitetura reporta a organização dos Grupos Escolares da época.

No ano de 1930, funcionando no mesmo prédio do Grupo Escolar, foi criada a Escola Normal de Campo Grande²² por intermédio do Governador Aníbal de Toledo, o qual contratou de oito a dez professores normalistas de Cuiabá para atuarem na formação de outros

²² A mudança para Escola Normal “Joaquim Murtinho” ocorre aos 5 dias do mês de Junho de 1924, com o Decreto nº 669, assinado pelo então governador de Mato Grosso, Pedro Celestino Corrêa da Costa

normalistas; sobre a Escola Normal, Constança pondera: “[...] Ao longo do tempo, muitas turmas de professores saíram dos bancos daquela escola, a maioria mulheres, devido ao preconceito que sempre existiu no Brasil quanto à profissão, considerada essencialmente feminina [...]”.(ROSA, 1990, p. 63).

A atuação das mulheres na educação, nos primeiros anos do século XX, apresenta-nos um processo de feminilização docente, já iniciado no século XIX, a partir de alguns fatores como a representação de uma escola que doméstica que cuida, ampara, ama e educa. Essa preocupação ganha espaço nos anos seguintes, acompanhando os primeiros movimentos pela liberação feminina. Muitas mulheres percebiam no magistério uma possibilidade de independência familiar. Partindo da argumentação de Constança de que, naquela época- (anos 1930)- grande parte dos formandos era do sexo feminino, cabe ressaltar o caráter maternal dado às mulheres diante de suas responsabilidades domésticas, o que, num primeiro momento, relega às mulheres apenas os afazeres do lar, atuando como boas esposas e mães dedicadas. Para Almeida (2004, p. 71), as responsabilidades femininas eram restritas às fronteiras do lar, o que contribuiu na representação da mulher professora que, imbuída da “sagrada missão de educar”, seria reconhecida por ato de nobreza e resignação, em áreas como saúde e educação:

Apesar das conquistas efetivadas ao longo das primeiras décadas do século XX, como acesso das mulheres ao ensino superior e a algumas profissões, esses ideais permaneceriam, por longo tempo, impregnando a mentalidade brasileira e esculpindo uma figura de mulher plasmada nesse perfil. A responsabilidade feminina nunca deveria transpor as fronteiras do lar, nem ser objeto de trabalho assalariado. O trabalho somente poderia ser lícito se significasse cuidar de alguém, doar-se com nobreza e resignação, e servir com submissão, qualidades inerentes às mulheres, premissas com as quais também se afinavam profissões ligadas à saúde, como enfermeira ou parteira. (ALMEIDA, 2004, p.71).

Assim, nota-se que a escolha pelo magistério configurava-se uma saída para as mulheres ganharem seu espaço e deixarem suas marcas profissionais. Maria Constança é dessa geração de mulheres que percebiam no magistério uma maneira de ganhar seu próprio dinheiro e ser financeiramente independente. Fez dessa escolha aquela que a marcaria em toda sua trajetória. Sobre sua disposição em mudar-se para Campo Grande para lecionar, as palavras do Professor Múcio Teixeira Júnior fornecem uma representação de suas escolhas como mulher e docente:

Como diretor da Escola Normal Anexa, de 30 a 32, convivi com professoras cuiabanas que deixaram seu nome na história de nosso ensino: Maria Constança de Barros Machado, Eliza Silva, Elvira Pacheco, Simpliciana Corrêa, Ana Luísa Prado Bastos, Helvecina Reveilleau, Sofia Berenice. Essas professoras enfrentavam corajosamente um meio estranho, moravam em casas de amigos e dedicavam-se de corpo e alma ao ensino. Nunca faltavam às aulas, nem reclamavam das longas horas que passavam ao lado dos alunos. Quando se casavam, repartiam com os alunos o amor dos filhos. (ROSA 1990, p.49).

Em determinado momento, Constança argumenta sobre sua rotina, seu trabalho e sua dedicação à educação. Os indícios de seu cotidiano apontam, por meio de suas memórias, que sua vida foi marcada, durante aquele tempo, pelo trabalho:

Meu dia inteiro era ocupado pelo trabalho. Levantava-me cedo, tomava café e saía para a escola. À tarde, preparava as aulas, corrigia os cadernos dos alunos. Não tinha namorado: estudava e trabalhava o dia inteiro. De vez em quando, nas férias pegava o trem e fazia aquela viagem longa até São Paulo, para tomar um banho de civilização. (ROSA 1990, p. 62).

Seu casamento com Sebastião José Machado aconteceu em 1926; numa época em que as mulheres se casavam-se cedo. Pode-se depreender que Maria Constança casou-se com uma idade acima da habitual, pois estava já chegando ao 30 anos quando se uniu com aquele que seria seu único companheiro por toda sua vida, e com que teve dois filhos: Kerman José Machado e Aparecida Barros Machado, como é possível verificar na figura 6:

Não vivi apenas para o ensino. Se me perguntassem: o que você fez, Constança? Eu responderia – amei, casei, trabalhei, tive filhos e netos. Nunca fui uma pessoa muito ligada a namoros, já casei relativamente tarde, quase aos 30 anos, num tempo em que as moças casavam aos 15, aos 16 eram mães, aos 30 respeitáveis avós. Mas um dia, numa tarde, um rapaz simpático conquistou meu coração. Nossos olhos se encontraram, e eu disse: Esse rapaz não para de me olhar. Ele quer alguma coisa comigo. Era o jovem sargento Sebastião José Machado, paulista de Lorena, que chegou a Campo Grande em 1924, junto com um Batalhão que veio estancar um levante aqui no sul. Sebastião foi meu único flerte, namorado, noivo e companheiro de toda uma vida. Quando ele me falou em casamento, eu impus uma condição: que ele continuasse os estudos, pois queria que ele fizesse curso superior, que lhe garantisse independência financeira. Casamos em 1926 e ele cumprindo sua promessa, iniciou o curso de Odontologia na primeira faculdade que funcionou aqui. Depois a Faculdade foi fechada e Sebastião terminou o curso no Rio de Janeiro. Em 1926, nasceu meu filho Kerman José Machado em 1930, minha filha Aparecida [...]. (ROSA, 1990, p.72).

Figura 5 - Família de Maria Constança Barros Machado – 1940



Fonte: Arquivo de Maria Constança Barros Bogalho (Constancinha)

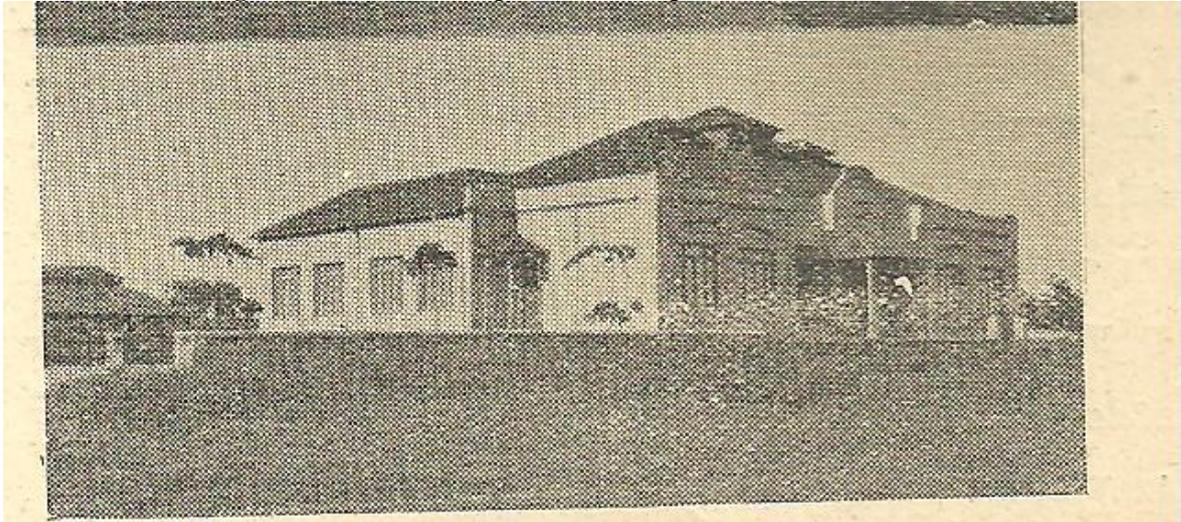
A década de 1920, além de ser marcada pelo nascimento de seus filhos, marcou também a profissão docente de Maria Constança, tanto pela precariedade de condições salariais como pela falta de estruturas para sua atuação. Já nos anos de 1930, ano de anúncio do estado Novo²³, Maria Constança assume a direção no Grupo Escolar “Joaquim Murtinho”, por meio de um convite feito por Júlio Muller, A Figura 6 apresenta-nos a fachada do antigo prédio do

²³ O Estado Novo é considerado o terceiro momento da chamada “Era Vargas”. Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930, assume o poder do Governo Provisório, até o ano de 1932, quando se obtém uma nova Constituição, a qual reconduz o Presidente à cadeira do Governo Central do país, permanecendo até o ano de 1937, ano de implantação do Estado Novo. Nesse momento, os poderes do Presidente são permeados por uma nova Constituição de inspiração ditatorial. Freitas e Biccás (2009) alertam que nessa ocasião o governo torna-se ator central dos processos políticos, lembrando ainda que, já a partir de 1935, o país passa por um processo de centralização do poder com aspirações autoritárias.

Grupo Escolar “Joaquim Murtinho”. Sob sua direção, inúmeras professoras atuaram nessa instituição; em suas palavras:

O professorado daqueles anos 30 era de uma abnegação fora do comum. O grupo constituído por Helvecina Reveilleau, Elisa Silva, Maria Rita de Oliveira, Benedita Vaz, Vitália Antônia da Silva deixou em todo o estado uma grande tradição de competência e de responsabilidade. Cada uma cumpria seu dever, independente de solicitação do diretor, de variação de tempo, do baixo salário. Como resultado, o curso primário fornecia uma base, que deixava a criança segura, para continuar os estudos, dispondo de conhecimentos gerais e cultura. Essas professoras todas trabalharam sob minha direção no Grupo Escolar Joaquim Murtinho. (ROSA, 1990, p. 64).

Figura 6 - Prédio do Grupo Escolar Joaquim Murtinho (Ano 1928)



Fonte: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul

A confiança política depositada à Maria Constança, desde sua indicação quando chega a Campo Grande, passando pela sua nomeação como diretora do Grupo Escolar, inicia todo seu processo de fortalecimento como uma pessoa que, além de fornecer uma formação educativa aos alunos, apresenta o lado político entremeadado em suas práticas e no seu fazer cotidiano, que lhe proporcionou, no ano de 1939, oportunidade de propor ao Interventor do estado de Mato Grosso, Júlio Müller, e ao Secretário de Fazenda, João Ponce de Arruda, a implantação de um ginásio público que resolvesse os problemas dos mais carentes. Após a autorização, a professora normalista instalou o Liceu Campo-Grandense que viria a se transformar no Ginásio Estadual Campo-Grandense. Suas ações educacionais, permeadas de engajamentos políticos, mostra que Constança agia como intelectual de seu tempo. A este respeito, Sirinelli (2003) contribui de forma capital para o campo de pesquisa, pois considera que os intelectuais podem ser caracterizados por duas acepções: uma ampla, como mediadores

culturais, e outra mais específica, baseada no sua postura de engajamento cotidiano. Nesse sentido, o autor alerta que:

[...] podem ser reunidos em torno de uma segunda definição, mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator – mas segundo modalidades específicas, como por exemplo a assinatura de manifestos – testemunha ou consciência. Uma tal acepção não é, no fundo, autônoma da anterior, já que são dois elementos da natureza sociocultural, sua notoriedade eventual ou sua “especialização”, reconhecida pela sociedade em que ele vive – especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade –, que o intelectual põe a serviço da causa que defende. (SIRINELLI, 2003, p. 243).

Tais considerações apresentam-se frutíferas no sentido de contribuir para a compreensão das atividades da normalista em sua trajetória, visto que, seu engajamento educacional foi além dos muros das escolas em que atuou, acrescentado de suas ligações políticas.

Nos primeiros anos de funcionamento, as atividades do Liceu Campo-Grandense eram realizadas no mesmo espaço do Grupo Escolar. O prédio possuía uma estrutura arquitetônica voltada para o ensino, que respondia às necessidades da época dos Palácios da Instrução²⁴: era organizado em forma de U, possibilitando a divisão entre meninos e meninas, práticas da época, em nome da disciplina estudantil:

Naquele tempo, a disciplina era fundamental. A separação entre alunos e alunas era tão rígida que até o prédio era construído em forma de U, de modo a abrigar de um lado as classes do sexo masculino e do outro as do sexo feminino. O recreio dos meninos era de um lado, o das meninas de outro. O encontro entre meninos e meninas dava-se apenas nas festas literárias e esportivas, que eram realizadas no salão nobre da escola. Só se admitiam classes mistas, quando havia número insuficiente de alunos para separá-las. (ROSA, 1990, p.65).

A organização do prédio específico para esse fim, com uma arquitetura que visasse à preservação da disciplina e do controle dos alunos, representava mais do que um gesto político-administrativo para época, e sim, apresenta ainda os indícios das representações que permeavam à época, visto que, estes espaços, construídos com a finalidade de educar, respondiam tanto à necessidades políticas bem como, culturais. Sobre os significados e

²⁴ Sobre o assunto, consultar o livro Palácios da Instrução: Institucionalização dos Grupos Escolares em Mato Grosso (1910-1927), de autoria de Rosinete Maria dos Reis e Nicanor Palhares Sá. Esse trabalho apresenta o resultado de pesquisa de dissertação defendida na UFMT e apresenta dados significativos sobre a organização e funcionamento dos Grupos Escolares no estado de Mato Grosso.

importância dos prédios escolares como resultado de uma dimensão simbólica, Viñao Frago (2001, p. 78) alerta que:

[...] todo espaço é um lugar percebido. A percepção é um processo cultural. Por isso, não percebemos espaços, senão lugares, isso é, espaços elaborados, construídos. Espaços com significados e representações de espaços. Representações de espaço que se visualizam ou contemplam, que se rememoram ou recordam, mas que sempre levam consigo uma interpretação determinada. Uma interpretação que é o resultado não apenas da disposição material de tais espaços, como também de sua dimensão simbólica.

No ano de 1940, o Liceu teve suas atividades encerradas por não preencher as condições necessárias à época junto ao Ministério da Educação, “[...] até que em 1943, depois de muita luta com a burocracia, foi lavrada a portaria ministerial 174 de 12 de março, concedendo a inspeção preliminar, que permitiu ao Ginásio²⁵ o retorno às suas atividades.” (ROSA, 1990, p.64). Constança alerta ainda que, por um período de quinze anos, o ginásio e o grupo escolar dividiram o mesmo espaço. Sobre o cotidiano de seus alunos, notam-se os detalhes e a presença dos uniformes como meio de identificação dos alunos e ainda sua obrigatoriedade:

O uniforme era obrigatório: saia azul-marinho, blusa branca e gravatinha para as meninas. Para os meninos, calça e jaquetão cáqui. Este último era pesado, mangas compridas, todo abotoado. Por baixo do jaquetão, vinha uma camisa branca de mangas compridas, abotoada, acompanhada de uma gravata. Esse jaquetão cáqui era exigido diariamente, o aluno não podia comparecer às aulas sem ele. O aluno carente recebia o uniforme da caixa escolar. Engraçado é que nunca um aluno algum veio queixar-se do calor, nem alegar desconforto, porque o uniforme era pesado. (ROSA, 1990, p. 65).

Na gestão de Maria Constança, foi organizada, no Colégio, uma espécie de fundo para auxílio aos estudantes carentes, o chamado “Caixa Escolar”²⁶ que tinha função de comprar lápis, caderno e outros materiais básicos para as atividades dos alunos. Além dessas ações, notamos em sua prática a presença de valores humanos voltados para o ensino e a aprendizagem dos seus alunos. Não admitir castigos físicos – prática aparentemente comum -

²⁵ O ensino secundário nos anos de 1940 era oferecido em estabelecimentos credenciados junto ao órgão oficial chamados de Ginásios.

²⁶ A prática do Caixa Escolar, aplicada por Maria Constança no Sul de Mato Grosso, como suporte para fornecimento de material didático-pedagógico aos menos favorecidos que tinham a oportunidade de estudar no estabelecimento de ensino do qual era diretora. Provavelmente, trouxe da experiência como docente do Grupo Escolar de Campo Grande, nos anos 1920, visto que no Relatório do Grupo, no ano de 1923, o então diretor, Sr. Bartolomeu Lopes dos Santos, aponta que o Caixa Escolar desse estabelecimento de ensino foi regulamentado por meio de ato oficial. Já o Regulamento da Instrução Pública de 1927, em seu artigo 187, afirma que a função do Caixa Escolar era de “[...] auxiliar os alunos indigentes na compra de roupas, livros e outros materiais escolares”. Neste sentido, cabe lembrar que as ações de Maria Constança no Ginásio Estadual, já haviam sido regulamentadas por leis e já vinham sendo praticadas em outros municípios do estado de Mato Grosso.

era uma de suas características, uma vez que tinha consigo a preocupação de não perder jamais o controle emocional nas situações em que a docência lhe colocava: “[...] Nunca acreditei em castigos corporais. Trabalhei 20 anos com alunos de todo tamanho sem jamais perder o controle emocional [...]” (ROSA, 1990, p. 64). Ainda durante seus anos de docência jamais teria expulsado alunos da escola:

Felizmente, nunca expulsei um aluno. Quando ele se tornava inconveniente, incapaz de viver bem com os colegas, depois de chamá-lo inutilmente para admoestações e conselhos, dava-lhe a guia de transferência, que lhe permitia procurar o outro estabelecimento de ensino, sem interromper os estudos. De modo geral, os alunos traziam de casa as noções de respeito, de obediência, que tornavam fácil a convivência escolar. (ROSA 1990, p. 65).

Suas experiências como gestora e seu posicionamento sobre a aplicação de castigos físicos apresentam coerência com as tendências escolanovistas que se espalhavam pelos estados do país por volta da década de 1920. Em Mato Grosso, não foi diferente. A reforma educacional de 1927, instituída no governo Mário Corrêa da Costa, aponta que:

[...] o aluno passou a ser o sujeito da aprendizagem, o que tornou “inevitáveis” algumas modificações no interior da escola: o professor deixou de ser o centro do processo de ensino e aprendizagem, o detentor do conhecimento, atuando como o incentivador e orientador do educando, que era inserido em situações propícias para a construção do conhecimento. (SÁ & SÁ, 2011, P.198).

Nota-se assim que os anos de atuação de Maria Constança foram marcados pela influência desse ideário que permeou as reformas educacionais pelo país. Entretanto, em seu relato, mesmo lembrando ser contra castigos físicos, sua memória apresenta um curioso caso do professor que lecionava Língua Portuguesa e que insistia em castigar um aluno por um episódio ocorrido em sala de aula:

O professor Argemiro Fialho era uma capacidade no conhecimento e na transmissão da matéria (Português). Extremamente enérgico e rigoroso na disciplina, perdia frequentemente o controle emocional. Certa vez ele arguiu o aluno Jurandir Ennes, que estava na 4ª série e não soube responder as questões levantadas. Dr. Argemiro perdeu a paciência e mandou-o arranjar uns óculos de burro adequados à sua personalidade. Ferido em seu orgulho, o Jurandir respondeu: “ – Não preciso de óculos, professor, eles estão em cima de sua mesa.” Dr. Argemiro saiu furioso da sala e veio até mim, exigindo uma punição grave para o aluno. Quanto mais ele insistia no castigo, mais eu argumentava que o aluno reagira assim por culpa dele, professor, que usara uma expressão forte demais para um estudante. Aos poucos, Dr. Argemiro foi-se acalmando, até desistir da punição. (ROSA, 1990, p.65).

Este exemplo demonstra que, em suas práticas, Constança sempre mantinha, como principal foco o diálogo e o entendimento com professores e alunos, sempre ouvindo e argumentando sobre os dois lados. Podemos notar que a normalista, em seus primeiros anos de atuação, partilhava dos métodos aplicados por meio da Reforma Educacional de 1927, que sofre influência do movimento Escola Nova. Suas memórias apontam, mesmo que por indícios, algumas pistas e sinais de que lugar e de qual movimento ela partilhava em suas práticas, evidenciando, assim, inúmeras representações sobre o fazer docente em sua trajetória.

Apesar de declarar que pouco se participava de política, os indícios mostram que era por meio da política local que os docentes ingressavam na carreira do magistério:

Os professores daquelas longínquas décadas de 30, 40, 50 participavam pouco ou nada de política. Os movimentos de 30 e 32 passaram por nós sem deixar marcas em nossa lembrança. Também a vida do professor era feita de insegurança: financeira, política e emocional. Entrava-se no magistério através da influência de algum pistolão, mais tarde, se mudava o governo, quem era contra, lia no jornal sua exoneração. Todo mundo era interino – não se falava em concurso de efetivação, nem tampouco em aumento. (ROSA, 1990, p.66).

O argumento de Maria Constança sobre as indicações políticas na década de 1930 não se restringe apenas a esse período. Nas décadas anteriores – principalmente nos anos de formação – o corpo docente também mostrava-se como meios de indicação e interferência política, como alertava o então Presidente do estado, Caetano Manoel de Faria e Albuquerque em suas mensagens da época.

No ano de 1948, no governo de Arnaldo Estevão de Figueiredo, novamente podemos perceber a influência das questões políticas na educação, visto que a professora Maria Constança foi demitida do cargo de diretora do Ginásio Estadual e da Escola Normal, sendo aposentada por tempo de serviço. Em seu lugar, assumiu a direção da Escola Normal e do Colégio Estadual, o professor Múcio Teixeira Júnior, que já havia sido seu diretor por ocasião da criação da Escola Normal.

Em consulta ao acervo pessoal de uma das netas de Constança, foi possível encontrar algumas fontes preciosas sobre a atuação da normalista. Dentre elas, a cópia de uma carta enviada, no ano de 1948, ao Sr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, governador do estado de Mato Grosso, na qual constava, ao final, o registro de um número: 1.214, o qual representaria o total de assinaturas de pessoas que reivindicavam o cargo de diretora à normalista. Como justificativa, essas pessoas expunham a dedicação e a competência de Constança:

[...] V. Ex^a. Não encontrará outra pessoa com maior dedicação e competência para substituí-la e é em benefício de seus filhos e principalmente dos estudantes de Campo Grande que os signatários fazem este pedido, pois ninguém mais do que V. Ex^a, tendo residido durante tantos anos nesta cidade, conhece os relevantes serviços prestados por D. CONSTANÇA em benefício da nossa juventude e, portanto, da nossa Pátria [...] (CAMPO GRANDE, 1948).

O texto deixa clara a opção pela professora Constança para assumir novamente o cargo de diretora do Ginásio Campo-Grandense, entretanto, não encontramos vestígios das assinaturas, nesse documento, apenas o texto justificando a escolha da educadora. As pistas e indícios sempre apontam para a mesma vereda: a dedicação da normalista para com a educação no estado e sua influência política.

A partir de então, entre os anos de 1949 e 1950, Constança passa a atuar no ensino particular ministrando aulas de Geografia e Matemática no Colégio Osvaldo Cruz²⁷, permanecendo assim até o ano de 1950, quando ocorreriam as próximas eleições no estado. A disputa estava entre Filinto Muller, pelo PSD,²⁸ e Fernando Corrêa da Costa, pela UDN²⁹, Partido pelo qual Maria Constança militava:

Apesar de Filinto contar com o apoio tanto do Governo do estado, quanto do Federal, quem saiu vencedor foi Fernando Corrêa da Costa, que seguindo o exemplo do pai, Pedro Celestino, deu muita força à Educação. Além de criar a Secretaria de Educação e Saúde, espalhou dezenas de escolas, colégios, ginásios por todo o estado. Construiu inúmeros prédios para o funcionamento das escolas, como o do Colégio Estadual Campo-Grandense e o Colégio Maria Leite, de Corumbá, projetos do arquiteto Oscar Niemeyer. Convidada pelo Dr. Fernando, assumi em 1951 a direção do Estadual e da Escola Normal Joaquim Murtinho em substituição ao Prof. Múcio Teixeira Júnior, que era diretor dos dois estabelecimentos. (ROSA, 1990, p.67).

No dia 2 de março de 1951, seu nome consta da lista de nomeações do Diário Oficial de Mato Grosso, como diretora do Colégio Estadual Campo-Grandense, resultado de uma árdua campanha a favor de Fernando Corrêa da Costa em prol do Governo do estado. Sua nomeação é a primeira apresentada no Diário Oficial daquele dia e aparece com os seguintes dizeres:

²⁷ Inicialmente denominado Internato Rui Barbosa, sob a direção do professor Luis Alexandre de Oliveira, este vendeu-o a Henrique Corrêa, que reabriu no ano de 1927 com características de internato, com instalações próprias para esse tipo de educação. Sobre o assunto, consultar: ROCHA, Marcelo Pereira. **O ensino secundário no sul do estado de Mato Grosso no contexto das reformas educacionais: o ginásio Osvaldo Cruz (1927-1949)**. UCDB: Campo Grande, 2010. (Dissertação de Mestrado)

²⁸ Fundado 1945, o Partido Social Democrático apresentava uma perspectiva liberal-conservador.

²⁹ A União Democrática Nacional é fundada no ano de 1945, de cunho conservador, Partido contrário às práticas de Getúlio Vargas. Os discursos udenistas em âmbito nacional, já nos anos 1950, traziam um ressentimento dos anos anteriores marcados pela ditadura implantada por Getúlio. Sobre o assunto, consultar: SOUZA, Mayara Paiva de. A UDN na Constituinte de 1946: um debate sobre o tempo histórico. In. **Senatus**. Brasília, v. 7, n. 41, 2009, pp. 48-55.

“[...] NOMEAR MARIA CONSTANÇA DE BARROS MACHADO para exercer em comissão, o cargo de diretor, padrão Z1, do Colégio Estadual Campo-Grandense”. (MATO GROSSO, 1951). Sobre sua situação salarial após aposentadoria ela alerta que não ganhava muito:

Quando me aposentei em 1950, ganhava cerca de 500 cruzeiros por mês, era uma miséria mas eu não reclamava, porque o ordenado do Sebastião, como militar e dentista, dava para a gente viver folgadoamente. Cheguei até a construir duas casas, esta em que estou morando aqui na Pedro Celestino, 749 e outra na rua 15 de Novembro. Se fosse viver de aposentadoria, teria morrido de fome. (ROSA, 1990, p.73).

Ao retornar para o Colégio Estadual, foi recebida com um discurso de boas vindas, proferido pela professora Maria da Glória Sá Rosa, colega de trabalho dos tempos em que, depois de aposentada, Maria Constança atuou no Colégio Oswaldo Cruz.

2.2.3 Tempos de Aposentada

A nomeação da normalista, após sua aposentadoria por tempo de trabalho, é resultado do processo político do ano de 1950, em que Maria Constança contribuiu na campanha para o então candidato Fernando Corrêa da Costa. A partir de então, a normalista passou a articular, junto à comunidade, os próximos processos eleitorais, como bem faziam os filiados à UDN. Os momentos em que o partido não se encontrava no poder, Constança era novamente exonerada por seus posicionamentos políticos e pela forte campanha sempre em prol de Fernando Corrêa da Costa nos anos de 1950 a 1960, que depositava muita confiança no trabalho e nas indicações da normalista:

Dr. Fernando sempre me deu o maior apoio, respeitou minhas decisões, nunca nomeou ninguém sem me consultar, nem deixou de nomear os que eu indicava. Também eu fazia o maior esforço, para só colocar à frente do ensino pessoas de reconhecida competência. O Estadual e a Escola Normal funcionavam de março a dezembro, sem interrupção das aulas. Se um professor se afastava, eu arranjava logo um substituto, que aguardava a nomeação dando aulas. (ROSA, 1990, p.67).

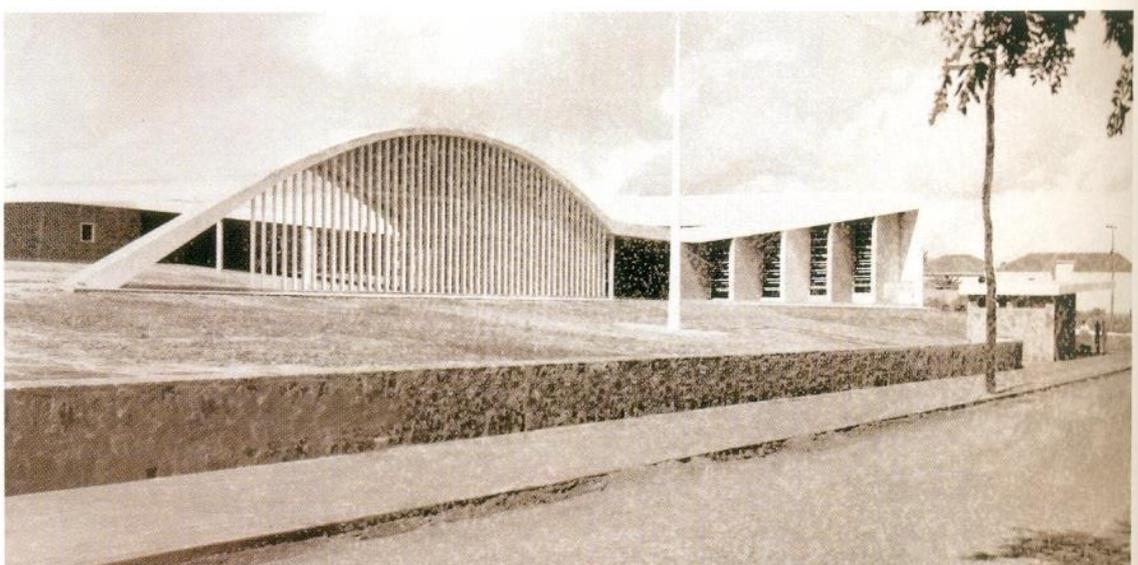
Sob sua direção agora nesse novo momento histórico de democracia política, notamos que o Colégio Estadual Campo-Grandense permanecia ativo com suas práticas educativas, e seu corpo docente de professores com um trabalho reconhecido na época. Apesar das precárias condições de trabalho, o Colégio era disputado por grande parte das famílias de Campo Grande:

O Estadual funcionava otimamente na parte de ensino, no relacionamento professor/aluno, mas as instalações eram péssimas. Prédio velho, carteiras quebradas, banheiros precários, era um sacrifício ensinar, tanto para os alunos, quanto para os professores passar longas horas naquelas salas velhas, com goteiras, quando chovia, o sol batendo nas carteiras, quando o tempo era bom. Foi então que numa segunda feira, de 1954, no dia 27 de agosto, foi inaugurado o prédio novo do Colégio Estadual Campo-grandense, dentro dos modernos princípios da arquitetura, com amplo auditório para reuniões, salas ventiladas, laboratórios etc.[...] (ROSA, 1990, P.67).

Esta declaração da entrevistada Maria Constança demonstra sua força política naqueles tempos. Notamos em seu discurso, publicado no Correio do estado, referente à inauguração do novo prédio do Colégio Campo-Grandense, no ano de 1954³⁰, como diretora da instituição, uma forte conotação política em defesa do então governador, Sr. Fernando Corrêa da Costa:

[...] vemos concretizado um sonho há muito almejado pela população, cabendo essa feliz e útil iniciativa ao descortino inteligente, do preclaro e esclarecido estadista Dr. Fernando Corrêa da Costa. Administrador consciente, zeloso pelo bem estar de seus governados, V. Ex^a. Sentiu de perto a necessidade da resolução imediata da população escolar, dos estudantes menos bafejados pela fortuna, uma vez que a antiga sede não comportava o acréscimo de matrículas. (MACHADO, 1954, p. 1).

Figura 7 - Novo Prédio do Colégio Estadual (Década de 1950)



Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul

³⁰ Projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o novo prédio do Colégio Estadual Campo-Grandense foi inaugurado no Bairro Amambaí. O Observatório de Cultura Escolar da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, coordenado pela Professora Doutora Eurize Caldas Pessanha, desenvolve pesquisas sobre a trajetória das disciplinas escolares, bem como da importância desse colégio na vida social de Campo Grande.

Nota-se na Figura 7 a fachada do Colégio Estadual, esta que lembra um livro aberto. O prédio escolar apresenta-nos a moderna arquitetura para época, em que o corredor principal representa uma régua e o anfiteatro um mata-borrão. É perceptível sua elevada estima pelo então governador do estado através do seu discurso. Sua fala apresenta seus posicionamentos políticos e escolhas partidárias. Após a inauguração:

O Estadual continuou mantendo sua fama de melhor estabelecimento de ensino secundário da cidade. Os alunos, que terminavam o científico conosco, passavam, sem fazer cursinho, nas melhores faculdades do Brasil, me escreviam contando seus feitos, que eu ia orgulhosa divulgar nas salas de aula. Havia turmas inteiras que passavam lá fora, no vestibular, sem uma reprovação. (ROSA, 1990, p.68).

Mesmo como aposentada, Constança mostrava-se para além de uma simples professora ou diretora, ela era uma militante política que exercia influência nos rumos da política local. Em sua entrevista ela deixa isso claro, lembrando que era partidária da UDN:

[...] O ano de 1954 aproximava-se do fim e com ele o primeiro Governo de Dr. Fernando Corrêa da Costa. Como membro ativo da UDN, trabalhei muito pelo partido, indo a todos os comícios, visitando os bairros, ajudando a cadastrar eleitores. Na escola não permitia que ninguém fizesse política, falasse de seus candidatos com os alunos como acontece hoje. Infelizmente, a UDN não conseguiu a vitória. (ROSA, 1990, p. 69).

Ainda em 1954 é convidada pelos professores Felipe Tiago Gomes e Oliva Enciso³¹ a participar da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos-CNEG³², idealizada em Recife. Essa campanha tinha como proposta fundar ginásios noturnos para ajudar os alunos que trabalhavam durante o dia; seus colaboradores, que eram como sócios:

³¹ Oliva Enciso foi a primeira vereadora de Campo Grande e a primeira deputada estadual de Mato Grosso (antes da divisão do Estado). Assim como Maria Constança, contribuiu na área educacional campo-grandense. Foi também uma das responsáveis pela instalação da Escola do Serviço Nacional da Indústria (Senai) em Campo Grande. Fundou, em 21 de Janeiro de 1940, a Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante, na qual trabalhou no atendimento a crianças carentes e abandonadas. Escreveu várias obras literárias o que a credenciou para ser 1ª Titular da Cadeira nº 22 da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (patroada por Vespasiano Martins). Sobre o assunto, vale consultar o portal <<http://www.mulher500.org.br>>

³² Movimento iniciado e idealizado por Felipe Tiago Gomes, com o nome inicial de Campanha do Ginasiano Pobre - CGP. Entre os anos de 1946 a 1969, aproxima de outros Estados brasileiros, alterando seu nome para Campanha Nacional de Educandários Gratuitos-CNEG, passando a ter auxílio e apoio do Governo Federal. A partir de 1949, a Campanha se expandiu no país, passando a atuar nos Estados do Rio de Janeiro, Paraíba, Paraná, Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Pará, Maranhão, Espírito Santo e Alagoas, além de Pernambuco. Sobre o assunto, vale consultar: SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária: além do Estado e do Mercado: a experiência da campanha nacional de escolas da comunidade - CNEC** (1985-1998). Campinas, SP, 2001. (Tese de doutorado).

[...] davam uma pequena contribuição, que ajudava nas despesas de manutenção do Ginásio. Esses ginásios solucionaram, de certa forma, o problema educacional do interior, onde só havia o curso primário. Chamada para organizar e dirigir o primeiro ginásio da Campanha, não pensei duas vezes, apesar das responsabilidades, que me competiam, como diretora do Estadual e da Escola Normal Joaquim Murtinho. Arregacei as mangas, porque nunca tive medo de desafios, acho até que eles me estimulavam. (ROSA, 1990, p. 68).

Apesar dos inúmeros afazeres em sua vida profissional, Constança aceitava desafios e era por eles motivada. Nesses anos de atuação, sua trajetória foi marcada por momentos difíceis, dos quais narrava com a ciência do dever cumprido. Em um ofício enviado ao então presidente da Câmara Municipal de Campo Grande, senhor Demóstenes Martins, no ano de 1949, ela mostra-nos sua capacidade pública notória e ainda presta agradecimentos aos vereadores pelo empenho em sua aposentadoria; em suas palavras:

[...] O trabalho foi árduo, mas em compensação a seara foi fértil e produtiva, impregnada da boa vontade de crescer e progredir, traços marcantes de Campo Grande e seu Povo. Se fiz algo digno de atenção dos Srs. Vereadores, foi justamente por ter encontrado o apoio decidido e a boa vontade do povo carinhoso e amigo, do qual obtive colaboração sem restrições, em tudo o que organizei e empreendi. Assim, recolho-me a vida privada, satisfeita e com a consciência do dever cumprido. (MACHADO, 1949).

Nesse mesmo ofício, Constança reconhece a proposta do Vereador Fabelino Filho, sobre sua aposentadoria, e ainda revela sentir-se sensibilizada com o reconhecimento que lhe é de fato muito grande pelos campo-grandenses: “Durante toda minha vida, recebi várias homenagens. Em janeiro de 1949, os vereadores lançaram em Ata um visto de reconhecimento à minha pessoa pela colaboração à Educação das gerações campo-grandenses [...]”. (ROSA, 1990, p. 73).

Ao logo desses tempos, é possível perceber que a educadora podia demonstrar sua capacidade de lidar tanto com questões ligadas à educação, como também, participar ativamente das questões de cunho político que permeavam Mato Grosso. Militante de partido conservador, a normalista carregava consigo o referencial de um tempo onde a justiça do estado era a violência e o desmando dos coronéis. Soube impor o respeito de professora, sem perder a credibilidade política que alcançara. Suas práticas marcaram gerações e imprimiram representações sobre os tempos de escolarização no Sul de Mato Grosso.

3 AS PRÁTICAS DE CONSTANÇA: CONTRIBUIÇÕES DA NORMALISTA NO SUL DE MATO GROSSO

“Foi uma professora cuiabana, Maria Constança Barros Machado, com notória participação política, quem liderou a mobilização junto ao governo do estado para instalar o primeiro ginásio público da cidade”

(PESSANHA; SILVA, 2012, p.257).

O ano era 1939. A professora normalista Maria Constança propôs ao interventor Júlio Muller a criação de uma escola pública para os mais carentes. Sua lida política e o respaldo que ganhara ao longo de dez anos, como normalista do Grupo Escolar de Campo Grande, credenciavam Constança para essa empreitada. Sua disposição fez com que o primeiro colégio público de Campo Grande funcionasse até 1954, no mesmo prédio onde funcionava o Grupo Escolar e a Escola Normal de Campo Grande, da qual também fora diretora. No ano de 1954, já aposentada, teve a satisfação de entregar, juntamente com o então governador Fernando Corrêa da Costa – filho e herdeiro político de Pedro Celestino Corrêa da Costa –, o novo prédio do Colégio Estadual Campo-Grandense. Com arquitetura moderna para a época, projetado por Oscar Niemeyer, a obra ganhou destaque assim como o nível de escolarização que ali era oferecido. Para muitos que ali atuaram (ou até estudaram) “subir a rampa do Estadual” era uma das práticas cotidianas de professores e alunos mais importantes que marcaram a vida escolar de gerações, consolidando, assim, algumas representações dos tempos de escolarização de Campo Grande, Sul de Mato Grosso.

3.1 Tempos de escolarização pública no Sul de Mato Grosso: práticas em Campo Grande

A proposta deste Capítulo é abordar aspectos das práticas da professora Constança no Sul de Mato Grosso. Para tanto, utilizaremos como fontes de análises jornais das épocas de sua atuação no Sul de Mato Grosso, bem como algumas entrevistas com ex-colegas e familiares, e ainda arquivos pessoais e escolares que foram coletados ao longo deste nosso trajeto acadêmico, pois acreditamos que, ao pensar na atuação de Maria Constança, é necessário pensar também em uma trajetória marcada por suas práticas e por representações de seu ofício. Tais práticas foram desenvolvidas, em grande parte do tempo, no âmbito do Grupo Escolar de Campo Grande e, mais tarde, no Colégio Estadual Campo-Grandense. Esse último foi, para a normalista, seu trabalho mais reconhecido, uma vez que foi homenageada

ainda em vida com o nome do Colégio nos anos finais da década de 1980. Neste sentido, compreendemos como fundamental sua atuação tanto na Escola Normal, pelo fato de contribuir na formação de inúmeros professores normalistas do então Sul de Mato Grosso, bem como na criação, organização e funcionamento do primeiro Colégio Estadual público de Campo Grande. Ao chegar no Sul de Mato Grosso, Maria Constança atuou por um tempo na escola isolada para o sexo feminino e, no ano de 1922, foi indicada para trabalhar no Grupo Escolar Joaquim Murinho.

Em matéria publicada no dia 25 de janeiro 1928, intitulada “O Ensino secundário no Brasil”, o *Jornal do Comércio*³³ dá ênfase na preocupação do desenvolvimento e ainda apontando a instrução como necessária para o progresso; a matéria indica ainda as ações do governo de Mato Grosso sobre a construção de edifícios e investimentos na educação; no decorrer no texto, é possível notar o apoio às atividades administrativas do governo estadual e uma crítica às ações do governo federal e ao Departamento de Ensino:

[...] em todas as partes procura-se proporcionar aos jovens estudantes um meio mais fácil para a realização dos seus ideaes, de suas aspirações. O progresso de uma pátria baseia-se nos conhecimentos intelectuaes do seu povo, como força moral de um exercito está na capacidade das suas patentes. Portanto, se assim é, o Governo cõscio do seu papel administrativo, deveria auxiliar [...], em vez de metter-se em política, na maioria das vezes, prejudiciais dos destinos da Pátria. Enquanto Governos Estaduaes organizam escolas gratuitas, mandam construir prédios bastantes confortáveis, para as crianças, assim como um bom grupo de lentes e professores, o Governo Federal, a quem cabe a responsabilidade do Departamento Nacional de Ensino, procura cobrar exageradamente, os exames parcellados e seriados que muitos jovens cheios de agilidade e de intelligencia que poderiam constituir o sustentáculo da Patria, vêm-se obrigados a abandonar os seus estudos, pelo facto de serem exageradas as suas taxas de exames, e os seus requerimentos respectivos.(JORNAL DO COMÉRIO, 1928, p. 1).

A partir do levantamento de alguns jornais dos anos 1930 e 1950, notamos que, muitas vezes, por problemas partidários, os jornais veiculavam matérias, ora a favor, ora contra as ações educacionais do governo estadual. O que permanece, em grande parte, é o desejo pelo progresso (iniciado e pensado nos primeiros anos da República) por meio da educação e da valorização do ensino e, com isso, a construção de edifícios específicos para tais práticas. Em entrevista à professora Rosa (1990), o professor Luís Alexandre de Oliveira lembra que

Até 1914, a Educação em Mato Grosso era bem precária. O único colégio conhecido na época era do Santa Tereza, de Corumbá, fundado em 1868, pelas irmãs

³³ Nos anos de 1920, o *Jornal do Comércio* era liderado por Antero Paes de Barros, político local.

salesianas, mas lá só funcionava o primário. Até 1914, só havia ginásio em Cuiabá – o Liceu Cuiabano.” (ROSA, 1990).

Viñao Frago, (2001), alerta que a escola enquanto instituição de saber só pode ser assim considerada se entendida como um espaço determinado e configurado para tal finalidade. Neste sentido, compreende-se que o Grupo Escolar Joaquim Murinho corresponde a tais reflexões no sentido de que o prédio foi construído para abrigar as atividades e as práticas educativas de um momento histórico, em suas reflexões:

[...] a instituição escolar e o ensino só merecem esse nome quando se localizam ou se realizam num lugar específico. E, com isso, quero dizer num lugar especificamente pensado, desenhado, construído e utilizado única e exclusivamente para esse fim. (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 69).

Pensar no processo de escolarização de determinada época e estudá-lo por meio das normas é tarefa que contribui e muito com os trabalhos do gênero; entretanto, pensando na produção e análise de outras fontes, como nos alerta Juliá (2001, p. 10), é necessário lembrar que as práticas escolares também fazem parte desse processo. Compreender a escolarização de um momento histórico contribui para se pensar nas inúmeras possibilidades em torno do ensino nos dias de hoje, bem como nos processos de permanência e mudanças no campo educacional, uma vez que o momento que estudamos insere-se em um cenário de alterações e transformações econômicas ocorridas na porção Sul de Mato Grosso, como alertam as pesquisadoras Oliveira e Rodríguez (2009, p. 106):

[...] essas transformações incentivaram durante os anos de 1920 e 1930 a expansão da rede escolar, especificamente grupos escolares, escolas reunidas, escolas isoladas distritais, escolas isoladas rurais e algumas Escolas Normais, instaladas nas principais cidades do sul do estado (Campo Grande, Aquidauana e Corumbá).

E é nesse contexto de transformações no campo educacional para Mato Grosso, que buscamos apresentar reflexões referentes à atuação de Maria Constança Barros Machado, tendo como preocupação as práticas e as representações que permearam a trajetória da normalista.

3.1.1 O Grupo Escolar de Campo Grande³⁴

A construção do Grupo Escolar de Campo Grande, apesar de proposta desde o ano de 1912, veio ser concluída apenas no ano de 1922. O trabalho de Gonçalves (2009) apresenta, por meio de uma análise sobre as políticas públicas, a situação referente à época da criação e organização dos grupos escolares no estado, especificamente na região sul, buscando ainda analisar a situação da instrução no momento de organização da escola pública como grupo escolar. Em suas pesquisas, nota-se que:

A autorização do Executivo para a criação do primeiro grupo escolar em Campo Grande ocorreu por meio da Resolução n. 616, de 17 de julho de 1912, durante a gestão do Presidente Joaquim Augusto da Costa Marques. No entanto, somente dez anos depois no ano de 1922, este foi inaugurado, no segundo governo do Presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa. (GONÇALVES, 2009, p.113)

No dia 11 de junho de 1922, o jornal Correio do Sul, editado em Campo Grande, anuncia em sua capa uma matéria com os dizeres: “[...] No próximo dia 13 será realizada festivamente a inauguração do Grupo Escolar desta cidade [...]” (CORREIO DO SUL, 11/06/1922, p.1). O jornal anunciava a inauguração de mais um edifício, (alugado no primeiro momento), proposto para a escolarização primária das crianças e jovens. No dia 15, agora já inaugurado o Grupo Escolar, o mesmo jornal apresenta na capa uma notícia relatando como foi a inauguração do edifício, apresentando, com alguns detalhes, a cerimônia, entendendo tal ato como um atendimento aos anseios da sociedade campo-grandense, marcado pela presença do inspetor escolar e também do diretor da instituição, Sr. Bartolomeu Lopes dos Santos, que, ao fazer uso da palavra, deixou “[...] uma peça brilhante, erudita e altamente conscienciosa, reveladora do carinho com que o Diretor do Grupo Escolar encara os mais transcendentos problemas do ensino e da educação das crianças [...]” (CORREIO DO SUL, 15/06/1922, p.1). O jornal ainda apresenta a decoração do edifício para a realização das festividades de inauguração:

[...] estava garridamente ornamentado com festões de flores naturais e folhagens polychromas, intercaladas de bandeirolas e flamulas, vendo se pelas paredes cartas geographicas e mapps expositivas que davam ao salão perfeita cor local. Isso tudo, acrescido com os sons entusiásticos da banda musical “Santa Cecilia”, fazia com que a petizada estivesse radiante de contentamento, pois a bella festa mais que a todos os outros a ella pertencia.(CORREIO DO SUL, 15 de junho de 1922, p. 1).

³⁴ Seu nome foi alterado para “Joaquim Murtinho” no ano de 1924 com o Decreto nº 669.

Maria Constança Barros Machado esteve presente representando o corpo docente do Grupo Escolar, já que fora designada no mesmo ano para atuar junto à instituição. O jornal destaca sua presteza e sua atuação junto às senhoras que ali se encontravam, ressaltando que a “[...] normalista cuyabana fez as hônras do Grupo, recebendo as exmas senhoras, às quaes dispensou as captivantes gentilezas da sua aprimorada educação [...]” (CORREIO DO SUL, 15/06/1922, p.1). O periódico destaca ainda, ao finalizar a matéria, que as aulas do Grupo Escolar iniciaram no dia 14 de junho do mesmo ano, com um total de 207 alunos, 169 do sexo masculino e 38 do sexo feminino, e lembra que as matrículas ainda estavam abertas por mais uma semana. No ano de 1922, nesse estabelecimento, ela passa a atuar como professora de um segundo ano primário. As notas de exames finais foram veiculadas publicamente em alguns jornais da época, como meio de informar os pais da situação escolar de seus filhos. No ano de 1923,

[...] foram matriculados, no referido grupo, 411 alunos, sendo 200 crianças do sexo masculino, e 211 pertencentes ao sexo feminino, com maior número de matrículas nas duas primeiras séries, o que já indica a importância do grupo para a educação das crianças. (GONÇALVES, 2009, p.117).

A professora Maria Constança trabalhou com uma turma de primeiro ano primário, como aponta o Anexo 3 do Relatório do Grupo Escolar do mesmo ano. Seu trabalho foi desenvolvido em uma turma de trinta e seis alunos. O Relatório, assinado pelo diretor Bartolomeu Lopes dos Santos, apresenta dados sobre a promoção desses alunos para o ano seguinte, com data de 10 de dezembro de 1923. Notamos que a turma de Maria Constança apresenta alto índice de promoção, atingindo 100% de aproveitamento, como podemos observar na figura 8.

Figura 8 - Quadro geral das promoções dos alunos do Grupo Escolar de Campo Grande (1923)

Quadro geral das promoções dos alunos do
Grupo Escolar de Campo Grande, correspondente
ao anno letivo de 1923

N ^o	Professores	Cargo	Class	Alunos			Porcentagem de promoção	Observações
				Matr. ^a	Pres. ^a	Des. ^a		
<i>Secção masculina</i>								
1	Simpliciana Cavari da Silva	Adj. effct.	1 ^o ano	39	29	10	74,3	A classe do 1 ^o anno B masculino. Funcionou com 16 alunos do 1 ^o ano
2	Maria Constança Barros	"	1 ^o B	36	36	-	100,0	no G.
3	Ludgero Ribeiro de Siqueira	Adj. effct.	2 ^o "	39	30	3	77,0	A classe do 1 ^o anno B, funcionando com
4	João Evangelista Vieira de Almeida	inter.	3 ^o "	28	20	8	71,4	funcionou com 16 alunos do 1 ^o A.
<i>Secção feminina</i>								
5	Helvecina Leite	Adj. effct.	1 ^o ano	45	31	14	68,9	Alunos matriculados 289
6	Elvira Corrêa Pacheco	"	1 ^o "	47	47	-	100,0	Alunos frequentes 213
7	Nôemia Freira	"	2 ^o "	33	25	8	75,7	Classe de preparação 30,9
8	Helvecina Leite	"	3 ^o "	27	25	3	90,6	Preparados 16
				289	243	46	85%	Porcentagem de promoção 85%

União n. 3

Diretoria do Grupo Escolar de Campo Grande, em 10 de Fevereiro de 1923
D. Augusto Soares
Diretor

Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso

Ainda nesse Relatório do diretor do Grupo Escolar, encontramos no item “Dos professores: nomeações e dispensas”, a apresentação dos professores que atuaram naquele ano de 1923; nas palavras do diretor:

O corpo docente desta casa de ensino é actualmente composto de seis adjuntas effectivas, um adjunto vitalício e um interino. Ao iniciarem-se as aulas, o estabelecimento contava com os seguintes professores: Ludgero Ribeiro de Siqueira, adjunto effectivo, João Evangelista Vieira de Almeida, interino, d. Maria Constança Barros e d. Nôemia Freira, ambas adjuntas effectivas, d. Opala Figueiró, d. Helvecina Leite e d. Lacoliria Casado Lima, adjuntas interinas. A 17 de Fevereiro [...] adjuntas effectivas, d. Helvecina Leite e d. Elvira Corrêa Pacheco, nomeadas respectivamente pelos actos presidenciaes n^o. 347 e 352, de 10 de fevereiro. (SANTOS, 1923, n.p.).

Observa-se que a nomeação de duas novas professores dava-se por meio de indicação dos presidentes de estado, o que estendia o clima de insegurança profissional, visto que, com mudança de governo, os profissionais nomeados poderiam perder suas cadeiras. O diretor ainda busca apresentar dados sobre a assuidade do corpo docente, parabenizando a seção masculina pelo baixo número de faltas:

A assiduidade do professor é a maior garantia para a efficacia do ensino. Onde ella não existe, o trabalho torna-se falho de enthusiasmo, de methodo e de iniciativa. A secção masculina foi a que mais trabalhou durante o ano corrente, tanto os adjuntos como as adjuntas pouco faltaram, resultando disso que o ensino se desenvolveu com resulthado [...]. a secção feminina, porém, deixou de satisfazer o resultado que era de esperar-se. Professoras houve que deram mais de 30 faltas durante o ano chegando uma dellas a attingir o numero de 12, em um dos mezes. (SANTOS, 1923, n.p.).

Tendo em vista seu bom desempenho nos anos como professora, e sua atuação política no município, o interventor Julio Müller, indicou Maria Constança para contribuir com a direção do Grupo Escolar de Campo Grande. Em 1937, iniciou os trabalhos, primeiramente como vice-diretora, depois, em 1938, chegou à Direção pelo grau de confiança que a ela depositava o governo. Em suas memórias, nota-se que sempre buscava fazer o melhor em seu trabalho, pensando nos alunos:

Sempre gostei muito de meus alunos. Tudo que eu podia fazer em beneficio deles, principalmente se eram pobres, eu fazia. Dava aulas particulares, sem cobrar nada aos que tinham dificuldades em certas disciplinas principalmente Matemática e Português, visitava os que estavam doentes, dava conselhos aos que precisavam, ouvia e orientava os que tinham problemas psicológicos. (ROSA, 1990, p.64).

O empenho nas atividades docentes e suas relações políticas possibilitaram que Maria Constança fosse indicada à direção da Instituição, proporcionando à professora um papel de intelectual, sobretudo de mediadora cultural, e ainda engajada politicamente, visto que, como lembra Sirinelli (2003), a atuação dos intelectuais ocorrem em suas redes de sociabilidade, com as quais Maria Constança pode criar seus vínculos profissionais, os mesmos que, após o Grupo Escolar de Campo Grande, estenderam-se, a partir de 1930, para a Escola Normal de Campo Grande, ano de funcionamento da instituição.

3.1.2 A Escola Normal de Campo Grande e a formação de professores

Criada por meio do Decreto de nº 865, de 13 de junho de 1929, e instalada no dia 21 de abril de 1930, a Escola Normal de Campo Grande é considerada: “[...] a primeira instituição sul-mato-grossense dessa natureza e a segunda do estado, antecedida somente pela Escola Normal “Pedro Celestino” de Cuiabá [...]” (OLIVEIRA & RODRÍGUEZ, 2009, p. 106).

Em mensagem enviada à Assembleia, em maio de 1930, o então governador Anibal de Toledo lembra em seu discurso que o ensino secundário no estado dava-se em três estabelecimentos, o Liceu Cuiabano, a Escola Normal da Capital e a recém criada Escola Normal de Campo Grande, sobre a qual ele fornece poucas informações, e lembra que:

[...] está confiada a um professor experimentado e que da sua influência num meio próspero e intelectualmente adiantado, como a florescente cidade serrana, o estado só pode esperar uma grande e benéfica expansão na sua riquíssima região meridional. (MATO GROSSO, MENSAGEM, 1930).

O funcionamento da Escola Normal acontecia nas mesmas instalações do prédio do Grupo Escolar Joaquim Murtinho. A professora Ayd Camargo César, ao oferecer uma entrevista para Rosa (1990), lembra das dificuldades iniciais da instituição nos seus tempos de aluna:

O diretor da Escola Normal Joaquim Murtinho era o professor Múcio Teixeira. Se a Escola Normal de Cuiabá era modelo, a nossa deixava a desejar. Tanto no aprendizado quanto o material didático eram extremamente deficientes. Havia professores esforçados e outros que estavam ali só porque tinham influência política. Tive um professor de Didática que costumava dizer: Sou farmacêutico formado, de Didática não entendo nada. (ROSA, 1990).

As dificuldades não passavam apenas pela questão estrutural, o corpo de professores, ao que nota a ex-aluna, também ficava fragilizado pela presença de profissionais sem formação para atuarem na educação. No Relatório de 1931, podemos notar que, em seu primeiro ano de funcionamento, a Escola Normal de Campo Grande funcionava precariamente:

Em péssimo estado de conservação se encontra o edifício da Escola Normal onde funcionam também a escola modelo e o curso anexo.
A impressão que se tem ao penetrar-se nele é desoladora. Urge uma limpeza geral, assim como a reparação das vidraças das janelas que se acham todas quebradas.
Edifício acanhado, sem lotação suficiente para nele funcionar um grupo escolar, pois há somente seis salas de aula, sente-se a direção do estabelecimento em sérios embaraços para nele fazer funcionar as duas outras escolas anexas.
No próximo ano, com a promoção dos alunos do 1º para o 2º ano Normal, não terá a Diretoria uma sala para colocar esses alunos.
Funcionando já em dois turnos para satisfazer aos constantes pedidos de matrícula no grupo, a não ser que se construam, com urgência, mais duas salas, não sei como resolver o assunto.
A lotação atual do edifício é para 240 alunos e só na escola modelo a matrícula é de 541, com uma frequência de 434, se juntarmos ainda 24 da Escola Normal e 17 do curso complementar, teremos assim um total de 582 alunos frequentando um edifício com lotação para 240 ou 480, com o funcionamento em dois turnos. (MATO GROSSO, Relatório, 1931).

Se por um lado, nas mensagens governamentais à Assembleia, nota-se a preocupação dos governos com a aplicação de novos métodos e implantação de novos edifícios, por outro, os acordos políticos, na prática, configurava-se muitas vezes como entrave à formação de novos normalistas ao estado; a Tabela 9 apresenta o quantitativo de alunos matriculados

entre os anos de 1931-1935, com dados coletados no Livro de Matrículas, localizado no Arquivo da Escola Estadual Joaquim Murtinho. Podemos perceber a presença de uma maioria feminina

Tabela 9 – Alunos Matriculados (1931-1935)

		Sexo		Total
Ano	Série	M	F	
1931	1º ano	0	21	21
1932	1º ano	0	12	12
1932	2º ano	0	14	14
1933	1º ano	0	5	5
1933	2º ano	0	11	11
1933	3º ano	0	8	8
1934	1º ano	2	15	17
1934	2º ano	0	4	4
1934	3º ano	0	11	11
1934	4º ano	0	11	11
1935	1º ano	0	18	18
1935	2º ano	2	11	13
Total geral				145

Fonte: Livro de Matrículas da Escola Normal Joaquim Murtinho (1931-1935)

Podemos perceber que a evasão permeava os estudos dos normalistas. Em consulta ao Livro de Atas dos Exames Finaes da Escola Normal e Curso Anexo (1931-1935), é possível se ter um breve panorâma curricular das disciplinas oferecidas nos anos do Curso Normal nessa instituição, estando distribuídos como mostra a Tabela 10:

Tabela 10 – Programa de Disciplinas da Escola Normal Joaquim Murtinho

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
Português	Português	Português	Didática e História da Educação
Aritmética	Francês	Pedagogia	História do Brasil
Francês	Corografia	Física e química	Física e química
Geografia	Matemática	História Universal	Literatura
Desenho	Desenho	História Natural	História Natural e Higiene
Ginástica e Trabalho	Psicologia	Higiene	Música
	Ginástica e Trabalho	Desenho e Ginástica	

Fonte: Regulamento da Escola Normal Joaquim Murtinho – década de 1930

Nota-se a presença das disciplinas de Psicologia, oferecidas no segundo ano, Pedagogia no terceiro ano, e Didática e História da Educação, ministrada no último ano do Curso Normal. Tais disciplinas deveriam cumprir o papel específico da formação de professores, com intuito de possibilitar aos alunos o contato com a prática docente, presentes também na Escola Normal de Cuiabá. Em conversa com a professora Maria Garcia³⁵, ex-aluna da Escola Normal e, posteriormente, professora da mesma instituição, (já nos anos 1960), é perceptível a função dessas disciplinas na formação intelectual e prática dos estudantes. Ela relembra suas práticas:

[...] Eu dava didática e orientação para prática de ensino. Eram essas disciplinas. “Quais são os métodos e técnicas de se ministrar uma aula?”, basicamente era este, estudando os velhos – velhos em termos de distancia, de tempo, mas sempre atuais – educadores, a começar desde lá do Pestalozzi. [...] Nós fazíamos esse trabalho de pesquisa, de busca. Sempre dizia: “nós vamos estudar a escola ideal, mas nós vamos encontrar a escola real”. Salas às vezes mal construídas, mal iluminadas, cadeiras não muito adequadas para idade do aluno, falta do material didático, falta de material para ilustrar as aulas. (GARCIA, 2014).

O professor Múcio Teixeira Júnior, em suas memórias, lembra da criação da Escola Normal na década de 1930, bem como de seus colegas professores, na qual funcionava apenas o curso complementar, sendo ele seu primeiro diretor. Exonerado pela Revolução de 1932, ele vê a escola ser fechada em 1940, por conta da Reforma proposta pelo interventor Julio Muller³⁶, ficando sete anos sem o curso:

³⁵ Entrevista concedida ao autor no dia 21 de fevereiro de 2014 na cidade de Campo Grande.

³⁶ De acordo com Oliveira & Rodríguez (2009, p.111), em 1940 a Escola Normal foi fechada em consequência da reforma que o governo de Júlio Muller (1937-1945) tentou implantar, ficando inativa por um período de sete anos; em suas análises os autores pontuam que: “[...] o estado contava então com três ginásios oficiais nas cidades de Cuiabá, Corumbá e Campo Grande, instituições, estas que assumiram a formação de professores. Para

[...] Nesse tempo era interventor federal José Marcelo Moreira. Em 18 de fevereiro de 1948, considerando gritante a falta de normalistas no estado, o Governador Arnaldo Figueiredo, através do Decreto 410, determinou sua instalação e imediato funcionamento. Dr. Arnaldo nomeou-me diretor do Ginásio Estadual Campo-grandense e da Escola Normal Joaquim Murtinho. Naquele tempo, as solenidades de ensino tinham grande repercussão social. (ROSA, 1990, p.49).

A Escola Normal é reestabelecida oficialmente por meio do Decreto-Lei nº 834, de Janeiro de 1947, no governo de José Marcelo Moreira. Esse retorno da Escola Normal de Campo Grande ocorre já nos moldes da Lei Orgânica do Ensino Normal³⁷: “[...] organizada em dois ciclos conforme a Lei Orgânica do Ensino Normal, o primeiro desinado à formação de regentes do ensino de quatro anos e o segundo para a formação de professores para atuar no ensino primário”. (OLIVEIRA; RODRÍGUEZ, 2009, p. 112).

Sobre a reabertura da Escola Normal, o governante do estado, no ano de 1948, senhor Arnaldo Estevão de Figueiredo, em mensagem à Assembleia, lembra das intermitências político-educacionais no campo da formação de professores, visto que:

A formação do professor primário cabia às Escolas Normais “Pedro Celestino”, desta Capital e “Joaquim Murtinho” de Campo Grande. Por força do Decreto n.º 112 de 29 de dezembro de 1937, esse serviço passou a ser feito no curso especializado para professores do Liceu cuiabana e em Campo Grande em igual curso anexo ao Liceu Campograndense (Decreto n. 229, de 27/2/38). Posteriormente esses cursos foram suprimidos, ficando o estado desprovidos de órgãos formadores de professores primários. Em 31 de janeiro de 1947 o Decreto lei n.º 834, restabeleceu o ensino normal criando as escolas “Pedro Celestino”, e ‘Joaquim Murtinho”, nos moldes do Decreto lei n.º 8530, de 2 de janeiro de 1946 (Decreto Federal – lei orgânica do Ensino Normal). Esses cursos, no entanto, devido a situação financeira do estado não foram instalados no ano de 1947. Aquele Departamento tem em mira promover a instalação das duas Escolas Normais em 1948, as quais funcionaram em concordância com o artigo 9 da Lei orgânica, acima citado, isto é, em curso intensivo de dois anos (2) do ciclo. Esta resolução e determinada pela premência que o estado possui de preparar para o início de uma nova fase no sistema do ensino primário. Em Campo Grande funcionou a Escola Normal anexa ao Ginásio Maria Auxiliadora, sob a orientação das Reverendíssimas Irmãs Filhas de Maria, e cuja outorga foi concedida pelo governo do estado sob fiscalização oficial. (MATO GROSSO, Mensagem, 1948).

Nota-se que no periodo em que a Escola Normal de Campo Grande não funcionou, coube esse papel ao Ginásio Maria Auxiliadora³⁸, instituição confessional, existente na época.

tanto o funcionava junto aos liceus uma Seção Normal – que era a antiga Escola Normal e o Curso Especializado de professores.”

³⁷ Editada pelo Decreto-Lei nº. 8.530 – de 2 de Janeiro de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Normal preconizava as normatizações nacionais para a formação de normalistas nos anos de 1940.

³⁸ O Colégio Auxiliadora/MS é uma escola das Filhas de Maria Auxiliadora, fundada em 22 de Fevereiro de 1926 e atualmente localizada na Rua Pedro Celestino, 1980, na cidade de Campo Grande/MS

Ao assumir novamente a direção, no ano de 1951, tanto da Escola Normal como do Ginásio Estadual, já aposentada, Maria Constança Barros Machado promove mudanças nas instituições, uma vez que naquele momento: “[...] o estadual começou a ganhar prestígio, através de seus professores, de modo que havia briga entre as famílias para conseguirem uma vaga [...]” (ROSA, 1990, p.67). Sua permanência pela segunda vez nessas instituições contribuiu para a consolidação de um imaginário social sobre o ensino que ali era ministrado. A professora Ayd Camargo, com suas lembranças sobre as práticas pedagógicas e as atividades escolares nos tempos de professora da Escola Normal, em que Maria Constança foi diretora, lembra que:

Não tinha tempo para o lazer. As horas de folga passava corrigindo cadernos de alunos, porque D. Constança, que foi minha diretora no Joaquim Murтинho, não permitia que fizéssemos esse trabalho de sala de aula. Além disso, precisava organizar aqueles pontos quilométricos que éramos obrigados a dar aos alunos, desenhar os mapas, explicá-los porque naquele tempo até as partes do mundo eram ensinadas no 4º ano primário. Dávamos muita teoria, os alunos eram obrigados a resolver uma quantidade enorme de problemas, mas apreendiam de fato. (CAMARGO apud ROSA, 1990, p. 41).

Em seus tempos de aposentada, Maria Constança foi gestora simultaneamente da Escola Normal de Campo Grande e do Ginásio Estadual Campo-Grandense, instituição que ajudou a criar.

3.1.3 O Ginásio Estadual Campo-Grandense

A atual Escola Estadual “Maria Constança Barros Machado” (EEMCBM) foi criada por meio do Decreto Estadual nº 229, de 27 de Dezembro de 1938, instalado no ano de 1939, com o nome de Liceu Campo-Grandense, em substituição à Escola Normal “Joaquim Murтинho”, oferecendo a primeira série ginásial. Bittar e Ferreira Júnior (1999, p.172) lembram que:

Para uma ideia mais precisa sobre a educação da época, basta lembrar que até 1914 só havia um ginásio em Mato Grosso: o Liceu Cuiabano. Era altamente seletivo o sistema de ensino de então. O ginásio era um grau de escolaridade ao qual poucos chegavam. A existência dos exames de admissão explica-se exatamente porque não havia escolas para todos.

Em Inspeção realizada no ano de 1952, foi expedido um Relatório apontando as condições da Instituição. No item “Histórico do estabelecimento” há uma sequência de datas e fatos ocorridos no colégio ao longo dos anos de 1939 a 1951, apresentando ainda os

inspetores nomeados nesses anos para a realização das inspeções. O estabelecimento passou por vistorias entre esses anos. A partir dos dados consultados, foi possível notar que a principal ação no ano de 1940: a realização do Exame de Admissão, chegando a funcionar a primeira série até o mês de abril, “[...] época em que por ordem do Departamento Nacional de Educação foram expedidas as guias de transferência aos alunos matriculados por não ter o Estabelecimento atingido o número de pontos suficientes para obter a inspeção preliminar.” (BAÍS, 1952, p.1). No ano de 1941, já nos termos específicos da Lei Orgânica de Ensino Secundário³⁹, o estabelecimento estava aparelhado, sendo concedida a inspeção preliminar ao Liceu Campo-Grandense que passa a denominar-se Ginásio Estadual Campo-Grandense em conformidade ao Decreto Lei Federal nº 4245, de 9 de Abril de 1942⁴⁰.

Ainda no Relatório de 1952, percebemos que as instalações, mesmo que precárias, por dividir espaço com a Escola Normal, mostram-se na inspeção como um lugar apropriado para a prática escolar; no item “Salubridade”, notamos que:

O edifício escolar acha-se situado à Avenida Afonso Pena nº 745, (perímetro urbano) fora do alinhamento da rua local alto, ventilado e saudável em zona pouco movimentada distante das atividades comerciais, isento de excessiva poeira e impureza do ar satisfazendo as condições exigidas pela Saúde Pública e normas pedagógicas. (BAÍS, 1952, p. 4).

As inspeções realizadas na década de 1940 e 1950 foram ainda nas dependências do antigo prédio que funcionava na Avenida Afonso Pena, juntamente com a Escola Normal. Nesses tempos, Maria Constança, ao recordar dos primeiros tempos da Instituição, lembra alguns professores que por lá passaram e a ajudaram na tarefa de educar e ainda alguns nomes e figuras que na época lá estudaram:

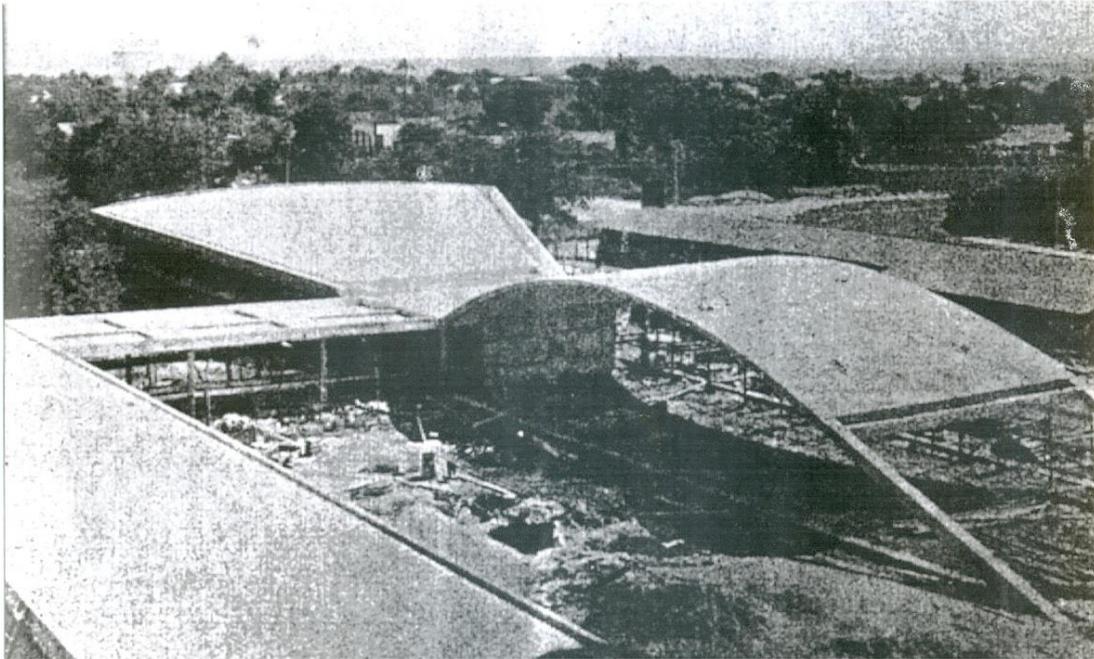
O Colégio Estadual funcionou de 1939 a 1954 no prédio do Grupo Escolar Joaquim Murtinho. Por lá passaram excelentes professores como Luiz Cavalon (Geografia), Maria Aparecida Coutinho (Matemática), Luís Alexandre de Oliveira (História), Rafael Gioia Martins (Português), substituindo Argemiro Fialho, Tertuliano Meireles (Ciências). Muita gente que hoje ocupa cargos importantes no estado passou pelos bancos do Estadual, como Juvêncio Cesar da Fonseca, João Leite Schimidt, Ricardo Brandão, Alan Pithan, Suely Neder, Ricardo Bacha e tantos outros. (ROSA, 1990, pp.64-65).

³⁹ Implantada no Governo de Getúlio Vargas.

⁴⁰ Em conformidade ao Decreto-Lei Federal nº4245, de 9 de Abril de 1942.

No ano de 1954, o governador Fernando Corrêa da Costa inaugurou o novo prédio do Ginásio Estadual Campo-Grandense com uma arquitetura moderna para época, projetado por Oscar Niemeyer; sua inauguração foi um momento de grande expectativa da sociedade campo-grandense. A figura 9 apresenta-nos o processo de construção do prédio.

Figura 9 - Construção do Ginásio Estadual (1953)



Fonte: Arquivo da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado

Os jornais desse ano de 1953 acompanhavam os momentos de lançamento e inauguração obras do novo e moderno empreendimento, conforme figura 10. O Jornal do Comércio noticiou, no dia 12 de Agosto de 1954, a vistoria nas obras do Colégio, lembrando que a obra é projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, e ainda lembram que a inauguração está prevista para o dia do aniversário da cidade de Campo Grande:

Tendo recebido esta manhã em seu palacete da rua Candido Mariano, a visita do Comandante da 9ª R.M. General Fernando do Nascimento Fernandes Távora, o Governador Fernando Corrêa da Costa convidou-o, logo após ao encontro amistoso que tiveram, a visitar as obras do Colégio Estadual Campo-grandense, à rua Y-Juca Pirama, no Bairro Amambai, o que se deu pouco depois das 9 horas de hoje. Tiveram, assim, as duas primeiras autoridades do estado a oportunidade de verificar o ritmo acelerado de trabalho e a grandiosidade da construção magnífica, que ora já se apresenta em todo seu esplendor, com os admiráveis traços que lhe deu o renomado Oscar Niemeyer. O Colégio Estadual Campograndense, como se sabe será inaugurado dia 26 de agosto, Dia da Cidade, e constitui um grande marco da administração Fernando Corrêa da Costa no sul do estado. (JORNAL DO COMÉRCIO, 13 de agosto de 1954, p.1).

Figura 10 - Capa do Jornal do Comércio (13/08/1954)



Fonte: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul

Encontramos, nos livros e arquivos da Escola, a ficha funcional de Maria Constança, com as respectivas datas em que essa normalista atuou no colégio. Nela constam as nomeações após sua volta como aposentada, endereço de residência, atos adicionais ao ofício, bem como um breve trajeto da atuação da normalista, como mostra a Figura 11.

Figura 11 – Folha 1 da Ficha Funcional (1951)

Nome: Maria Constança Barros Machado
 Nacionalidade: Brasileira
 Naturalidade: Luabi - mt
 Data de Nascimento: 12 de Dezembro de 1899.
 Cargo: Diretor
 Data da nomeação: 27 de Setembro de 1951 (Segunda)
 Padrão: N
 Residência: Rua Pedro Celestino nº 719
 Filiação: Israel de Arruda Barros e Joanna da Costa Barros
 Título de eleitor - 3741 - 2992 - 18ª Seção
 Registro de Diretora - nº 1742
 Nomeação: Per. At. de 27 de Setembro de 1951 do Governador do Estado resolve nomear o professor primário classe K, aposentado Maria Constança de Barros Machado para exercer, em comissão o cargo de Diretora padrão N, do Ginásio Campo Grandense.
 Adicional: Per. At. de 3 de Junho de 1952 do Governador do Estado resolve considerar concedido ao professor primário aposentado cl. K, Maria Constança Barros Machado, mais 5% de adicional de magistério, a partir de 14 de Novembro de 1948. publicado no Diário Oficial de 7 de Junho de 1952
 Licença-premio: Per. At. de 12 de Março de 1948 do Governador do Estado resolve conceder seis meses de licença-premio ao prof. primário, classe K, Maria Constança Barros Machado da Escola Modelo "Vaquin Martinho" da cidade de Campo Grande, a contar de 1º do corrente mês.
 Foi nomeada professora efetiva da 1ª Escola do sexo feminino da vila de Campo Grande, por ato nº 163, de 25 de outubro de 1917. Aproveitada no Grupo Escolar "Vaquin Martinho" por ato nº 140, de 16 de maio de 1922, entrou em exercício e prestou compromissos em 10 de junho de 1922.
 Em 9 de setembro de 1925, por proposta do Ex. Sr. Victoria substituiu a prof. Hercília Leite Pires, licenciada, sem prejuízo de suas funções. Com dois bônus consecutivos 1934-1935 e 1936-1937, reger a cadeira de matemática e desenhos.



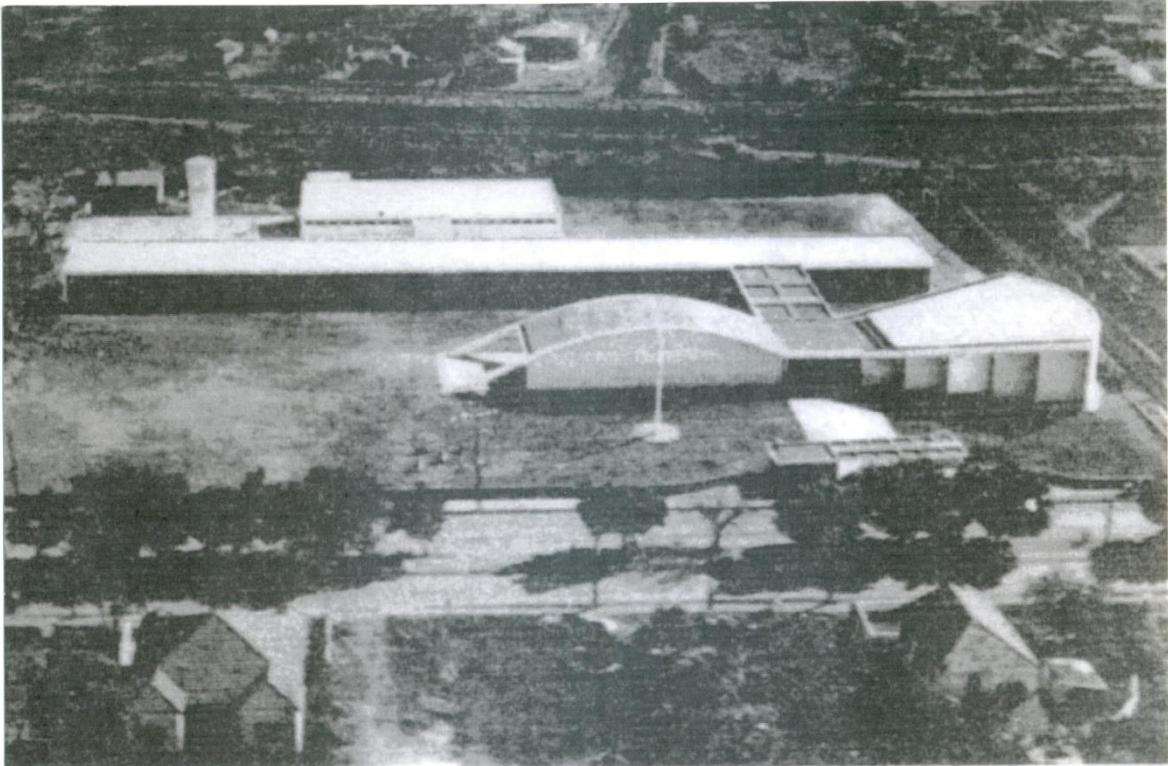
Fonte: Arquivo da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado

Constança se recordava ainda que o governador Fernando Corrêa da Costa sempre a levava para acompanhar as obras do Colégio. E em uma das visitas ela comentou com ele

sobre a proximidade dos banheiros feminino e masculino, ao que Fernando retruca, lembrando-lhe que é hora de meninos e meninas saberem conviver “sem tabus do passado”. A inauguração das novas instalações do Colégio Estadual foi, para a época, um marco nos para cidade:

A inauguração do Estadual foi um acontecimento memorável na vida da cidade, com hasteamento da bandeira pelo Governador, Hino Nacional cantado pelos alunos, acompanhados da banda do exército, bênção do prédio pelo bispo de Corumbá Dom Orlando Chaves e discursos vários. Falei eu, falou o aluno Elsio Russel em nome do corpo discente e ainda usaram a palavra Dr. Oclécio Barbosa Martins, Dr. Wilson Barbosa Martins, Demóstenes Martins e o Governador.(ROSA, 1990, p.67).

Figura 12 - Vista Aérea do Colégio Estadual Campo-Grandense (Década de 1950)



Fonte: Arquivo pessoal de Marisa Sanches Rodrigues

Na Figura 13, notamos Maria Constança juntamente com governador Fernando Corrêa da Costa em inaugurações no ano de 1954. A presença corrente da normalista, em eventos oficiais do governo do estado, aponta indícios de que seu papel social era de uma professora com engajamento político.

Figura 13 - Maria Constança e o Governador Fernando Corrêa da Costa (Década de 1950)



Fonte: Arquivo de Maria da Glória Sá Rosa

Em seu discurso na inauguração do Colégio, publicado no jornal *Correio do Estado*, no ano de 1954, Maria Constança enalteceu o trabalho do governador, lembra do ex-governante Pedro Celestino e, publicamente, defendia seus posicionamentos políticos e apoio ao governo, ao lembrar das obras entregues na cidade naquele período; em suas palavras, notamos o apoio ao governante:

Campo Grande foi uma das privilegiadas, pois desde 1926 que não se construía uma só unidade escolar, em menos de dois anos, foi aquinhoadada com dois estabelecimentos de ensino, à altura da finalidade, um primário e outro secundário: o Grupo Escolar Senador Vespaziano Martins, na Vila Glória e o Colégio Estadual no Bairro Amambaí e mais a próxima construção de um grupo escolar no Bairro do Cascudo, ainda para este ano. Em todos os municípios do estado foram sensíveis às realizações do Governo no setor educacional, escolas isoladas, grupos escolares, ginásios e colégios, escolas normais, Faculdade de Direito funcionam com elevado número de alunos. Dr. Fernando, assim como o concreto dessa grandiosa obra, pelo que ela encerra e pela finalidade a que se destina, vencerá o tempo. O nome de V. Exa. será eternamente lembrado pelas gerações que no futuro transpuseram os umbrais deste majestoso edifício em busca do saber, do aprimoramento da inteligência e do caráter a fim de suficientemente instruídas, possam irmanadas no mesmo sentimento de patriotismo, trabalhar pela grandeza do Brasil e prosperidade de Mato Grosso. (MACHADO, *Correio do Estado*, 1954, p 1.)

Após inaugurado, Maria Constança permaneceu à frente do Colégio Estadual até o ano de 1956, quando há novamente mudanças de governo e a UDN perde o poder; sabendo que o PSD iria demitir os professores que não tinham segurança, o governador Fernando Corrêa da Costa promoveu um concurso para preenchimento das cadeiras tanto para o Colégio Estadual como para a Escola Normal “Joaquim Murtinho”; nesse concurso, os professores aprovados seriam nomeados com títulos de catedráticos, não podendo ser demitidos ou transferidos. Constança lembra que organizou as bancas examinadoras e convocou os professores interessados, afirmando ainda que não houvera protecionismo nem apadrinhamento, relembra que:

Foi um acontecimento aquele concurso. Os professores nervosos, passando noites em claro, a estudar para garantir sua afirmação profissional. O candidato deveria submeter-se a uma prova escrita do conteúdo, apresentar uma tese datilografada sobre um assunto de sua disciplina, defendê-la perante a banca examinadora e ainda dar uma aula sobre um assunto sorteado com vinte e quatro horas de antecedência. O concurso foi interno, nas dependências do Colégio Estadual nos dias 4, 5 e 6 de janeiro de 1956 e submeteram-se às exigências do Decreto Estadual de 25 de outubro de 1955, que regulamentava o referido concurso. (ROSA, 1990, p.70).

Apesar da organização do concurso antes da entrada do PSD no governo, não houve tempo para nomeação de todos os professores da Escola Normal. Assim, o novo governador, João Ponce de Arruda, ao tomar posse no dia 1º de Fevereiro de 1956, providenciou a anulação do concurso, e iniciou as represálias contra professores que não eram de seu partido. No lugar de Maria Constança, assume um de seus ex-alunos do curso primário e da Escola Normal, professor Ernesto Garcia de Araújo. Maria Constança, em entrevista à Rosa (1990, p. 70,) faz menção aos quatro anos, tempo que durou a administração do PSD:

Durante os quatro anos do Governo de João Ponce, não voltei ao Estadual. Tudo mudara por lá. Também, naquele tempo, nunca me convidaram para ir tomar um café naquele Colégio que eu fundei e criei como a um filho. Fiquei dando aulas particulares em casa, trabalhando em obras sociais, vivendo mais para minha família. (MACHADO apud ROSA, 1990, p.70).

Com a campanha de 1960 e a vitória de Fernando Corrêa da Costa, ela retoma suas atividades junto ao Colégio, novamente indicada pelo partido e pela confiança depositada pelo governador. Apesar da idade, Fernando Corrêa ainda confiava em seu trabalho, comunicando-lhe que gostaria de vê-la novamente na direção daquele estabelecimento de ensino, a julgar que, assim, faria justiça, e com a expectativa de que o Colégio Estadual retomasse os bons tempos de sua gestão. Constança aceitou o convite, mas aborreceu-se com a falta de

preservação dos objetos que ela comprara quando fora diretora. Tudo teria que ser começado do zero:

Então de 61 a 1966, subi de novo diariamente, aquela rampa do Estadual: de manhã e à tarde. À noite, dirigia o científico noturno, no prédio da Escola Normal Joaquim Murtinho. Nunca faltei, também nunca fiquei doente. Nem resfriado pegava. Cuidava pessoalmente de tudo, até da limpeza dos banheiros. Fazia reuniões com os professores, com os alunos, acompanhava os jogos, as competições esportivas, preocupavam-me com a vida pessoal de cada aluno. (ROSA, 1990, p.71).

Nesse período à frente do Colégio Estadual, eclodiu no país o Golpe Civil-Militar no ano de 1964, que depôs o então Presidente João Goulart, obrigado a se refugiar no Uruguai. Sobre esse momento nacional, Maria Constança alega não se recordar de nenhum fato, originado pelo Golpe Militar, que tivesse afetado sua atuação ou a organização do Colégio, visto que os professores já vinham há anos de governos autoritários-, referência aos governos de Getúlio Vargas, quando não se podia promover greves ou falar mal do governo. Recorda ainda que dona Nair Neder, esposa do Dr. Humberto Neder, que havia sido levado preso, lhe telefonou oferecendo carona no dia 1º de Abril de 1964, até o Colégio, uma vez que seus filhos estudavam lá, e, que, ao fazer o trajeto, o carro foi seguido de sua casa até a Escola, sem maiores consequências. Assim, para ela:

A Revolução não afetou as vidas de nossos professores, que já vinham de um sistema autoritário, sem direito a reclamações, a greves, onde só se podia falar bem do Governo. Não me lembro de nenhum professor ou aluno, de 64 a 66 (quando deixei o Estadual), que tivesse sido afetado pela Revolução. Continuávamos recebendo todas as ordens de Cuiabá, que nunca se preocupou em organizar um curso, um seminário em Campo Grande, para melhorar o nível de nosso ensino, o desempenho de nossos professores. [...] Cuiabá estava para Campo Grande, como Portugal para o Brasil. A distância era física e emocional, as coisas que aconteciam lá e cá não se cruzavam, vivíamos mundo equidistantes e separados. (ROSA, 1990, p. 71).

Suas lembranças apontam a falta de colaboração para com a porção sul do estado. Sobre o atraso salarial, alerta que demoravam até anos para receber o atraso e, sem reajuste algum, mostrando as dificuldades existentes pelo fato de existir grande distância entre o sul e a capital do estado.

Maria Constança foi gestora no Colégio Estadual Campo-grandense por três momentos distintos: de 1937 a 1945, período em que promove a criação e organização do Ginásio Estadual Campo-Grandense; de 1951 a 1956, primeiro ano de mandato do governador Fenando Correa da Costa, em que promove a construção do novo prédio do Ginásio, e, por

fim, entre os anos de 1961 a 1966, no segundo mandato de Fernando Correa da Costa, quando retoma suas atividades em ambas as instituições. Sua trajetória, marcada por inúmeras idas e vindas como docente ou mesmo como diretora, ficou no imaginário campo-grandense creditando-lhe a imagem de uma mulher que realizou um trabalho em prol da educação do estado de Mato Grosso e, até hoje, é lembrada pelos ex-alunos e colegas, pela sua firmeza e seus posicionamentos políticos. Sua atuação marcou muitas pessoas e algumas gerações puderam conviver com a normalista, contribuindo com suas lembranças e memórias para o traçado do perfil pessoal, político e educativo dessa carismática normalista que atuou no Sul de Mato Grosso.

3.3 Tempos de lembranças e memórias: representações da normalista

Figura 14 - Dona Constança (Década de 1980)



Fonte: Arquivo pessoal de Marisa Sanches Rodrigues

Buscar por meio das memórias e das lembranças verossimilhanças para os tempos de Constança é, de fato, desafiador. Sabemos que a subjetividade e as marcas de tempos idos estão posicionadas nos relatos colhidos na pesquisa. Neste sentido, as entrevistas configuram-se como fonte inesgotável para a compreensão do passado, não as tomando como verdades, mas entendendo-as como reminiscências que contribuem com nossa proposta. Para compreender tais questões colocadas para se produzir a historiografia de vida de Maria Constança, nos valem das considerações Chartier (1988), ao problematizar a história por meio de práticas e representações, para apreensão do real. Não tomando as fontes como o fato ocorrido, mas como porta de entrada para os procedimentos históricos:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem utiliza (CHARTIER, 1988, p.17).

As representações desse mundo social, construídas por meio das experiências de vida de cada colaborador, são tomadas aqui como elemento a ser analisado como fonte histórica, visto que compreendemos a relevante contribuição das memórias coletivas para o processo de produção e análise historiográfica. Neste sentido, a memória individual não se encontra isolada, uma vez que:

[...] para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer à lembranças de outras, e se transporta a ponto de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. Não é menos verdade que não conseguimos lembrar senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, ou seja, nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela está muito estreitamente limitada no espaço e no tempo. A memória coletiva também é assim, mas esses limites não são os mesmos, podem ser mais estreitos e também muito mais distanciados. (HALBWACHS, 2003, p. 72).

Desta feita, as memórias individuais, aqui apresentadas, mostram-se como ponto de partida fecundo para as interpretações acerca da trajetória da normalista Maria Constança, mostrando, em determinados momentos, estreitos laços de proximidade com os tempos dessa educadora.

Em uma entrevista realizada com a autora do livro que conduziu a entrevista, a ex-colega de Maria Constança, e também professora Maria da Glória Sá Rosa, foi possível compreender que há um respeito pelo trabalho realizado pela normalista, objeto do presente estudo, ao longo de sua trajetória, não apenas por ser o nome de um colégio estadual, mas por ter se dedicado intensamente à Educação no estado; assim, em suas palavras, percebemos que:

[...] ela inicia um trabalho da educação muito importante por que ela era uma pessoa muito séria. Muito exigente. Acima de tudo ela sempre dizia [...] ela sempre colocava o estado acima de todas as coisas, era muito fiel ao governador Dr. Fernando Corrêa da Costa. Cada vez que ele assumia como governador, primeira coisa que ele fazia era chamar d. Constança para ser diretora do Colégio Estadual. (ROSA, 2012).

Notamos a preocupação de Maria Constança em realizar sempre um bom trabalho, visto que o pouco de tempo que lhe sobrava era dedicado aos estudos e raramente às viagens para São Paulo, que ela considerava, conforme já citado anteriormente, um “banho de civilização”. Sua vida era, pois, ligada diretamente ao ofício de professora e ainda ao empenho de sempre realizar um trabalho que apresentasse bons resultados.

Publicado no jornal estudantil “A Penna”, o texto intitulado “À Nossa Ex-Diretora”, e assinado pelo estudante Alfredo Taíra, na época cursando o segundo ano colegial nesse estabelecimento de ensino, também nos apresenta o papel desempenhado pela normalista Maria Constança no espaço do Colégio Estadual Campo-Grandense, onde lidou com alunos, professores e funcionários, além de pais e familiares. O texto mostra-se como homenagem à normalista:

[...] quando alunos mal podiam custear os seus estudos, e quando colégios particulares dobravam as suas mensalidades, tínhamos no colégio Estadual Campo-grandense uma pessoa de alta responsabilidade dirigindo esse majestoso estabelecimento do governo. Essa pessoa que dedicadamente labutou durante longos anos pela boa ordem e andamento do nosso colégio; foi a digníssima senhora e ex-diretora D. Maria Constança de Barros Machado. É mister, óbvio e obrigatório que nós não só do segundo científico como também todos os alunos do colégio, prestemos esta singela homenagem como reconhecimento e nossa mais profunda gratidão por tudo que ela nos desejou. (TAÍRA, sd. p. 3).

Apesar da falta de datação no recorte do jornal, é visível que o discurso que permeia a memória da educação do Sul de Mato Grosso passa sempre pelo nome de Maria Constança. O trabalho iniciado em 1939 com a organização e funcionamento do Colégio Estadual, inicialmente nas instalações do Grupo Escolar e, posteriormente em sede própria, cria em

Campo Grande um ambiente propício para a escolarização. Muitos jovens almejavam estudar no “Estadual”. Aparecida Bueno, uma das ex-alunas, lembra-se da importância que o colégio tinha para a época, e o sentimento de pertencer à Instituição era fortalecido entre os estudantes:

E eu fui atleta na escola durante todo tempo. Todo tempo em que estive na escola, sempre competi. E era muito interessante porque a gente valorizava muito pertencer àquela escola. O sentido de pertencer à escola era muito bom. A gente se sentia engrandecido e diferente porque estudava naquela escola, sabe? A escola tinha um nome, tinha um reconhecimento. Foi o primeiro ginásio estadual em Campo Grande. Então, quando foi inaugurado, eu me lembro - sou filha de professora – que a minha mãe, quando nós passávamos de ônibus em frente à escola, dizia assim: “– Minha filha, um dia você vai estudar aqui. Este é um ginásio do estado. É um ginásio estadual”. E, de fato, a gente precisava se preparar muito pra entrar nessa escola, porque tinha o exame de admissão que era uma peneira mesmo.. (BUENO, 2013).

Nota-se o respaldo que a Instituição Pública possuía no meio social. O fato de ser uma escola pública e ter uma concorrência exigia dedicação e preparo dos estudantes interessados em ingressar no Colégio. As atividades desenvolvidas no âmbito da instituição proporcionaram à Aparecida a conquista de fortes laços de amizade que permanecem até hoje, mais de meio século depois, como bem relembra Aparecida Garcia Bueno em seu depoimento a este autor:

E foi assim que eu entrei e foi aí que conheci os amigos que tenho até hoje. Foi ali que a gente sedimentou mesmo a convivência, a socialização. Parece que foi muito forte, não é Sylvia? (*dirigindo-se à amiga dos tempos de Estadual, professora Sylvia Cesco*) Então, tudo era em função da escola. Esperávamos o 26 de Agosto, que era a festa da cidade, tinha desfile e a gente se arrumava... Todo mundo se arrumava para o desfile. Esse desfile era o ponto alto das nossas festas também. Quando a gente desfilava de bicicleta, a gente se organizava na escola... Era lá que se enfeitavam as bicicletas, pintavam os pneus, colocavam os enfeites... E desfilar segurando a bandeira da escola, ou a bandeira nacional, ou a bandeira no município, era muito importante, era uma honraria... A gente adorava fazer isso... Além disso, penso que os professores, além de serem essas pessoas bastante amigáveis, sociáveis, eram de uma extrema elegância.(ENTREVISTA, BUENO; 2013)

Figura 15 - Turma do "Científico"



A Figura 15 é um registro fotográfico da turma de Aparecida Garcia Bueno e Sylvia Cesco, no chamado Científico da época. Nota-se que a escola desempenhava o papel de socialização e integração entre os jovens da época. A participação em eventos estudantis, como desfiles, festividades em datas especiais (figura 16) e os trabalhos desenvolvidos nas dependências da Instituição, proporcionou a criação de um sentimento de pertencimento ao Colégio bem como a efetivação da amizade entre os colegas que permanece até os dias de hoje. Ao recordarem, juntas, Sylvia e Aparecida ressaltam a importância do Colégio, lembram que o fato de ser um prédio novo recém-inaugurado, com uma arquitetura moderna para época, proporcionava aos alunos acesso a determinadas coisas que não tinham em outros colégios:

Sylvia: Acho que esse sentido de pertencimento era tanto de aluno quanto de professores, acho muito interessante.

Cida: E a escola, o prédio da escola era muito bonito pra época. E é ainda, é um projeto do Oscar Niemeyer, dotado de umas coisas que não se via em outras escolas. Por exemplo, nós tínhamos uma cantina na escola. Embora não fosse exatamente usada como cantina, mas era pra lá que a gente se dirigia no recreio para comprar merenda. Na época, não havia oferta de merenda, mas havia um senhor que levava merenda que a gente comprava e ia comer lá, naquele lugar... Os banheiros também eram diferentes, eram uns banheiros feitos com material bastante resistente, não tinham essa podridão, se eu posso dizer isso, desses banheiros que atualmente se faz com material de segunda linha, que permite ficar o cheiro de resíduos de urina e coisas assim. Você entra nos banheiros públicos das escolas e eles são assim. Naquela escola não era. O material era diferente.

Sylvia: Eu acho que uma coisa, eu vou até interromper por que não falei isso, mas acho que talvez, você concorde, outro local que era foco nosso era...

Cida:... O anfiteatro... (ENTREVISTA, BUENO; CESCO, 2013).

Figura 16 - Coordenando um desfile cívico - década de 1960



Fonte: Arquivo de Marisa Sanches Rodrigues

Percebemos por meio das memórias de ambas colaboradoras que as práticas conduzidas no Ginásio Estadual de Campo Grande, na gestão da professora Maria Constança, forneciam subsídios necessários para a formação delas que acompanhavam, tanto na teoria como na prática, tarefas e exercícios propostos pelos professores, com a utilização de recursos visuais, laboratório de anatomia, atividades extra-classe entre outras, que eram desenvolvidas no espaço escolar, este que:

[...] constitui-se de normas, regras, grupos sociais que se relacionam em torno de finalidades educativas e das funções de transmissão de saberes e atitudes, de socialização e instrução. Nos usos instituídos pelo/para os espaços, acontece um processo de estruturação da escola a partir de como o tempo neles está sendo delineado, são eles que darão a ela um lugar de planificação dos tempos vividos, criando uma ideia de segmento social gerenciado pelos tempos. (PESSANHA; SILVA, 2012, p.262).

Este segmento social gerenciado pelos tempos é o que notamos nas entrevistas realizadas por meio do sentimento de pertencer ao colégio. Outra ex-aluna, Eliza Cesco, emociona-se ao lembrar-se dos tempos de escola, referindo-se que, ao concluir o curso ginásial, preferiu não cursar Normal, visto que:

[...] após terminar o antigo Ginásio, optei por não fazer o Curso Normal, porque à época, havia um entendimento de que o Normal não era direcionado para pessoas que queriam prosseguir os estudos. Cursei o Científico, no Colégio Estadual Campo-grandense, hoje Colégio Maria Constança de Barros Machado. Sempre estudei em escola pública e, em 1956, prestei o exame de admissão ao ginásio para o ingresso na primeira série do curso ginásial desse Colégio. (ENTREVISTA, CESCO, 2013).

Havia então, já nos anos 1960, no imaginário de alguns estudantes, a ideia de que a Escola Normal não supriria as necessidades daqueles que tinham interesse em dar continuidade aos estudos. Nessa mesma época, o país passa por algumas alterações na legislação educacional, com a promulgação em 1961, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, formulada nos anos de 1947. (SAVIANI, 2005).

Sobre o ingresso no Ginásio Estadual Campo-Grandense, Eliza recorda que:

[...] Era uma escola, de arquitetura e competência diferenciadas; tínhamos orgulho dela. Em Campo Grande, à época, era mais ou menos assim: as famílias de uma classe socioeconômica mais abastada tinham algumas opções, o Colégio Dom Bosco, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e o Oswaldo Cruz. As de classe socioeconômica mais pobre tinham a possibilidade do Colégio Estadual Campo-grandense. Contudo, esse Colégio era também objeto de escolha de famílias abastadas que queriam um ensino de excelência para seus filhos. Para mim, foi um privilégio ter participado daquela Escola, ter realizado meus estudos ali. (ENTREVISTA, CESCO, 2013).

A Figura 17 apresenta-nos uma encenação da obra “*Le Petit Prince*” organizada e montada pela turma de Eliza Cesco, já no Colégio Estadual. No decorrer da entrevista, foi possível perceber que as práticas da disciplina de Língua Portuguesa e Literatura davam-se, além dos manuais didáticos, por meio de encenações e apresentações culturais.

Figura 17 - Apresentação Cultural (Década de 1960)



Fonte: Arquivo de Eliza Cesco .

Sobre as práticas de Maria Constança, Eliza Cesco se recorda que essa normalista tinha um pulso firme para conduzir os trabalhos e que sempre acompanhava todo processo educativo de cada aluno. Perguntada sobre como funcionava o Colégio Estadual nos tempos de Constança, a colaboradora relembra que:

[...]a impressão que me fica é a da imagem muito forte da Dona Constança; Ela era firme, justa, sempre justa. Uma pessoa contribuidora, disseminadora de princípios éticos. Sua imagem era de austeridade; não era uma mulher que perdesse o controle de si mesma ou do lugar que dirigia. Seu semblante era “fechado”. Mas... uma vez conversando com a Sylvia, minha irmã, ela falou: “ – Ah Eliza, mas no fundo, a Dona Constança tinha uma doçura” (riso) eu falei: “ – Sylvia, eu trabalhei, eu estudei sob a direção dela, e não me lembro da doçura da Dona Maria Constança” (riso). Mas...., quem sabe, faltou-me sensibilidade?. (ENTREVISTA, CESCO, 2013).

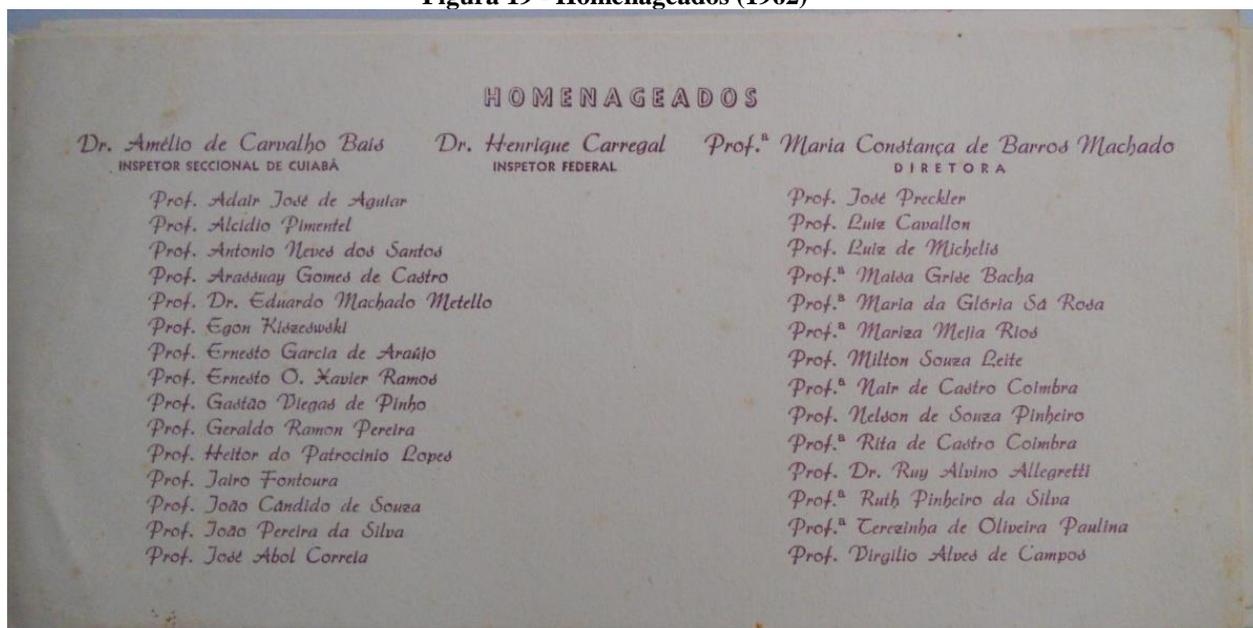
Eliza tem guardado, até os dias de hoje, seu convite de Formatura do Curso Colegial, (Figuras 20 e 21), o qual apresenta os professores homenageados no ano de 1962; dentre eles, vemos que Maria Constança possui reservado seu lugar de destaque:

Figura 18 – Capa do Convite de Formatura do Colegial (1962)



Fonte: Arquivo Pessoal de Eliza Cesco

Figura 19 - Homenageados (1962)



Fonte: Arquivo Pessoal de Eliza Cesco

A imagem de uma pessoa firme e austera é bem lembrada por grande parte dos entrevistados. Dentre eles, a neta de Constança, Maria Constança Barros Bogalho, conhecida como Constancinha, relembra que sua avó tinha a mesma firmeza em casa, exigindo sempre a obrigatoriedade da leitura, bem como aulas de música:

[...] a questão da cultura, era uma coisa normal pra gente. Ler era uma obrigatoriedade, ler jornal, ler livro, cultura erudita, músicas clássicas também eram ouvidas na minha casa, música popular também era ouvida, sabe? A gente tinha que estudar piano, eu e minha irmã estudamos piano, eu abandonei, a minha irmã gostava, ela foi em frente, sabe? Vovó cantava. Mamãe cantava. Então tinha esse lado festivo também. Agora tinha o lado assim, do rigor! Não era só festa não! (riso) foi cada, assim, vamos dizer, não se admitia assim, mentira nenhuma, nenhuma 'arte' infantil, assim. Todas as artes descobertas eram penalizadas, nós éramos castigadas, ficavam de castigos, sabe. Mentira? Nem pensar em mentira, se pegasse uma mentira, meu Deus do céu, era um horror! Parecia que o mundo ia acabar. (ENTREVISTA, BOGALHO, 2013).

A vida de Maria Constança com os familiares, a partir das memórias da neta Constancinha, era de muita energia. As memórias da neta de Maria Constança apontam que, assim como na escola, em casa a avó não admitia travessura que pudesse ser prejudicial aos netos e à sua família, buscando sempre a preservação de uma questão moral para os netos:

[...] Tinha muito este lado, esta preservação do lado, vamos dizer assim, moral, da formação de caráter, da solidariedade, ser solidária, de olhar o próximo, sempre tinha um ensinamento. A vovó contava muitas histórias para gente, ela era uma pessoa assim de grande fluência de fala. Então ela inventava aquelas histórias depois com o tempo que a gente ia entender que aquilo tinha a ver com o lado moral, entendeu? As vezes nem existia aquilo, nem era um fato ocorrido, mas uma maneira dela chegar até a gente, sabe, ela queria um crescimento maior das netas e dos netos. (ENTREVISTA, BOGALHO, 2012).

Figura 20 - Entre Amigos - Década de 1960



Fonte: Arquivo de Maria Constança Barros Bogalho

Neste sentido, possivelmente Maria Constança trazia para o espaço familiar as práticas de educadora, visto que, pelo relato da neta, notamos que fora alfabetizada pela avó, que sempre primava por acompanhar o desenvolvimento dos netos e familiares. Constancinha vê na avó uma mulher à frente de seu tempo, pelo fato do prestígio social e político que Maria Constança possuía na época. Considera ainda que sua avó cultivava valores humanos e, por ser fã de Dom Bosco, matricula a neta no Colégio Salesiano para a finalização da Escola Normal:

[...] tive que estudar meu último ano de Normal em colégio de freira salesianas, porque ela era fã incontestável de Dom Bosco e dos padres e freiras salesianos porque ela era extremamente humanista, acreditava, já naquela época, que toda valorização do homem passava pela educação. Era uma mulher de vanguarda mesmo. As ideias dela pra época assim, chegam a chocar, pois era uma mulher de visão de futuro. De ideias que hoje estão colocadas assim como concretizadas pra ela na época eram avançadas. (ENTREVISTA, BOGALHO, 2013).

Como percebemos por meio das fontes consultadas, a conversa com sua neta contribui com as demais representações sobre a atuação de Maria Constança, esta que pode ser considerada uma mulher que, ao assumir compromissos políticos, buscava seus apoios por meio de sua influência dentro da UDN da época. Sempre militante em defesa do partido, ela lembra ainda que, diante das alternâncias de poder, o cargo sempre era do partido, pois: “[...] naquela época você ocupava um cargo assim, político. Não era pela sua capacidade. E cada vez que o partido da oposição ganhava, ela era demitida. Então quando a UDN estava bem, a vovó estava bem, politicamente, profissionalmente...” (ENTREVISTA, BOGALHO, 2013). Sobre a gestão de Maria Constança no Colégio Estadual, (depois de aposentada), notamos a presença de um discurso que valoriza as práticas muito comuns para época, diante da escassez de professores. Ao assumir direção, a normalista atuava também como inspetora, supervisora entre outras funções, e ainda fazia críticas à desvalorização profissional, visto que o salário pago não atingia às expectativas do esforço e do empenho dedicado:

[...] era mesmo aposentada e foi convidada a ser diretora da escola, tanto é que ela não ganhava, a remuneração dela era ilusória, sabe. Vovó exercia tudo dentro de uma escola, ela exercia sozinha: ela era coordenadora, ela era supervisora, ela era orientadora... Ela era inspetora de aluno, porque não saía da escola antes de ninguém, era a última a sair. Depois que dava o sino e todo mundo ia embora ela tinha capacidade de revistar sala por sala em toda escola para ver se não tinha ninguém escondido, se não tinha aluno lá. (ENTREVISTA, BOGALHO, 2013).

Como neta mais velha e com o mesmo nome da avó, Constancinha sentiu uma cobrança pelo fato de ser herdeira de Maria Constança; lembra que:

[...] Eu ia com uma saia mais curta a inspetora de aluno ligava pra minha mãe, ou mesmo quando minha mãe trabalhava na mesma escola que eu estudava: “A Maria Constança tá com saia curta” sabe? E sabe, eu não era diferentes das outras meninas, então... Até que um dia, a vovó falou assim: “Estudar em escola onde mãe e avó são conhecidas, a gente não tem vida própria, a gente tem que ser exemplo” mas eu queria estudar lá, entendeu, porque era a melhor escola de campo grande que tinha naquela época, entendeu? As minhas amigas estudavam lá. Então, eu falei assim, pra onde que eu vou...era lá que eu tinha que ficar, tinha que suportar este peso, pra mim foi pesado... (ENTREVISTA, BOGALHO, 2013).

A vontade de estudar no Colégio Estadual, pelo respaldo que a instituição possuía, atingiu outras pessoas; dentre elas, localizamos a professora Anália Bernardo Bess, ex-aluna e ex-diretora do Colégio Estadual. Sua narrativa é compartilhada com outra ex-diretora nas dependências da EEMCBM, que, ao lembrar-se de suas primeiras letras, apresenta ainda dois momentos em que conviveu com Maria Constança Barros Machado: o primeiro, no colégio e o segundo, na Escola Normal:

[...] Fui aluna do “Maria Constança”, essa escola que a gente ama tanto, que passei uma vida aqui dentro... depois fiz Escola Normal, aliás, antes disso eu fui professora de zona rural, três anos; naquela época iam fazer exame oral, não era pra descobrir se os alunos sabiam, não; era para testar se o professor realmente deu a matéria... aí resolvi vir para cidade, meu pai mudou pra cidade, nessa altura do campeonato, eu fui fazer Escola Normal. Quem foi minha primeira diretora? – Maria Constança Barros Machado. Neste primeiro ano de escola Joaquim Murtinho, Escola Normal Joaquim Murtinho, era naquela época. (ENTREVISTA, BESS, 2012).

Ainda neste mesmo relato, elas demonstram um curioso caso em que dona Constança mostra-se esperta para com as artimanhas dos alunos do colégio que resolveram faltar às aulas:

[...] Surgiam fatos fantásticos. D. Maria Constança, como sempre era atenta a tudo! E sempre tinha aquelas aluninhas mais danadas da turma, né!? Resolviam pular a janela e ir para o cinema... Ela notando que a escola estava, sala de aula, um tanto quanto vazia, no começo ela viu tanta gente... Ela começou a matutar: “o que é que eles estão fazendo, já sei para onde eu vou descer!” Foi para o cinema, que naquela época eu acho que era o cinema Alhambra, também na rua...é... mesma rua da escola, Afonso Pena. Chegando no cinema, ela pediu para que parasse o filme, ligasse as luzes... Qual foi a surpresa? Não foi surpresa pra ela. Foi surpresa para os alunos! Quando ela mandou retirar da sala do espetáculo todo mundo que estivesse de uniforme: “Já para escola! Vocês não vieram para assistir filmes! E sim para estudar!” e botou a turma tudo em fila e foi para escola... Chegando lá, meu Deus do Céu! Foi um sermão. Ninguém mais quis saber de matar aula naquela escola! (risos). (ENTREVISTA, BESS, 2012).

Seu relato mantém os indícios de que Maria Constança sempre foi firme em sua atuação e que, independentemente das ações dos estudantes, sua função enquanto diretora era zelar pela escolarização desses jovens da época. Ao relembrar da parceria com a Professora Marisa Sanches Rodrigues, na década de 1980 em sua gestão, a professora Anália reforça que dona Constança, mesmo idosa, era convidada para as festividades escolares; em uma dessas visitas, a professora Marisa se recorda que:

[...] Ela falava assim: “Professora, o Estadual, ele não é primeiro lugar só nos esportes. Ele é em tudo”. Porque eu ganhava os jogos, e tal e ela acompanhava tudo da escola. E ela falava em uma das visitas: “ – O Estadual não é primeiro só nos esportes, ele é primeiro em tudo, não esqueça disso”. Quer dizer, ela tava te... Mesmo aposentada, velhinha já, doente, quase morrendo, mas ela estava aqui cobrando. E era isso, essa carinha dela ai que fez a gente se apaixonar por ela e apaixonar pelas coisas que ela fez. Porque tudo que tem aqui foi ela que criou. O “Maria Constança” foi ela que criou. Então a gente... O respeito... e eu procuro passar isso para meus colegas que estão substituindo também a gente agora, por conta disso. (ENTREVISTA, RODRIGUES, 2012).

A Figura 21 refere-se a uma das reuniões nos anos 1980, sob a direção da Professora Anália Bernardo Bess. Notamos ao centro a presença de Maria Constança, já idosa, entre as autoridades e professores da época. A falta de informações referentes aos membros da mesa dificultou a compreensão sobre o evento realizado na instituição.

Figura 21 – Vista à EEMCBM na Década de 1980



Fonte: Arquivo de Maria Sanches Rodrigues

Este respeito ao qual a professora Marisa se refere vem de longa data, não é só nos finais de 1980, visto que, diante dos inúmeros préstimos à educação no Sul de Mato Grosso, ainda no ano de 1968, por meio do ofício de nº 716, de 3 de Dezembro, a normalista cuiabana Maria Constança Barros Machado é convidada a receber, no dia de seu aniversário, o título de cidadã Campo-Grandense; para além de sua dedicação na educação, teve seu reconhecimento por trabalhos em setores sociais na cidade de Campo Grande, após sua aposentadoria. Para ela, um dos momentos mais importantes em sua trajetória profissional foi a homenagem ainda em vida: “[...] a homenagem que mais me comoveu foi terem dado meu nome ao Colégio Estadual. Foi idéia do Deputado Rubem Figueiró, aceita em unanimidade pelos deputados da época [...]” (ROSA, 1990, p. 73).

As lembranças são marcadas inevitavelmente pelo tempo histórico. Sobre a trajetória de Maria Constança, deve-se levar em conta que ela imprimiu a marca de uma educadora que, a partir de sua formação, nos primeiros anos de República, bem como com da sua capacidade de lidar bem com tarefas no campo educacional, tornou-se uma professora atuante, uma mediadora cultural, num determinado tempo e espaço, ficando no imaginário social para além da Professora Maria Constança, sendo conhecida pela representação social de uma mulher firme em seus propósitos e que conduzia os trabalhos escolares visando atingir seus objetivos sociais e políticos. Ao findar de sua vida, ela não lamentava, tem consciência de seu papel na história da educação de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, reconhecia a falta que o trabalho fez em sua vida, mas acostumou-se com o novo ritmo, diferente daquele iniciado no ano de 1918, na cidade de Campo Grande. Reconhecia ter cumprido sua missão, acostumando-se, com o tempo, ao ritmo de ser avó e dona de casa.

Deste modo, encerra-se aqui o presente trabalho sobre esta figura da Educação em Mato Grosso do Sul, porém, por certo, o tema, em si, não se esgota, haja vista que o legado de Maria Constança de Barros Machado ainda permanece no estado de Mato Grosso do Sul. São milhares de ex-alunos que, consciente ou inconscientemente, carregam até hoje, dentro de si, as lembranças e memórias vivenciadas nos lócus de construção de saberes dos “Tempos de Constança”: a Escola Normal Joaquim Murtinho e o Colégio Estadual Campo-Grandense, este último que, hoje, leva seu nome. São essas lembranças do cotidiano escolar, que se traduzem em um processo educativo criado, construído e recriado pela atuação da normalista cuiabana.

Sendo assim, a figura 22, apresenta Dona Constança, já idosa, ao lado de uma de suas imagens, ainda jovem, expostas do Colégio Estadual. Tal figura é aqui entendida como indício dos “Tempos de Constança”, que, assim como as fontes orais, possibilita uma

compreensão de suas experiências e suas representações junto à Educação de Campo Grande, Sul de Mato Grosso e posteriormente Mato Grosso do Sul.

Figura 22 - Maria Constança Barros Machado - Visita ao Colégio Estadual (1986)



Fonte: Arquivo de Marisa Sanches Rodrigues

“O tempo passa a gente nem sente que está velha”

meblachado
(Maria Constança Barros Machado)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação em estudar a formação e trajetória de normalistas em Mato Grosso (ainda uno) faz parte uma proposta de suma importância no campo da Historiografia da Educação para compreendermos os processos de escolarização primária e secundária no estado em determinados tempos históricos.

No desenvolvimento da pesquisa, foi possível evidenciar como se deu o processo de formação de normalistas no ainda estado de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, entre os anos de 1910 a 1916. Este primeiro recorte fez-se necessário, pois é na Escola Normal de Cuiabá que Maria Constança desenvolve suas habilidades de docente. Neste sentido, percebemos que a implantação da Escola Normal de Cuiabá, entre os anos de 1909 e 1910, possibilitou a retomada de um discurso de formação de professores já discutido e apresentado nas décadas anteriores, ainda no Império. A efetivação e funcionamento dessa instituição, nos anos que seguiram à reformulação da Instrução Pública, proporcionou ao estado inserir-se no ideário nacional de progresso por meio da escolarização dos cidadãos, buscando por meio da formação de professores a efetivação de tais modelos.

O recorte temporal, delimitado em seguida, (1913 – 1966), apesar de extenso, é ao mesmo tempo dinâmico, contribuindo na análise de como se deu a trajetória de Maria Constança Barros Machado na educação primária e secundária do Sul de Mato Grosso. Assim, percebemos que, ao longo de seu trajeto, há ainda grande influência de sua formação inicial na cidade de Cuiabá. No primeiro momento da pesquisa, notamos a escassez de fontes sobre o período de chegada da normalista à cidade de Campo Grande, o que permeou todas as indagações seguintes. Neste sentido, a preferência pelos anos de aposentada, e ainda atuante, deveu-se pelo fato de que, nesse período, ela ser ativamente política e atuante no campo da União Democrática Nacional (UDN) no estado de Mato Grosso, bem como a utilização de suas influências partidárias para a continuidade de seu trabalho nesse estado. Os indícios e as pistas colocadas pelos contatos realizados no decorrer da pesquisa proporcionaram a caminhada por outros tempos.

Neste sentido, cabe lembrar que suas contribuições para educação de Campo Grande foram importantes na medida em que seu engajamento proporcionou não apenas a criação e organização de escolas, mas também possibilitou uma atuação voltada para a formação de muitas pessoas. Sua formação pela Escola Normal de Cuiabá, no ano de 1916, foi fator fundamental para sua trajetória que viria em seguida. Todas as maneiras de ser professora, aprendidas no âmbito da Escola Normal de Cuiabá, possibilitaram a Maria Constança um

conhecimento acerca das necessidades educacionais, seja na escolarização primária, seja na formação de professores. Foi possível compreender que a formação inicial da normalista foi base de toda uma trajetória marcada por eventos educacional e político; também proporcionou uma melhor apreensão, (mesmo que superficial), de um passado não muito distante, em que ainda se iniciava um processo de organização e funcionamento da educação no estado de Mato Grosso.

Compreendendo a normalista como uma mediadora cultural e uma professora com engajamento foi possível entender que suas relações sociais em seus respectivos tempos foram permeadas de ações políticas.

A questão posta inicialmente, qual seja, a de se compreender a formação de professores por meio da trajetória de uma normalista egressa da Escola Normal de Cuiabá, pautou nossos estudos; as consultas às fontes, as quais possibilitaram evidenciar a atuação de Maria Constança Barros Machado, contribuíram grandemente para o enriquecimento da historiografia da vida de professores da época, a partir de sua formação e de suas práticas. Esta pesquisa possibilitou o contato com os “Tempos de Constança”. Nesses seus “tempos,” a normalista atuou como docente da primeira escola isolada do sexo feminino, na cidade de Campo Grande, entre os anos de 1918 a 1922. Já no ano de 1922, seu ingresso no Grupo Escolar de Campo Grande possibilitou à professora a chegada a outros postos no campo educacional, sendo indicada no ano de 1939 para a direção do recém criado Ginásio Estadual Campo-Grandense, instituição à qual dedicou grande parte de seu trabalho, ocorrendo simultaneamente com a Escola Normal de Campo Grande, por três momentos: de 1937 a 1945, período em que promove a criação e organização do Ginásio Estadual Campo-Grandense; de 1951 a 1956, primeiro ano do mandato do governador Fernando Corrêa da Costa, em que promove a construção do novo prédio do Ginásio. E, por fim, entre os anos de 1961 a 1966, no segundo mandato de Fernando Corrêa da Costa, período em que retoma suas atividades em ambas as instituições, pela segunda vez, depois de aposentada.

É importante ainda destacar que, ao tentar construir partes da trajetória dessa normalista, constatamos a relevância no que diz respeito à recuperação da história da educação de Mato Grosso a partir de seus atores, bem como das práticas pedagógicas. Nesta vereda foi, de fato, desafiador problematizar o passado e, por meio da história de vida da professora, o que nos possibilitou uma compreensão, (mesmo que limitada), sobre as práticas culturais e educacionais nos tempos de sua atuação no Sul de Mato Grosso.

No que se refere às práticas pedagógicas e disciplinares, foi possível perceber uma educação pautada na moral e no civismo, especificidade dos tempos analisados, em que havia

a necessidade de se formar um ideal patriótico e ao mesmo tempo disciplinador, com rigidez e firmeza no cotidiano das instituições escolares, seja por meio da figura de Maria Constança, como da atuação de outros docentes que trabalharam sob sua gestão.

Ao finalizarmos este trabalho, entendemos que não preenchemos todas as lacunas existentes acerca da formação de professores no estado de Mato Grosso; possivelmente, foram, e ainda serão, criados ainda mais espaços para reflexão, visto que o entendimento de trajetória é, de fato, importante para se compreender a vida de um agente histórico; por meio das memórias da normalista e das pessoas que com ela conviveram, foi possível evidenciar parcelas de sua atuação, uma vez que tais memórias, mesmo que não registradas nos livros de histórias, ficam nas lembranças daqueles que com ela conviveram nos “Tempos de Constança”.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Histórias de vidas de destacados educadores no contexto espaço-temporal da história da educação e da profissionalização docente no Rio Grande do Sul. XAVIER, Libânia; TAMBARA, Elomar; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (Orgs.). **História da educação no Brasil: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI**. Vitória: EDUFES, 2011. pp. 267-299.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres da educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. IN: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. pp. 059-107.

BACELAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla. (org). **Fontes Históricas**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2011, pp.23-79.

BITAR, Marisa; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. De freguesia à capital: 100 anos de educação em Campo Grande. In: MEDEIROS, Luciano Puccini; CUNHA, Maria Luiza Pimenta. **CAMPO GRANDE- 100 anos de Construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, pp.169-194.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In. PINSKY, Carla. (org). **Fontes Históricas**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2011, pp.155-202.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. 3ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, Cleide Fátima. **Ilar Garotti: vida, formação e religiosidade**, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia. 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, pp. 65-119.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Maria Manuela Galhardo (Tradução). Lisboa: Difusora Editorial, 1988.

_____. **O mundo como representação**. Estudos Avançados (online), 1991, Vol 5, n. 11, pp. 173-191.

CONCEIÇÃO, Livia Beatriz. História e Biografia: limites e possibilidades teóricas. In. **Revista Cantareira**, 15ª ed. jul dez. 2011.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso: (1889-1943)**. 2 ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2006.

FIN, Maria Terezinha. **A apropriação das ideias escolanovistas no curso de formação de professores em Mato Grosso (1910- 1937)**. 2012. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 2012.

FREITAS, Marcos Cezar de.; BICCAS, Maurilaine de Souza. **História Social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

FRESSATO, Sol. De Mãos Dadas Com Mnemosine E Clio: Narradores De Memórias E Sujeitos Históricos No Filme Narradores De Javé. (Sem mais dados).

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira & LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. **Território Plural: a pesquisa em história da educação**. 1ª Ed. São Paulo: Ática, 2010.

GONÇALVES, Arlene da Silva. **Os grupos escolares no estado de Mato Grosso como expressão da política pública educacional: o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, sul do estado (1910- 1950)**. Dissertação (Mestrado). UCDB, Programa de Pós-graduação em Educação, 2009.

GINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. Trad. de Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras 1989, pp.143-179.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. In. **Revista Brasileira de História**, 1994.

HOUAISS, Antonio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. S.P: Editora Objetiva, 1999

LE GOFF, J. Documento Monumento. In. **História e Memória**. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984.

LEVI, Giovanni. Sobre micro-história. In. BURKE, Peter (org). **A escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992. pp.133-162.

JULIÁ, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas-SP: Editora Autores Associados. nº1, 2001.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara & SILVA, Maria da Conceição. **Reconstruindo Práticas: significações do trabalho de professoras na década de 1920**. In. Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação. PUC-PR. Novembro de 2004.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. Política de profissionalização docente no estado de Mato Grosso: a trajetória de formação de professor primário no sul do estado (1910-1950). IN: SIMÕES, Regina Helena Silva; CORREA, Rosa Lydia Teixeira; MENDONÇAS, Ana Waleska Pollo Campos (Orgs.). **História da profissão docente no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2011. pp. 79-107.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari & RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. A Escola Normal no sul do estado de Mato Grosso (1930-1950). In. FERRO, Olga Maria dos Reis. (org). **Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1796-2006): História, Historiografia, Instituições Escolares e Fontes**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009, pp. 99-127.

PAES, Ademilson Batista. **A escola primária rural em Mato Grosso no período republicano (1889-1942)**. 2011. Tese (doutorado em educação) Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2011.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Capítulo 10. O lugar de uma escola no tempo de uma cidade: Campo Grande e a Escola Estadual Maria Constança Barros Machado. In. PESSANHA, Eurize Caldas; GATTI JUNIOR, Décio.(orgs). **Tempo de cidade, lugar de escola. História, ensino e cultura escolar em “escolas exemplares”**. Uberlândia: EDUFU, 2012, pp.249-247

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REIS, Rosinete Maria dos; SÁ, Nicanor Palhares. **Palácios da Instrução: institucionalização dos Grupos Escolares em Mato Grosso (1910-1927)**. Cuiabá: Cuiabá: EdUFMT/Central do Texto, 2006.

RODRIGUES, Maria Benicio. Estado – Educação escolar – Povo: a reforma mato-grossense de 1910. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **Escola Normal de Cuiabá: história da formação de professores em Mato Grosso**. 2ª ed. Cuiabá: EdUFMT/Central do Texto, 2006.

_____. **A formação de professores em Mato Grosso**. Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação (O ensino e a pesquisa em história da educação). Aracaju (SE), 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/7.pdf> Acesso em 28/07/2012.

_____. A participação de Gustavo Fernando Kuhlmann na educação mato-grossense. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v.18, n. 38., pp. 567-584, set/dez.2009.

_____. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)**. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de.; SÁ, Nicanor Palhares. A escola pública primária mato-grossense no período republicano (1900-1930). In. SÁ, Nicanor Palhares; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. (orgs). **Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na primeira república**. Cuiabá: EdUFMT, 2011, pp.29-53.

_____. A influência do ideário escolanovista na reforma da Instrução Pública de Mato Grosso – 1927. In. MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza. (orgs) **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946)**. Campinas-SP: Autores Associados, 2011, pp.197-212.

SAVIANI, Dermeval. História da Escola Pública no Brasil: questões para pesquisa. In. LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (orgs). **A escola Pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas-SP: Autores Associados: HistedBR, 2005. p.1-29.

SAVIANI, Dermeval. **Verbete: O método Intuitivo**. HistedBR, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_%20intuitivo%20.htm

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889)**. Cuiabá: INEP/COMPED/EdUFMT, 2000.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; SÁ, Nicanor Palhares. Educação em Mato Grosso: Memória e História. **Anais do IV Seminário Nacional Histedbr**. Campinas-SP: UNICAMP – FE, 1997. pp. 318-332. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos.htm acesso em 27/10/2013.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 213-270.

SOUZA, Jane Bezerra. **Ser e fazer-se professora no Piauí no século XX: a história de vida de Nevinha Santos**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação, 2009.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALDEMARIN, V. T. Método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para o mundo interpretado. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T.; ALMEIDA, J. S. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: Ed. da UNESP, 1998, pp. 63-105.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In. VIÑAO FRAGO, Antônio & ESCOLANO, Agustín. (orgs). Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Trad. Alfredo Veiga-Neto. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, pp. 59-137.

FONTES DOCUMENTAIS

Livros

ROSA, Maria da Glória Sá. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul: histórias de vida**. Campo Grande: UFMS, 1990.

Jornais e documentos avulsos

CAMPO GRANDE. **Jornal CORREIO DO SUL. Grupo escolar**. 11 de junho de 1922

CAMPO GRANDE. **Jornal CORREIO DO SUL. Grupo escolar: sua inauguração**, 15 de junho de 1922

CAMPO GRANDE, **Jornal do Comércio. Autoridades em visita às obras do Colégio Estadual de Campo Grande**, 12 de agosto de 1954.

MACHADO, Maria Constança Barros. Discurso de Inauguração do Colégio Campo-grandense. **Correio do Estado**. Campo Grande, 27 de setembro de 1954. Ano 1. N. 180

TAÍRA, Alfredo. À nossa ex-diretora. **Jornal a Penna**. S.d. p. 3

MATO GROSSO. Governo do estado. Diário Oficial. 1951.

CAMPO GRANDE, **Abaixo assinado encaminhado ao Exmo. Sr. Arnaldo Estevam de Figueiredo**, 1948.

HISTEDBR On-line, **Manifesto dos Pioneiros pela Escola Nova**. Documento. Campinas, n. especial, pp.188–204, ago. 2006, disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf acesso em: 08 mar. 2014.

Documentos Oficiais

BAÍIS, Amélio de Carvalho. **Relatório para inspeção preliminar do Ginásio Estadual Campo-grandense**. Campo Grande, 1952.

MACHADO, Maria Constança Barros. **Ofício ao Exmo. Sr. Dr. Demosthenes Martins**. Campo Grande, 1949

MATO GROSSO. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa**, pelo 1º Vice – Presidente do estado de Mato Grosso Coronel Pedro Celestino Correa da Costa, em 1909. Cuiabá, 1909. Depositado no Arquivo Público de Mato Grosso.(APMT).

MATO GROSSO. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa**, pelo Presidente do estado de Mato Grosso D. Francisco de Aquino Correa, em 1919. Cuiabá, 1919. Depositado no Arquivo Público de Mato Grosso.(APMT).

MATO GROSSO, **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa**, pelo Governador do estado de Mato Grosso, Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, em 1948. Cuiabá, 1948. Depositado no Arquivo Publico de Mato Grosso. (APMT).

MATO GROSSO. **Balanco da situação da Instrução Pública** apresentado pelo Presidente do estado à Assembleia Legislativa no período de 1902 à 1910.Cuiabá, 1910. Livro 39. Depositado no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). pp.101-103v.

MATO GROSSO. Lei provincial nº 8 de 5 de maio de 1837.**Livro de Registro de Leis Imperiais (1835-1837**. Cuiabá, 5 de maio de 1837). pp. 117-125

MATO GROSSO. **Lei Regulamentar do Ensino Público e Particular da Província de Mato Grosso**. Livro de Leis e Decretos da Assembléia Legislativa de Mato Grosso. Cuiabá, s/data

MATO GROSSO. Diretoria da Instrução Pública. **Regulamento da Escola Normal de Cuiabá**. Cuiabá, 1910. Depositado no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

MATO GROSSO. Diretoria da Instrução Pública. **Regulamento da Escola Normal e Modelo anexa**. Cuiabá, 1911. Depositado no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

MATO GROSSO. Diretoria da Instrução Pública. **Regulamento da Escola Normal e Modelo anexa**. Cuiabá, 1914. Depositado no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

MATO GROSSO. Diretoria da Instrução Pública. **Relatório da Instrução Pública ao Presidente do estado**. Cuiabá, 1909. Depositado no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

MATO GROSSO. Diretoria da Instrução Pública. **Regulamento da Instrução Pública Primária do estado de Mato Grosso**. Decreto n.265, de 22 de outubro de 1910. Cuiabá, 1910. Depositado no Arquivo Publico de Mato Grosso (APMT).

MATO GROSSO. Diretoria da Instrução Pública. **Relatório apresentado pelo Diretor Geral da Instrução Pública**, ao Presidente do estado, Sr. Pedro Celestino Corrêa da Costa. Cuiabá, 1911. Depositado no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

MATO GROSSO. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do estado**, pelo 1º Vice- Presidente do estado de Mato Grosso Coronel Pedro Celestino Correa da Costa, em 1911. Cuiabá, 1911. Depositado no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

MATO GROSSO. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do estado**, pelo Presidente do estado de Mato Grosso Dr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, em 1916. Cuiabá, 1916. Depositado no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

MATO GROSSO. Diretoria da Instrução Pública. **Relatório apresentado pelo Diretor Geral da Instrução Pública**, ao Secretário de estado dos Negócios do Interior, Justiça e Fazenda, pelo Major José Estevão Corrêa, em 1916. Cuiabá, 1916. Depositado no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

MATO GROSSO. Diretoria da Instrução Pública. **Relatório apresentado pelo Diretor Geral da Instrução Pública**, ao Secretário Geral do estado, Leônidas Antero de Mattos, em 1931. Cuiabá, 1916. Depositado no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

MATO GROSSO. **Comissão Paulista à Disposição do Governo de Mato Grosso** Relatório do movimento anual das Escolas Normal e Modelo, apresentado ao Ex.mo Sr. Dr. Secretário de estado dos Negócios do Interior, Justiça e Fazenda, em 1912. APMT – 1912. Cuiabá, 1913. Depositado no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

MATO GROSSO. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do estado, pelo Presidente do estado**, Annibal Toledo, em 1930. Cuiabá, 1930. Depositado no Arquivo Público de Mato Grosso.

SANTOS, Bartolomeu Lopes. **Relatório do Grupo Escolar de Campo Grande do ano de 1923**. Campo Grande, 1923. Depositado no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

Fontes Orais

BESS, Anália Bernardo. **Entrevistas concedidas ao mestrando Gilberto Abreu de Oliveira**. Campo Grande, 11 de dezembro de 2012.

BOGALHO, Maria Constança Barros. **Entrevista concedida ao mestrando Gilberto Abreu de Oliveira**. Campo Grande, 12 de março de 2013.

BUENO, Aparecida; CESCO, Sylvia. **Entrevistas Concedidas ao mestrando Gilberto Abreu de Oliveira**. Campo Grande, 12 de março de 2013.

CESCO, Eliza Emília. **Entrevista Concedida ao mestrando Gilberto Abreu de Oliveira**. Campo Grande, 14 de março de 2013.

GARCIA, Maria. **Entrevista concedida ao mestrando Gilberto Abreu de Oliveira**. Campo Grande, 21 de fevereiro de 2014.

ROSA, Maria da Glória Sá. **Entrevista Concedida ao mestrando Gilberto Abreu de Oliveira**. Campo Grande, 02 de outubro de 2012.

SANCHES, Marisa Rodrigues. **Entrevistas concedidas ao mestrando Gilberto Abreu de Oliveira**. Campo Grande, 11 de dezembro de 2012.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes (Org.) **Usos e Abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AMARILHA, Carlos Magno Meires. **Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul**. Dourados, 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. 2006.

ARAÚJO, Busato Zandavalli Maluf de. **O Ensino de Didática, na década de trinta, no Sul de Mato Grosso: ordem e controle?** Campo Grande, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação), Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997.

BRAGA, P. H. A. **A disciplina educação física no Maria Constança: expressões da cultura escolar no período de 1954-1964**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2006

BUENO, Manuela Priscila de Lima. A circulação de ideias da escola nova: perspectiva da vertente católica sobre a prática de ensino (1946-1961). **Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação** (Circuitos e fronteiras da História da Educação no Brasil), SBHE/UFMT, 2013. Disponível em:
<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/05%20HISTORIA%20DA%20PROFISSAO%20DOCENTE/A%20CIRCULACAO%20DE%20IDEIAS%20DA%20ESCOLA%20NOVA.pdf> Acesso em 04/11/2013.

BURKE, Peter (org). **A escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992

_____. **O que é História Cultural?**. 2ªed.rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CENTENO, Carla Villamaina. **Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)**. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:1. Artes de fazer**.19ª.ed.Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012.

CUNHA, Eduardo Ferreira da. **Grupo escolar: Escola Normal e Escola Modelo “Palácio da Instrução de Cuiabá” (1900-1915): arquitetura e pedagogia**. 2009. Dissertação (mestrado em educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

DUTRA, Paulo Sérgio. **Memórias de professoras negras no Vale do Guaporé: do silêncio àPalavra**. 2006. Dissertação (mestrado em educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, 2006.

FELIX, Loiva Otero. **História e Memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

GOMES, Nailza da Costa Barbosa. **Uma professora negra em Cuiabá na Primeira República: limites e possibilidades**, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. 2009.

GUIMARÃES, Joaquim Francisco Soares; SILVA, Rony Rei do Nascimento. “Com quatorze anos comecei a ensinar”: lembranças (quase) esquecidas do “ser” e “fazer” docente. **Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação** (Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil) SBHE/UFMT, 2013. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/05%20HISTORIA%20DA%20PROFISSAO%20DOCENTE/COM%20QUATORZE%20ANOS%20COMECEI%20A%20ENSI NAR.pdf> Acesso em: 04/11/2013.

GUARINELLO, Norberto Luiz. “História Científica, História Contemporânea e História Cotidiana”. In: **Revista Brasileira de História**. V.24, nº. 48, São Paulo, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

MARTIN H. & BOURDÉ G. “Capítulo VI: a Escola Metódica”. **As Escolas Históricas**. Publicação Europa-América.

MELO, Salânia Maria Barbosa. Escola Normal de Caxias-MA: formação docente, práticas e saberes de “Tia Miroca” – a guardadora das memórias da princesa do sertão. **Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação**, (Circuitos e fronteiras da História da Educação no Brasil), SBHE/ UFMT: Cuiabá. 2013. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/05%20HISTORIA%20DA%20PROFISSAO%20DOCENTE/ESCOLA%20NORMAL%20DE%20CAXIAS-MA.pdf> acesso em 04/11/2013.

MONARCHA, Carlos. **A Escola Normal da Praça: O lado noturno das luzes**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2001.

ORIANI, Valéria Pall. As mulheres e o magistério: algumas contribuições para a História da Educação. **Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação**. (Circuitos e Fronteiras da Educação no Brasil). SBHE/UFMT, 2013. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/05%20HISTORIA%20DA%20PROFISSAO%20DOCENTE/AS%20MULHERES%20E%20O%20MAGISTERIO.pdf> Acesso em 04/11/2013.

PINTO, Adriana Aparecida. **Nas páginas da imprensa: a instrução/educação nos jornais de Mato Grosso (1880-1910)**. 2013. Dissertação (mestrado em educação). Programa de Pós-graduação em Educação Escolar. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2013.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. pp.123-137.

ROCHA, Marcelo Pereira. **O ensino secundário no sul do estado de Mato Grosso no contexto das reformas educacionais: o ginásio Osvaldo Cruz (1927-1949), 2010**, Dissertação (mestrado em educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Católica Dom Bosco, 2010.

RODRIGUES, Almerinda Maria dos Reis. **O movimento da escola nova no Sul de Mato Grosso: Uma análise de suas contribuições para a educação do estado na primeira metade do século XX**. 2006. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal da Grande Dourados, 2006.

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; REIS, Rosinete Maria (org.) **Instantes & Memória na História da Educação**. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2006

SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos. **Escolas Reunidas: na sedimentação da escola moderna em Mato Grosso**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, 2012.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária: além do estado e do Mercado: a experiência da campanha nacional de escolas da comunidade - CNEC (1985-1998)**, 2001, tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade de Campinas. SP, 2001.

SILVA & MORAIS. Contribuição feminina à história da educação potiguar: Myriam Coeli (1926-1982). **Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação (Educação Escolar em Perspectiva Histórica)** 2004. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo6/384.pdf>
Acesso em: 03/11/2012.

SILVA, Aparecido Borges da. **Mato Grosso nos livros didáticos de história (1889-1930): imaginários e representações**. 2013. Dissertação (mestrado em educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, 2013.

SOUZA, Mayara Paiva de. A UDN na Constituinte de 1946: um debate sobre o tempo histórico. In. **Senatus**. Brasília, v. 7, n. 41, 2009, pp. 48-55.

SOUZA, Roosileny dos Santos. **O ensino secundário em corumbá, sul do estado de Mato Grosso: o ginásio Maria Leite (1918-1937)**. 2010. Dissertação (mestrado em educação) Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Católica Dom Bosco, MS, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no séc.XX** (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008

SILVA, Tereza de Pazos da. **Reformas educacionais em Mato Grosso (1870-1880): os diferentes sujeitos e a constituição de diferentes sentidos ao processo de instruir/educar**. 2012. Tese (doutorado em Educação escolar) Programa de Pós-graduação em Educação Escolar. Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2012.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Estudando as lições de coisas: análise dos fundamentos filosóficos do Método de Ensino Intuitivo**. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. **História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso**. São Paulo: Cortez, 2010.

XAVIER, Ana Paula da Silva. **A leitura e a escrita na cultura escolar primária de Mato Grosso (1837-1889)**. 2006. Dissertação (mestrado em educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. 2006.